

*Faustino Teatino & Williams Bartolomeu*

**ORGANIZADORES**

Série

**Textos Didáticos**

ANO I - Vol.1 - Nº02

# HISTÓRIA DA AMÉRICA

AMERICA.

ISSN 1980-5292



**H**istória da América, é um caderno da Série Textos Didáticos, desenvolvido em conjunto, por alunos e professores da Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande; vem a expor as novas perspectivas históricas que estão sendo elaboradas por diferentes profissionais, acerca dos fatos ocorridos no continente americano em diferentes períodos.

## Colaboradores:

**Avani Araujo**

**Celso Gestermeier**

**Faustino Teatino**

**José Otávio**

**Karla Tathiana**

**Renato Kilpp**

**Tatiana Aparecida**

**Williams Bartolomeu**

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Eronides Camara Donato**

**Fábio Gutemberg R. B. de Sousa**

**José Otávio de Aguiar**

ISSN 1980-5292



**Faustino Teatino & Williams Bartolomeu**  
**ORGANIZADORES**

Série  
**Textos Didáticos**  
ANO I - Vol. 1 - Nº02

**HISTÓRIA DA AMÉRICA**

**Campina Grande-PB**

Textos Didáticos/ Cavalcante Neto, Faustino Teatino e  
Lima, Williams Bartolomeu Baracho(org) - Ano I, v. 1,  
nº2 - Campina Grande: EDUF CG, 2007 - v -(Série  
História) semestral.

ISSN: 1980-5292

I. Educação Superior - Periódicos I. Teatino, Faustino e  
Bartolomeu, Williams II. Série História. III História da  
América.

**EDUF CG**

Campina Grande - 2007

[edufcg@reitoria.ufcg.edu.br](mailto:edufcg@reitoria.ufcg.edu.br)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>5</b>
<b>01. Três Religiões e Três Culturas na Península Ibérica: A Diversidade Cultural que Embarcou para as Américas Hispânica e Portuguesa</b> <i>Tatiana Aparecida Pereira Jerônimo.....</i>	<b>9</b>
<b>02. A Ação Católica na América Hispânica: O Estrategismo Eclesiástico</b> <i>Williams Bartolomeu Baracho de Lima.....</i>	<b>17</b>
<b>03. Naturalistas Alemães e Geógrafos Napoleônicos na América Latina: Um Ensaio Sobre o Estranhamento, o Cientificismo Romântico e a Indeterminação nos Domínios da História</b> <i>José Otávio Aguiar.....</i>	<b>41</b>
<b>04. A Revolução Morelense de 1910: Um Olhar Sobre a Formação da Classe Camponesa Indígena</b> <i>Faustino Teatino Cavalcante Neto.....</i>	<b>59</b>
<b>05. A América Latina Entre a História e a Literatura: Os desafios de lecionar</b> <i>Karlla Tathiana da Silva Oliveira.....</i>	<b>81</b>
<b>06. Lutas Populares na Bolívia: A Água e o Gás</b> <i>Celso Gestermeier do Nascimento.....</i>	<b>95</b>
<b>07. A Nova Insurreição na América Latina: A Construção das Estratégias de uma Outra Independência</b> <i>Renato Kilpp.....</i>	<b>111</b>

**08. A “Maioridade” do Oeste dos Estados Unidos da América Contada em Versos**

*Avani Palmeira de Araújo*.....123

**Notas**.....129

## APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, a renovação da escrita da História, que já não pode ser considerada tão nova, tem se tornado mais intensa no Brasil. Não obstante, no que diz respeito aos estudos sobre a “América Latina” de colonização hispânica, sentimos, apesar de grandes contribuições brasileiras, a presença de várias lacunas que ainda não foram observadas sob o olhar da história social e cultural. Nesse sentido, a série ora apresentada tem como objetivo atender parte dessa necessidade, onde oito estudiosos perscrutam algumas das muitas interrogações que se lançam sobre a América Hispânica ao longo do processo transcorrido a partir da presença do europeu em suas terras.

O esforço contido neste compêndio é resultado de pesquisas de quatro professores e de quatro alunos da Universidade Federal de Campina Grande, que pretendem tanto contribuir com esse renovar historiográfico como se dispor enquanto material didático aos interessados a dele se servirem. Segue abaixo uma rápida sùmula dos textos.

Tatiana Aparecida analisa no texto **“Três Religiões e Três Culturas na Península Ibérica: A Diversidade Cultural que Embarcou para as Américas Hispânica e Portuguesa”** a diversidade das relações étnicas, religiosas e sociais dos povos ibéricos, como um processo cultural híbrido, dado à fusão das culturas cristã, muçulmana e judaica, que por sua vez formou culturalmente os europeus que se dispuseram a colonizar parte das terras do que se convencionou chamar de “Novo Mundo”.

Williams Bartolomeu apresenta uma análise da História de Além-mar e suas estruturas de gerenciamento, observando **“A Ação Católica na América Hispânica: O Estrategismo Eclesiástico”**. O autor procura analisar não só a instalação e organização da Igreja, como também os meios simbólicos dos quais ela fez uso enquanto método de “manipulação das mentes”, assim como a receptividade destas sociedades a essas ações.

O pesquisador José Otávio Aguiar se propõe a tecer algumas questões sobre os olhares que intelectuais itinerantes franceses e alemães lançaram sobre a América, no período entre o ano do

exílio da Corte portuguesa no Brasil, 1808, e a década revolucionária francesa de 1830, cuja produção literária e científica influenciou sobremaneira a forma pela qual a Europa dos oitocentos passou a representar as Américas. A forma como essa representação etnocêntrica foi forjada é apresentada no ensaio **“Naturalistas Alemães e Geógrafos Napoleônicos na América Latina: Um Ensaio Sobre o Estranhamento, O Cientificismo Romântico e a Indeterminação nos Domínios da História”**.

No texto **“A Revolução Morelense de 1910: Um Olhar Sobre a Formação da Classe Camponesa Indígena”**, o autor que ora apresenta esse caderno, sob a ótica da história social, comenta alguns aspectos pertinentes para que se compreenda como se processou a constituição dessa classe no Estado de Morelos (México), discutindo como parte desse processo alguns antecedentes que remontam ao período da colonização espanhola (do século XVI ao XVIII) como também ao posterior à independência política do México – Reforma e Porfiriato – (século XIX), para que por fim perceba-se que a classe camponesa morelense, que investiu na revolução zapatista de 1910, surgiu como resultado de um longo processo de acúmulo de experiência.

Karlla Tathiana expõe uma experiência que teve em sala de aula com alunos do Ensino Médio, quando analisou especificamente a intervenção estrangeira estadunidense sobre a América Latina, tendo como fonte a obra de Gabriel García Márquez, *Cem Anos de Solidão*, que resultou no artigo **“A América Latina entre a História e a Literatura: Os Desafios de Lecionar”**

No ensaio **“Lutas Populares na Bolívia: A Água e o Gás”**, o professor Celso Gestermeier observa o ressurgimento de movimentos sociais de contestação naquele país, a partir do final do século passado, que não são novos na sua história, mas que ganham força no momento em que o projeto neoliberal tornou cada vez mais difícil a vida da população pobre.

O texto do professor Renato Kilpp **“A Nova Insurreição na América Latina: A Construção das Estratégias de uma Outra Independência”** analisa o capitalismo na sua forma contemporânea de exploração (neoliberalismo) sobre a América

Latina, observando ao mesmo tempo como as resistências nesse espaço se estabelecem enquanto alternativas concretas de libertação política, econômica e social.

Por fim, Avani Palmeira apresenta como a partir da leitura de um texto sobre as conquistas territoriais e as formações das unidades confederativas do oeste dos Estados Unidos, durante o século XIX, transformou-o em uma produção poética. O resultado é interessante por tornar a leitura menos enfadonha e, portanto, mais atraente, para que assim desperte a curiosidade e a atenção do leitor, e por fim possibilite a compreensão do assunto abordado. A experiência está intitulada de **“A ‘Maioridade’ do Oeste dos Estados Unidos da América Contada em Versos”**.

São estes, portanto, os esforços que compõem o segundo número dos *Textos Didáticos*.

Faustino Neto

Professor do DHG-UFCG



# TRÊS RELIGIÕES E TRÊS CULTURAS NA PENÍNSULA IBÉRICA: A DIVERSIDADE CULTURAL QUE EMBARCOU PARA AS AMÉRICAS HISPÂNICA E PORTUGUESA

**Tatiana Aparecida Pereira Jerônimo**

Graduanda em História pela Universidade Federal de  
Campina Grande

E-mail: [tap.iota@yahoo.com.br](mailto:tap.iota@yahoo.com.br)

## 1.AL – ANDALUZ: A ESPANHA MUÇULMANA

Nos anos que se seguiram a 712, quase toda a Península Ibérica se encontrava sob o domínio muçulmano. É a partir desse momento que começa a história de Al – Andaluz, nome dado pelos muçulmanos ao território ocupado em solo espanhol, que ficou conhecido como a Espanha muçulmana.

O domínio muçulmano de AL – Andaluz fez da península Ibérica, durante toda a Idade Média, um lugar com um modo de vida singular, em razão da coexistência de cristãos, muçulmanos e judeus. Essa foi uma situação única não vivida em nenhum outro lugar do Ocidente europeu. Nos oito anos em que ela durou, múltiplas influências e intercâmbios se processaram nos muitos momentos de paz estabelecidos em meio às guerras. A cultura de Al – Andaluz, primeiramente conhecida pelas suas manifestações artísticas, depressa se tornou a cultura mais refinada da Península Ibérica medieval, um mundo de poetas, filósofos e artistas.

Houve quem fizesse da Espanha muçulmana o modelo do mundo islâmico da Idade Média. No entanto, a “civilização extremamente original que resultou desta fusão não pode nem deve, em caso algum, ser confundida com o resto do mundo islâmico”<sup>1</sup>.

Essa observação evidencia que a religião islâmica trazida pelos povos muçulmanos foi de grande contribuição social e cultural para essa região, no entanto considerá-la como uma das origens da civilização islâmica é um equívoco, pois ela é apenas uma de suas partes integrantes, sendo herdeira de suas particularidades.

Atualmente, a Andaluzia, província ao Sul da Espanha, corresponde à parte mais importante do antigo AL – Andaluz, onde se situam as belas e típicas cidades de Córdoba, Sevilha e Granada.

## **2. “GENTES DO LIVRO”: O FUNDAMENTO DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Os muçulmanos protegiam inicialmente judeus e cristãos, aos quais chamavam de “gentes do livro”. O livro ao qual se referiam era a Bíblia, que aproximava, do ponto de vista religioso, judeus, cristãos e muçulmanos. Todos eles se consideravam descendentes de Abraão e herdeiros dos profetas, além de agraciados pela revelação de um Deus único, criador e eterno, que são aspectos fundamentais da fé abraçada pelas três religiões.

Consideradas como um dos principais elementos identificadores da sociedade e das comunidades humanas durante a Idade Média, as religiões são responsáveis por costumes e formas de organização social derivados de suas práticas e normas.

A tolerância religiosa dos muçulmanos com relação às “gentes do livro” possibilitou tanto aos judeus como aos cristãos conservar, após a invasão, uma série de direitos pessoais e religiosos, desde que pagassem os tributos e se mantivessem submissos à autoridade do invasor.

Esse contexto original e único no Ocidente, com três religiões e três culturas convivendo e se influenciando mutuamente ao longo de oito séculos, é que possibilita-nos compreendermos o desenvolvimento cultural da Península Ibérica.

### 3.CÓRDOBA E TOLEDO: CENTROS DE CRUZAMENTO DE CULTURAS

AL - Andaluz adquiriu um grande prestígio, tanto econômico quanto cultural, e Córdoba, sua capital, foi o centro mais avançado do Ocidente, se tornando a grande metrópole do Ocidente na Idade Média<sup>2</sup>.

Sob o domínio muçulmano, Córdoba teve destaque no comércio e no artesanato, também na agricultura, já que seus habitantes praticavam o cultivo intensivo, que exigia sofisticadas obras de irrigação para aumentar a produção. Introduziram o plantio de árvores frutíferas e hortaliças, até então desconhecidas no Ocidente, assim como de plantas aromáticas para fins industriais. Começaram os cultivos de arroz, cana-de-açúcar, tâmara, açafraão, algodão, amoreiras para alimentar o bicho-da-seda, e na pecuária os muçulmanos distinguiram-se como criadores de cavalos.

Os grupos sociais eram delimitados pela religião, característica presente em todas as regiões da península. O desenvolvimento comercial e artesanal, a cultura e o lazer, a riqueza e a ostentação contribuíram para o dinamismo de Córdoba. Após o desmembramento de seu território<sup>3</sup>, Toledo (situada em Castela no centro da península) tornou-se uma das cidades-estado mais poderosas sob o domínio cristão.

Toledo é hoje uma das poucas cidades do mundo em que ainda é visível a confluência das três principais culturas do mundo mediterrâneo medieval. Dividiram os mesmos espaços muçulmanos, judeus e cristãos, e dessa convivência resultou um rico intercâmbio cultural.

Essas comunidades organizaram-se socialmente segundo seus próprios costumes e gozavam de liberdade religiosa para praticar seus cultos; tal fato se verifica pela existência de igrejas, mesquitas e sinagogas em seu território. Houve, porém, períodos de dominação política de um grupo sobre os outros em Toledo, inicialmente com os muçulmanos, depois com os cristãos. O grupo judeu sempre foi minoritário, embora tivesse uma influência

marcante, pois seus representantes destacavam-se tanto na área intelectual quanto na administrativa.

Toledo, herdeira da riqueza cultural do mundo árabe, manteve-se sob o governo cristão como ponto de reunião de sábios e estudiosos. Os frutos do trabalho desses sábios, especialistas em traduções, converteram a cidade em um importante centro de saber, que atraía numerosos intelectuais europeus. O conhecimento que tanto moçárabes<sup>4</sup> como judeus tinham das línguas árabe e latina permitiu-lhes tornarem-se transmissores da ciência e do saber e ajudarem a fazer de Toledo mais uma autêntica ponte cultural entre o Oriente e o Ocidente nesse período.

Os judeus que chegaram à península antes da era cristã deixaram em Toledo um vasto legado. Sefarad era o nome atribuído à Espanha judaica. Os judeus tinham no comércio uma das suas atividades principais e atuavam como intermediários da Espanha cristã e da muçulmana.

Durante o governo muçulmano e nos primeiros anos do governo cristão em Toledo, as comunidades judaicas consolidaram-se como uma das mais ricas e importantes do mundo. Nela os judeus dedicavam-se ao pequeno comércio ambulante e ao exercício de cargos de autoridade.

Os muçulmanos que permaneceram em Toledo tiveram garantidos seus bens e a sua liberdade religiosa, segundo os acordos estabelecidos.

#### **4.A RECONQUISTA CRISTÃ**

Embora houvesse tolerância religiosa, as diferenças entre os diversos grupos provocavam revoltas constantes, que progressivamente levaram à desagregação de vários territórios da Espanha muçulmana. Aproveitando-se da situação, os cristãos intensificaram o movimento de Reconquista, ou seja, a retomada pelos cristãos das terras ocupadas pelos muçulmanos, que realizou suas ações mais ousadas a partir do século XI<sup>5</sup>.

Enquanto três anos bastaram para os muçulmanos dominarem a península Ibérica, oito séculos foram necessários

para que os cristãos a reconquistassem. No entanto, a ocupação dos muçulmanos da península Ibérica nunca chegou a ser total.

A Reconquista, entretanto, não alterou a composição da base populacional da sociedade, que permaneceu formada pelas comunidades cristãs, judaicas e muçulmanas, sendo a segunda apresentada como a mais ativa e inovadora, cujo declínio era devido à vontade de exclusão e de uniformização da primeira.

Do ponto de vista político, o estabelecimento do poder cristão da península Ibérica coincidiu com o processo de fortalecimento das monarquias, momento em que começaram a ser tomadas as decisões sobre os destinos de judeus e muçulmanos que se encontravam sob o domínio cristão na península.

A comunidade judaica era constituída por um número significativo de pessoas antes da invasão árabe. A tolerância muçulmana tinha favorecido o seu crescimento e atraía muitos judeus que viviam em outros lugares da Europa. Sefarad foi para os judeus uma segunda pátria. Os Judeus contribuíram eficazmente com os governos muçulmanos e cristãos, no entanto, pelo envolvimento deles com o mundo dos negócios e pela influência política e cultural que tinham nas cidades, converteram-se em alvos de inveja e inimizades, assim como das revoltas dirigidas contra o poder central, sendo expulsos da península Ibérica e espalhando-se por outras regiões do Mediterrâneo e da América recém”descoberta”.

Após a expulsão dos judeus, os muçulmanos que permaneceram na península se integraram gradualmente à sociedade cristã ou se concentraram em áreas rurais, deixando de ter no reino papel significativo do ponto de vista econômico e cultural.

## **5.O LEGADO CULTURAL**

Os legados culturais deixados pelas três religiões que se estabeleceram na península Ibérica são de grande importância, tanto para o estudo de sua história quanto das áreas territoriais da América por ela colonizada.

A construção de uma sociedade pluralista, aberta às contribuições de árabes, judeus e cristãos, resultou em experiências singulares nas artes, nas ciências, na filosofia e literatura, na medicina e química, na astronomia e cartografia, na matemática e arquitetura, na teologia e na indústria e comércio, e mesmo em campos nos quais as iniciativas partiam de pessoas anônimas, como os da vestimenta, do artesanato e dos costumes em geral.

No entanto, a presença do legado árabe trazido pelos povos muçulmanos é marcante na região sul da península Ibérica. Os árabes foram intérpretes, transmissores e atualizadores do saber clássico na Idade Média. No campo da astronomia e da ciência náutica, a contribuição dos árabes à civilização é inestimável, com a divulgação e o aperfeiçoamento de instrumentos como o astrolábio, a bússola e as cartas náuticas.

Na filosofia, os árabes não só resgataram o saber de filósofos como Aristóteles, mas também renovaram os sistemas filosóficos dos gregos, criando a verdadeira filosofia medieval, a qual levou ao triunfo do racionalismo moderno. Na matemática, introduziram o zero e os algarismos, ditos arábicos, que deram origem à numeração decimal.

A presença da arte árabe tanto em construções cristãs como judaicas é testemunho da convivência “pacífica” entre os três grupos culturais.

Os progressos literários e científicos muito se beneficiaram dos constantes contatos com outras civilizações e, em especial, com o Oriente muçulmano. Entretanto, foi a obtenção da autonomia política que rendeu à Espanha muçulmana seu primeiro grande monumento arquitetônico: a grande mesquita de Córdoba.

Segundo alguns, a grande mesquita é a única construção que se aproxima, na Idade Média, de uma efetiva rivalidade com a célebre igreja de Santa Sofia, em Constantinopla. Porém, não deixa de ser curioso que, em nossos dias, ambas tenham sofrido uma inversão de papéis. Santa Sofia transformou-se em mesquita e o monumento arquitetônico muçulmano transformou-se em templo cristão.

As contribuições da civilização árabe na Península Ibérica não se limitaram à esfera arquitetônica e a outros aspectos, pois o respeito às características culturais, religiosas e étnicas das tradições monoteístas de muçulmanos, judeus e cristãos permitiu que esses grupos convivessem em relativa paz. Essa lição de tolerância – apesar de alguns períodos em que estivessem no poder governantes marcados pelo fanatismo religioso – é a maior contribuição da presença muçulmana em terras ibéricas.

As influências culturais trazidas por cada uma dessas religiões se fazem presente nas culturas das sociedades atuais. Tanto na língua portuguesa quanto na espanhola, por exemplo, mais de quarenta por cento das palavras são de origem árabe. Tratam-se de vocábulos referentes às áreas em que a influência muçulmana foi a mais marcante, por exemplo, agrícola, comercial e militar, ou a objetivos de uso cotidiano. Muitas dessas palavras são facilmente reconhecíveis, porque conservam na sua grafia atual o artigo árabe *al*. Por exemplo: álcool, alfinete, algodão, além de café, sorvete, sofá, etc.

O elo que existiu entre as três maiores religiões monoteístas que coexistiram e se integraram no território ibérico contribuiu, portanto, para o aprimoramento e para a construção de uma identidade cultural em seu povo. Tantas foram as heranças deixadas na península Ibérica, resultadas de oito séculos de diversidades e pluralismo, que nem os momentos de tensões e conflitos entre estas religiões foram capazes de apagar sua importância na história da humanidade.

Assim, podemos concluir observando o quanto foi e o quanto se tornou importante para a península Ibérica a presença de diversos povos e culturas distintas, originadas pelas suas religiões, para a formação de seu próprio legado cultural.

Ao mesmo tempo observamos que esse espaço - fruto desse processo de hibridação de culturas - foi responsável pela colonização de parte das terras do que se convencionou chamar de “Novo Mundo”, o que nos antecipa um outro processo de convivência desta cultura ibérica com as chamadas culturas pré-colombianas, resultando daí as atuais sociedades americanas de língua espanhola e portuguesa.

# AAÇÃO CATÓLICA NA AMÉRICA HISPÂNICA: O ESTRATEGISMO ECLESIAÍSTICO

**Williams Bartolomeu Baracho de Lima**

Graduando em História pela Universidade Federal de  
Campina Grande

E-mail: [williamslima@globocom](mailto:williamslima@globocom)

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo do Séc. XVI e XVII, temos no continente americano o que denominamos de processo de colonização. Especificamente na América Hispânica, que é o ambiente onde iremos inserir e retirar nossos questionamentos, a colonização européia teve um efeito ímpar, quando levado em conta os impactos causados por sua forma de agir neste espaço. A Idéia de violência (seja ela simbólica ou não), a evangelização dos indígenas ou “transformação de suas vidas pagãs e bárbaras em uma vida civilizada e cristã” (Relações dos jesuítas da Nova França, 1636), o choque de valores sociais e culturais, assim como a exploração econômica e política, fizeram parte do cenário da América Hispânica colonial.

A Igreja Católica foi peça fundamental neste processo de incorporações e mudanças, do continente americano frente aos ideais e ações eurocentristas. Sua maleabilidade e sua estruturação fizeram com que seus instrumentos de poder tocassem a sociedade e exercessem sobre a mesma influencias de valores e pensamentos, pautados no alicerce de interesses estratégicos tanto da Igreja quanto da Coroa.

Este trabalho é articulado de uma maneira bastante interessante, em que é incorporado ao exercício de persuasão: o imaginário, o simbolismo, discursos cristãos e políticos, além dos instrumentos simbólicos, em que a Igreja católica busca a



formatação de um “modus operandi”, dos objectos simbólicos e da disseminação das ideologias cristãs.

Visto que esta leitura foca a maleabilidade das partículas formadoras da História; sendo essa “mutação” sensível não somente ao tempo, quanto ao espaço, este recorte deixa à parte o conceito provinciano de que a atuação da Igreja Católica na América Hispânica, no período colonial, pode ser vista apenas como um pano de fundo do Estado (apesar de muitas vezes incorporar tal ação), ali sempre presente, e onde sua atuação foi deslocada (passiva) de uma receptividade da sociedade.

Dentro desta temática, apresentamos algumas das ferramentas utilizadas e difundidas pela Igreja Católica, na América colonial, as quais visavam uma “manipulação” de consciências, métodos e meios, tornando-a uma célula ativa e de certo modo, e por que não dizer, astuta.

A administração desta célula usava, já em meados do séc. XVI, especificamente no recorte aqui debatido, estratégias de divulgação latentes e de efeitos tocantes, não só na sociedade como na política e economia. Viabilizava, neste momento, a propagação de ideais através de imagens e discursos transmitidos à população, estando aí explícitas as ferramentas de cunho estrategista da Igreja Católica. A Igreja utilizou-se não somente da necessidade do ser humano em acreditar em alguma coisa, e fazer de si o foco deste enredo, como despertando a fantasia destes “necessitados” (laicos).

Com essa prerrogativa de ter a Igreja como uma Instituição de caráter não apenas religioso, mas administrativo e estratégico, do ponto de vista do gerenciamento, trabalhamos também com um horizonte, dentro da “Nova História”, a História de “além-mar”<sup>1</sup>, tão bem exposta por Henk Wesseling (em texto contido no livro de Peter Burke), havendo nela uma reformulação da história colonial, explorando também agora a história cultural e social dos povos não-europeus. Além de formular toda uma dialética a respeito dos resultados de conflitos (choques) entre as culturas, refletindo diretamente na área social, política e econômica; não exaltando mais tais aspectos, em sua essência, a

partir do eurocentrismo e prospectando uma pesquisa baseada, sobretudo, na inserção da multidisciplinaridade do recorte.

Somamos a esses conceitos já apresentados aqui o horizonte proposto por Pierre Bourdieu sobre o Poder Simbólico<sup>2</sup>, que se encaixa, assim como os demais, perfeitamente no contexto aqui trabalhado; que vem a problematizar esta relação de poder, força e funcionalismo dos agentes e/ou das Instituições. Assim como de maneira coesa fornecer-nos os “universos simbólicos” sob uma perspectiva bastante intrigante, pois propõe a ótica pluralizada da função política destes “agentes” correlacionando com a hierarquização das classes, sejam eclesiásticas ou sociais.

Na América Espanhola, a instituição eclesiástica encontrou tais conflitos, e soube, apesar de disseminar a tradição, reformular alguns conceitos no intuito maior de angariar devotos nas colônias. E tais aspectos são de fundamental relevância para analisarmos a ação católica. Para sustentar tal abordagem, devemos salientar a propagação da fé católica por meios militares, assim como o entrelaçamento da evangelização com a exploração e a escravidão.

Diante dos fatos expostos, pretendemos discutir ao longo deste ensaio acadêmico uma gama de interesses e procedimentos, muitas vezes ocultos, usados pela Igreja Católica em busca de uma unificação da fé e da pregação de longevidade de seus preceitos.

## **2.O ESBOÇO RUMO AO NOVO MUNDO: A AMÉRICA ESPANHOLA EM PAUTA**

Para que possamos explanar de maneira clara o enredo que circunda a atuação, suas conjecturas de firmiação (dentre outros aspectos) da Igreja Católica na América Espanhola, no recorte colonial, é de fundamental importância que nos reportemos a fatos e características decorridas já no final da Idade Média e posteriormente às descobertas além-mar.

Em um primeiro momento, temos a tomada de Granada não como uma conquista militar com um fundo religioso; apresenta-se aqui neste momento (culminando com o fim do domínio mulçumano

em 1491), toda uma nova contextualização política e religiosa na Espanha.

Temos a afirmação do ideal de uma propagação da crença católica, utilizando-se de meios militares, o que põe a “Força Justa” ou bruta, como chamam outros, funcionando como mais uma ferramenta em prol da Igreja. E agora, mais que nunca, a Igreja iria, a partir do manuseio enviesado deste instrumento, fortificar seus alicerces (que vinham sendo “rachados”) em busca de novos cristãos. Outra característica que observamos, de uma expressão bastante relevante, é que a Coroa Espanhola, formada por Fernando e Isabel, não só estava com respaldo positivo da população, como tinha na pauta de sua política o emergente Estado Moderno.

Este modelo político viria a dar uma nova formatação de toda estrutura social-político-econômica, assim como eclesiástica, no território espanhol; e que posteriormente daria o “norte” para a política de exploração e colonização na América Espanhola. De maneira objetiva tinha como características primordiais: a Justificação Secular do Estado e, pelo menos, a fachada de uma uniformidade de crença. Aquela nada mais era que o controle, por parte do governo, de todas as instâncias sociais, incluindo-se aí as eclesiásticas, dando a visão de uma união e/ou submissão do propósito religioso ao poder mundano.

A dialética de uma crença uniforme anda em convergência com o Estado Moderno; todavia, em contrapartida apresentava-se a não aceitação por parte deste mesmo sujeito, neste momento, de ter a Igreja Católica como estandarte concreto e fiel de sua política.

No século XV, as Coroas Ibéricas focaram no intuito da expansão de seus domínios além-mar, já que era necessário fortificar a economia e a hegemonia do Estado. A Espanha contou com a astúcia e determinação de Cristóvão Colombo, que buscou a todo o momento envolver a idéia de uma chegada ao oriente via ocidente, com o signo da santa trindade e a glorificação da Coroa Espanhola.

Após intensas divergências de interesses políticos, econômicos e religiosos, Colombo foi enfim autorizado a “zarpar” rumo a este novo caminho, que viria a ser o “De Orbe Novo”<sup>8</sup>, segundo o jovem humanista Pedro Martyr d’ Anghiera, ou o Novo Mundo.

Na primeira instancia desta empreitada da Coroa Espanhola, temos um caráter mais concreto de uma investida política e militar, ou seja, uma exploração. A partir dos trechos abaixo é que temos um melhor embasamento para formularmos novos discursos ao longo deste trabalho.

Em setenta dias cheguei às Índias e lá achei numerosas ilhas, das quais tomei posse, em nome de Suas Altezas, sem encontrar nenhuma oposição (...) Os Habitantes de todas as ilhas que vi vivem completamente nus, homens e mulheres. Não conhecem o ferro e não tem armas; são bem constituídos e de boa estatura, mas extraordinariamente temerosos (...) Em todas essas ilhas não constatei quase nenhuma diversidade nos costumes e na língua; e eles se compreendem, coisa singular, que, espero, incitará Suas Altezas a empreender sua conversão à fé cristã (...) Na Ilha Espanhola, a ouro em abundancia, os índios que trago podem testemunhá-lo (...) e também especiarias(...) Também escravos, que se poderá prender, entre os idólatras (...) (COLOMBO, apud. MAHN-LOT, 1998; pg. 67-68).

Toda esta análise descrita acima são recortes retirados de uma Epístola, cujo nome é *Carta a Santange*<sup>9</sup>. Esta carta nos traz todo o horizonte ao qual remete esta primeira viagem, desde como foram vistos os nativos, seus comportamentos e suas organizações, assim como os prospectos da próxima viagem e quais as novas conjecturas da mesma, firmada na epístola, dentre outros critérios, sob um foco fortíssimo de economia e posteriormente de cunho religioso.

Tendo exposto toda a base que antecede o recorte das estratégias da Igreja Católica na América Espanhola, partiremos agora para o enfoque primordial, pelo qual esta sendo elaborado esse trabalho; logo mergulhemos na segunda metade do século

XV(1492-1496), em meio à segunda viagem de Cristóvão Colombo e o núcleo de mudanças dentro do propósito religioso.

### **3.INTERVENÇÕES E MANOBRAS: TUDO EM PROL DO “PROPÓSITO RELIGIOSO”**

Não foi a partir deste momento específico (XV e XVI) na América Hispânica que surgiu a preocupação do Papado e de toda sua estrutura eclesiástica em intervir quanto às expedições de exploração e conquista; isso ocorria há mais de meio século. Era necessário, principalmente neste recorte temporal, que a Igreja Católica como uma Instituição não ficasse à margem de todo esse processo emergente do Estado Moderno.

Após os levantamentos feitos por Colombo na primeira viagem (descrito na carta a Santangel), fazia-se necessário pedir a mais alta autoridade espiritual da fé católica que outorgasse a posse legítima e plena deste território. O novo Papa, Alexandre VI Bórgia, cuja nacionalidade era espanhola, mantinha uma relação amistosa com Fernando e Isabel e não relutou em conceder tal legitimação. Entretanto, a relação quanto à legitimação de direitos não era tão simples assim. *Bulas Papais* eram anteriormente designadas às investidas de exploração ou colonização; tais como: as Romanus Pontifex do Papa Nicolau V (1455), Cum dudum Affligebant de Calisto III (1456) e a bula Inter Coetera (1493) e Eximiae Devotionis de Alexandre VI. Estas bulas, dentre outras, buscavam canalizar os interesses dos Estados e da Igreja, tendo como um pano de fundo a preocupação da interpretação; a visão do acontecimento a partir do outros; ou seja, a preocupação aparente com os problemas humanos e religiosos dos povos conquistados.

Esta estratégia trabalhada pelo Estado e formulada, juntamente com a Igreja, quanto à legitimação de direitos, buscava por parte da entidade religiosa cristã abrigo da estrutura eclesiástica no Estado, com o intuito não somente de angariar novos fiéis através da conversão dos povos conquistados, como também pôr sobre a responsabilidade da Coroa a manutenção e proteção da Instituição católica.

Logo, toda a política eclesiástica da Igreja Militante ficou sob a “custódia” do Patronato Real. Este alicerce formador e gerencial da Igreja Católica na Espanha ficava sob o controle do Estado.

A coroa reservava-se o direito de indicar candidatos aos cargos eclesiásticos em todos os níveis e assumiu a obrigação de pagar salários e construir e dotar as catedrais, igrejas, os mosteiros e os hospitais com os dízimos cobrados sobre a produção agrícola e pecuária. A coroa reservava-se igualmente o direito de autorizar o envio de pessoal eclesiástico para as índias (...) (M. BARNADAS, 1998. Pg. 522).

Obviamente, mesmo diante deste controle exercido pelo Estado, a Igreja tinha o direito de delegar um poder temporal, destinado também à questão religiosa. Sob tais circunstâncias, o objetivo religioso da Igreja Católica na América Hispânica estava bastante especificado, assim como os meios de evangelização: “(...) tratar os índios com amor afim de que se domesticuem” (Cristovão Colombo). Segundo Colombo, o primordial era “zelar cuidadosamente para que não se faça nenhum mal aos índios, que sejam respeitados e tranqüilizados... Suas Altezas preferem a salvação desses homens e sua conversão a todas as riquezas que poderíamos achar aqui” (Cristóvão Colombo apud. Mahn-Lot).

Essa “domesticação” significava na verdade impor aos “índios”, ou nativos, a lealdade à Coroa Espanhola, além de sua aculturação, somando-se a isto a inserção das tribos na ideologia de crença católica, algumas vezes de maneira pacífica, mas ao não ser correspondido, o Estado juntamente com a Igreja e o Poder Militar, uniram-se preconizando a violência em certos casos. Abaixo segue:

Portanto, imploro-lhes e exijo, da melhor forma possível (...) (que) reconheçam a Igreja como senhora suprema do universo, e o Altíssimo Papa... em seu nome, e Sua Majestade e eu sem seu nome os receberemos (...)e deixaremos livres suas mulheres e filhos, sem servidão,

de modo que com eles e consigo mesmos vocês poderão fazer o que desejarem... e nós não os forçaremos a se tornarem cristão. Mas se não o fizerem (...) como ajuda de Deus, invadirei suas terras á força e farei guerra onde e como puder, e submetê-los-ei ao jugo e á obediência da Igreja e de Sua Majestade, e tomarei suas mulheres e seus filhos, tornando-os escravos (...)

E declaro solenemente que a culpa pelas mortes e danos sofridos por essa ação será sua, e não de Sua Majestade, nem minha, nem dos cavalheiros que comigo vieram (...).<sup>10</sup> (SEED, 1999. Pg. 101-102).

Este recorte, retirado do *Requerimiento*, mostra de maneira nítida toda essa esfera de interesses entre a Igreja e o Estado, e vai além, pois retrata de fato como era repassado o resultado dessa rede de estratégias, aos nativos.

Assim, a Igreja é posta como uma Instituição ativa, apesar de subordinada ao Estado, e com cunho fortemente político, já que do resultado desta empreitada dependia sua estabilidade. Como uma entidade política, também, deveria ser tratada como tal, ou seja, ao não cumprimento das ordens (ou objetivos) seria tratada de maneira punitiva.

#### **4.O OUTRO LADO DA CRUZ**

A partir dos dados apresentados, nos perguntamos: Por que uma Instituição imponente como a Igreja Católica submetia-se ao Estado? A resposta logicamente não é tão simples, mas façamos um apanhado objetivo dos arranjos que culminaram com tais atitudes.

O engrandecimento da família como a consolidação de seu caráter preocupou muito os papas, já que ela era um dos sustentáculos de toda a crença cristã. Desta forma, era preciso ficar atento para que os preceitos católicos não se perdessem meio a esse crescimento, ou seja, voltar mais atenções à estrutura familiar era importante para que esta não se perdesse em meio às inovações, ou melhor, não buscasse em seus próprios conceitos o caminho para uma nova vida, assim deixando de lado as linhas

de pensamentos cristãos, que têm como ponto forte guiar a sociedade: a família a: moral, ética e paz.

A nova política emergente do Estado Moderno, que não se inclinava mais para uma teocracia, nem muito menos para um “agostinialismo”, deixou receosa a Igreja Católica. E após 1517, somou-se a estes arranjos o crescimento e o fortalecimento do protestantismo, que vinha a persuadir não só os descrentes como cristãos e adeptos de outras religiões ou seitas. Além do mais, o Papado não vinha mais cedendo tamanhas quantias financeiras que fossem significativas à propagação da fé no Novo Mundo, nem também à manutenção do próprio gerenciamento e estabelecimento eclesiástico no panorama local.

Diante de tal situação, a Igreja Católica Espanhola buscou de diferentes meios manter sua estrutura cristã. Uma das válvulas de escape encontrada foi ceder diante do Patronato Real, apesar da perda do poder absoluto, no sentido de tomar decisões aleatoriamente ou baseadas em cunhos ideológicos particulares, e continuou com prestígio e atuando em um segundo plano.

O clero ainda possuía voz nos processos do Estado, mas nem sempre ter voz é prerrogativa para ser ouvido. Todavia, era melhor esta troca sistemática de interesses entre Igreja e Governo a ficar pairando em meio à nova conjuntura política vigente.

Como Instituição, a Igreja Católica Espanhola agiu como tal, cedeu quando foi necessário em prol da manutenção não apenas de sua estrutura e gerenciamento, como da propagação de seus preceitos. Sob esta estratégia adotada pela Igreja Católica, encontramos pertinência em um texto contemporâneo que se remete àquele cenário, conforme segue:

Evite ter uma forma definida, ao assumi-la, ao ter um plano visível você se expõe ao ataque. Em vez de assumir uma forma que seu inimigo possa agarrar, mantenha-se maleável e em movimento; Aceite o fato de que nada é certo e nenhuma lei é fixa. A melhor maneira de se proteger é ser tão fluido e amorfo como a água; não aposte na estabilidade ou na ordem permanente. Tudo muda (GREENER, Robert e Elffers, Joost. 2000. Pg. 445).



Essa maleabilidade fez com que a Igreja suportasse mais uma “turbulência”, contudo, apesar da mudança, a Igreja tentou fincar neste projeto a idéia da manutenção de uma tradição, obviamente adaptada aos novos paradigmas. Apesar de todo este esboço, a Igreja ainda viria a sofrer novas modificações e envolver-se em novos conflitos.

Uma dessas novas tensões girou em torno da *encomienda*, sistema pelo qual os índios eram espargidos entre os colonos, e estes exerceriam sobre aqueles um poder de “posse”, contudo, ainda não era vistos com escravos ou não possuíam, oficialmente, tal nomenclatura.

O conflito deu-se em razão da exploração dos índios, pois isto ia de encontro ao Evangelho que “supostamente” deveria ser aplicado nas Américas, o que fez com que algumas ordens religiosas não aceitassem tal ato. Logo, toda desenvoltura do “ideal” católico (para algumas ordens eclesiásticas) estava sendo, com isto, posta em risco, em virtude dos emergentes interesses políticos e econômicos, não mais apenas da Coroa, como também dos colonos.

As críticas a este sistema partiram de várias “ordens”, com o intuito maior de resguardar os índios e evangelização. O frade dominicano Antonio de Montesinos em 1511. pronunciou-use: “Todos vocês encontram-se em estado de pecado mortal e vão viver e morrer nele, por causa da crueldade e da tirania que estão infligindo a essas vitimas inocentes.” (M. BARNADAS, 1998. p. 523.). Assim como frei Bartolomé de Las Casas, encomendero, frade dominicano e pároco, que após algum tempo vivenciando estes conflitos arraigou-se de forma vertiginosa na defesa dos índios: “Não deveria ele (Cristóvão Colombo) colocar o amor ao próximo acima da preocupação com o lucro do Reis, e considerar a finalidade verdadeira da descoberta, que era a salvação de todos esses povos, em lugar de usar de força e violência, e atrair a ignomínia sobre o nome de cristo?” (MAHN-LOT, 1992. p. 90).

E assim sucederam-se vários discursos em torno desta célula que abrangia desde a questão da *encomienda*, que teve um fator determinante não apenas na expansão espanhola, como da sua consolidação na América, devido ao fator econômico como

também à questão do indígena ou nativos, apesar da tentativa do Estado de interceder entre os interesses divergentes.

## **5.A QUESTÃO INDÍGENA: MALEABILIDADE DIANTE A COMPLEXIBILIDADE**

A Igreja católica deparou-se, na América Espanhola, com sociedades complexas, sistemas ignotos aos padrões europeus, além de estruturas “religiosas”, ou de crenças, completamente enraizadas. Apesar de ter a “força justa” (militar) ao seu favor, diante de tal situação era necessário repensar a forma de atuação.

Uma coerção direta iria gerar um conflito ainda maior para com estas sociedades indígenas. Era necessário seduzir, ou mesmo induzir, assim como relata Robert Greene e Joost Elffers, na citação posta no primeiro parágrafo. E esta sim, nos traz a forma real de persuasão da qual se utilizou a Igreja Católica, neste recorte.

Conquiste corações e mentes, a coerção provoca reações que acabam funcionando contra você. É preciso atrair as pessoas para que queiram vir até você. A pessoa seduzida torna-se um fiel peão. Seduzem-se os outros atuando individualmente em suas psicologias e pontos fracos. Amacie o resistente atuando em suas emoções, jogando com aquilo que ele goste muito ou teme. Ignore os corações e as mentes dos outros e eles o odiarão. (GREENER, Robert e Elffers, Joost.).

Novas atitudes são exigidas da Igreja na atuação no Novo Mundo. A espada repressora do exército, como ferramenta da expansão religiosa através do militarismo, apesar de alguns autores não concordarem diretamente com esta idéia, deveria estar como um escudo e não uma arma ativa propriamente dita. Já que o escudo, dependendo das circunstâncias do portador, pode sim se transformar e ser utilizado como uma ferramenta ativa. O Requerimiento, em parte, mostra esta abordagem em que o mensageiro portava a força, mas ela estava em um segundo plano,

pois era posto em pauta que o receptor da mensagem poderia não se tornar um cristão, contudo era necessário que reconhecessem “a Igreja como suprema do universo, e o Altíssimo Papa... em seu nome, e sua Majestade em sua posição de senhor superior e Rei.” (SEED, 1999. p. 101-102).

Apesar desta abordagem quanto ao Requerimento não queremos aqui abranger o discurso, para a questão de ser ou não de direito legítimo, quanto ao caráter Humano, da Igreja Católica e da Coroa Espanhola (apesar da legitimação dada pelo Papa) o domínio e a jurisdição daquela terra e de seu povo. Mas, explicar de que forma isso era passado as “sociedades” e qual a receptividade das mesmas perante a ação.

Assim, as estratégias da Igreja em vários momentos formaram-se como “braços tentaculares”, ou seja, a tradição seria passada de maneira fluida. Porém, com que tipo de sociedade a Igreja estava lidando? Para que possamos entender melhor a atuação da Igreja, façamos algumas observações a respeito do caráter religioso destas comunidades presentes na América espanhola.

## **6.A CRENÇA NAS COMUNIDADES DA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA**

Para discorrer sobre as comunidades da América pré-colombiana, faço minhas as palavras de Frank da Costa em *A evolução cultural da América Pré-colombiana* (1998), quando ele afirma que apesar de ocorrer um contentamento para com as fontes de religião destas civilizações, “Pouco sabemos sobre a vida religiosa das comunidades dessa época (América Pré-colombiana), e temos de recorrer, com precauções, aos dados etnográficos relativos às sociedades análogas mais tardias.” (GIORDANI, 1989. p. 111). Sendo assim, tomemos como cunho desta explanação características objetivas e coesas destas comunidades.

Apesar de Colombo indagar que não havia observado idolatria ente os índios, tal fato era percebido não só na descoberta como também durante a colonização, ou seja, essas comunidades

eram complexas e estruturadas como nem mesmo os colonizadores poderiam imaginar, e desta forma suas crenças e costumes também possuíam raízes profundas dentro do contexto em que existiram.

Estas sociedades, estejam elas no período mais arcaico ou mais prospero, possuíam características peculiares. Dentre as peculiaridades temos: representações materiais dos deuses, tendências para o henoteísmo, culto dos demônios e espíritos da natureza, hábitos funerários, presença de xamãs, dentre outras particularidades. É válido ressaltar que existiam comunidades que, mesmo nômades, tinham seus próprios rituais.

Os índios buhuitihu, que habitavam a ilha espanhola e que são descritos na pesquisa de Raimundo Pané (publicada por Fernando Colombo), já apresentavam práticas de idolatria ou seita; crença numa vida “pós-tumulo”, costumes funerários, ritos em “louvor” aos deuses. Logo, todo este contexto nos remete a crer na existência de uma idolatria, mas a Colombo não era interessante mostrar por cartas tais costumes.

As civilizações mais coesas como os Astecas, Maias e os Incas têm abordagens somatórias às demais como heterogeneidade na origem de religiões, politeísmo ilimitado, negação da individualidade e sacrifícios sangrentos, no caso dos Astecas, apesar da existência de alguns estudos que comprovam a existência de um monoteísmo entre esta comunidade, no caso dos Maias sua estrutura político-social estava entrelaçada a uma aristocracia teocrática que comandava segundo o preceito de direito divino, e em sua religião apresentavam-se cerimônias religiosas de forte cunho espiritual, sacrifícios humanos e a crença na existência de um mundo infernal. Quanto aos incas, temos o seguinte relato de Bushnell<sup>11</sup>: “Não se compreenderá toda a natureza do império inca, sem se ter a idéia da religião que se baseava toda sua vida, e da qual o governante era uma parte integrante.” Desde mumificação a festivais religiosos, tais práticas tomavam a vida social política e eclesiástica.

Assim sendo, temos um “horizonte” do que aguardava a Igreja Católica na América hispânica, e de quão difícil seria a tarefa da evangelização, catequização ou mesmo do reconhecimento da entidade católica como senhora suprema do

universo. Com tamanho desafio, seria hora de uma reformulação, não apenas na ação, como também nos alicerces da Igreja?

## 7.A “TRADIÇÃO” FLEXIVEL FRENTE ÀS NOVAS ABORDAGENS

Perante os novos horizontes da descoberta a colonização, assim como dos problemas internos, em que a principal “ferida” seria o cisma luterano; cisma este que seria a “fuga” da população da corrente cristã em direção às idéias lançadas por Lutero, que viriam na contra-mão do estruturalismo pregado pela Igreja católica; a Igreja deparou-se com um desafio: Reformular, moderadamente, alguns preceitos a fim de adaptarem-se às novas conjunturas, porém sem perder a essência da tradição.

Desta forma, já em meados do século XVI, a Igreja católica e “ordens” regulares (franciscanas e dominicanas) sentiram a necessidade de restaurar e revigorar a prática cristã. Era preciso estabelecer a restauração da Igreja primitiva, de modo que esta empreitada de dominar o Novo Mundo era o cenário ideal para a pregação de um “evangelho” ou “cristianismo” puro, e assim também fortalecendo o papel da Igreja Na escala Social. A tarefa seria árdua, já que a interferência do Estado nesta instituição, a Igreja Católica, era forte, haja vista que foi decretado pelo Patronato Real que a comunicação entre Roma e as Índias deveria ser mediada por um conselho nomeado pela Coroa Espanhola, cuja nomenclatura era *pase régio*, ou *exequatur*; trazendo para o Poder Temporal, ou laico, o gerenciamento das Informações desta Instituição eclesiástica. “Na visão clássica de uma Sociedade Medieval dividida em três ordens, o clero não teria, pois, nenhuma dificuldade em se fazer reconhecer como o primeiro no seio de uma comunidade que lutava contra o infiel.” (RUCQUOI, 1995).

Mesmo diante desta concepção, é preciso observar que apesar da sociedade continuar dividida segundo preceitos econômicos, políticos e clérigos, a dificuldade da entidade religiosa, no caso a Igreja Católica, reafirmar todo seu poder e domínio perante a estrutura social vinha crescendo em comunhão com a ascensão da centralização do Poder por parte do Estado.

A visão do Estado Moderno toma mais calibre e força a Igreja a buscar novos caminhos para então recuperar esta posição no topo da estrutura social. Ser maleável e cúmplice de todo este encaminhamento por que passa a Espanha, neste caso específico da Igreja, torna-se essencial para então objetivar um caráter institucional, que remete a uma identidade também política e de gerenciamento dentro o processo político-social vigente.

Em um passado próximo, a falta de locações para a realização de reuniões por parte dos laicos, forçando a utilização de prédios clérigos, veicula a uma provável submissão do poder Temporal ao Espiritual, ou do laico ao eclesiástico, que segundo Rucqoui<sup>12</sup>, neste Horizonte do Novo Mundo e do Estado Moderno não mais terá lugar. Na estrutura do Novo Mundo, a Igreja terá seu lugar reservado no “miolo” das cidades, todavia, ao seu redor fixam-se a casa do governador, conselho da cidade e outras locações que serviam para a função de reuniões ou encontros e debates, tanto políticos quanto econômicos.

Buscamos neste ensaio esclarecer, dentro do recorte colonial abordado, a posição da Igreja perante a nova conjuntura vigente, sendo um pano de fundo ou mais um dentre outros, apesar de sua importância relevante, dos braços tentaculares do Estado.

O objetivo nosso, entretanto, não seria mostrar esta entidade eclesiástica como uma Instituição? Claro que sim, e em nenhum momento deixamos de apontá-la como tal, todavia, é de extrema relevância observamos que apesar das fases de crescimento e consolidação momentânea nas índias Ocidentais, sobre um caráter institucional, o Estado pôs sob sua guarda o mecanismo de impulsão e gerenciamento, certas vezes ativo outras passivo, contudo sempre presente.

Para elaborarmos discursos em torno desta problemática do estrategismo, é plausível que fiquemos, ao menos parcialmente, imersos no conceito que a área administrativa remete ao termo estratégia.

Temos que estratégia, de forma singela e objetiva, é a “arte da liderança”, seja em meio a “turbulências” ou a crescimento da Instituição, mas apresentamos aqui alguns outros conceitos para assim termos uma visão da atuação e do porquê desta ligação

entre a Igreja Católica nas Américas: Hispânica e Portuguesa e toda a máquina administrativa e gerencial estratégica. Temos, segundo Steven D. Peterson e Paul Tiffany<sup>13</sup>, que uma estratégia atua da seguinte forma:

- \*-Concretizar as metas e objetivos definidos para a empresa;
- \*-Levar em consideração os valores Pessoais (neste caso específico, Particulares) e Sociais que cercam a “Instituição”;
- \*-Orientar na alocação e no emprego dos Recursos Humanos e Financeiros;
- \*-Criar uma vantagem no âmbito social sustentável apesar de “turbulências” e “concorrências” intensa e obstinada.

Desta forma “(...) a estratégia funciona quando existe um processo que garanta a adequação consistente do planejamento com as operações contínuas do seu processo (...)”. E como já analisamos em outros tópicos, temos a Igreja, a Cúpula eclesialística assim como o Estado, entrelaçados nesta abordagem de gerenciamento estratégico.

É imersa neste cunho de articulações que a Igreja passará a moldar sua nova conjuntura de ação para com a sociedade e o Estado, ou seja, pautando a centralização do poder dentro da Instituição Cristã, no intuito de se ter um controle maior sobre os procedimentos, como também uma maior objetividade perante as ações e seus interesses.

Teoricamente, todos sabem que é preciso mudar, mas na prática as pessoas são criaturas de hábitos. Muita inovação é traumática, e conduz a rebeldia. Se você é novo numa posição de poder, ou alguém de fora tentando construir a sua base de poder, mostre explicitamente que respeita a maneira antiga de fazer as coisas. De a mudança é necessária, faça-a parecer uma suave melhoria do passado (GREENER, Robert e ELFFERS, Joost. 2000. Pg.: 418-425).

Desta maneira, galgar novos degraus rumo a esta reformulação era necessário para construir, em torno das novas conjunturas dos séculos XV ao XVIII, uma base de poder mais firme e concreta. Assim como percebemos no recorte acima, do livro *As 48 Leis do Poder*, a mudança não só foi necessária como foi tratada de forma a emergir a glória e solidez da Igreja Católica Primitiva.

E assim sucedeu-se a nova moldura da entidade eclesiástica, como nos afirmam pessoas de renome como Bartolomé de Las Casas, em seu pleno âmbito humanista e utópico; e documentos da época, como a implantação do ideal recomendado pelo Concílio de Trento (1545-1563). Mesmo diante da abordagem de autores que não crêem na influência do Concílio de Trento no que diz respeito à ação católica na América espanhola, concordamos moderadamente com Josep M. Barnadas quando o mesmo afirma um direcionamento de aspectos da Igreja, na América Hispânica, pautado, seja de forma direta ou indireta, em preceitos do Concílio<sup>14</sup>.

As estratégias de reformulação baseadas no Concílio, e respaldadas na América espanhola, abordaram características como a consolidação das estruturas eclesiásticas em relação não apenas ao Estado como às sociedades; a manutenção da ordem eclesiástica na mão do clero, apesar de indicações do Estado, e a reafirmação da autoridade episcopal em que a figura do bispo tornava-se ativa e forte no quadro eclesiástico e no político.

Com tais investidas, o intuito maior era desarticular paulatinamente a fortificação do Estado quanto à ação da Igreja. Ao menos via-se nessa nova estruturação uma probabilidade maior de articulação junto não somente a esta empreitada de colonização do Novo Mundo, como o combate ao protestantismo e ao levante glorioso da Igreja Católica.

## **8.A CÉLULA ADMINISTRATIVA ECLESIÁSTICA, O REFLEXO POSITIVO DAS ESTRATÉGIAS**

Toda essa reestruturação da Igreja católica no âmbito da América Hispânica, desde a descoberta à colonização, não foram



apenas especulações nem planos sem fundamento. As novas modulações formaram raízes na sociedade, na política, na economia e na cultura, mas através de quais instrumentos e de que forma atuaram isto na mediação da aplicação das mudanças junto à sociedade? É nesta questão que iremos mergulhar a partir deste tópico.

Não aceite os papéis que a sociedade lhe impinge. Recrie-se forjando uma nova identidade, uma que chame a atenção e não canse a platéia. Seja senhor da sua própria imagem, em vez de deixar que os outros que os outros a definam para você. Incorpore artifícios dramáticos aos gestos e ações públicas – seus poder se fortalecerá e sua personagem parecerá maior do que a realidade (GREENER, Robert e Elffers, Joost. 2000. Pg. 220-228).

Retratemos agora o Componente Eclesiástico, ou a estrutura administrativa eclesiástica, que obteve seu momento de apogeu e declínio no contexto sócio-político e intelectual da América hispânica.

A Igreja agia como partícula congruente do plano social, mantendo uma corrente de relações interdependentes entre a sociedade o governo. A Coroa comportava-se como árbitro da entidade eclesiástica, apesar de ter sobre a mesma uma espécie de “tutela” Difícil até mesmo especular qual o elo ou a pedra primordial dessa triangulação (Igreja, Estado e Sociedade), contudo é relevante relatar mais uma vez a cumplicidade em prol de interesses particulares de cada entidade acima relatada, sejam elas leigas ou não.

O Componente Eclesiástico, também intitulado de Clero, era dividido em Clero Regular e Clero Secular; cada um com suas particularidades; apesar de responderem por uma mesma entidade, seguiam seus passos conforme os interesses vigentes.

O clero Regular era bem mais articulado que o Secular; seus integrantes tinham uma formação bem mais sólida e requintada e boa parte procedia de famílias ricas e nobres. Logo, possuíam mais recursos para suas incursões e grau maior de

organização; focalizavam a Zona Rural. Atuavam através das *doctrinas*, que viriam a ser unidades evangélicas, num primeiro momento tidas como entidades conjuntas e dependentes da encomienda, logo voltadas em sua essência para os índios ligados à encomienda. Tinham uma estratégia persuasiva de por o cacique das tribos em favor deles fazendo deste o “elo” da ligação entre a entidade e a comunidade. Os *doctrineros*, indivíduos que ministravam a instrução cristã, davam mais ênfase à instrução que à conversão, ou seja, buscavam mais uma organização da vida social dos “*conversos*” do que sua inserção direta no contexto cristão. Todavia, com relação aos povos sedentários, era mais prático e usual a conversão.

No Clero Regular havia as ordens dos *mendicantes* ou dos missionários. Deixo aqui ambas as nomenclaturas mesmo diante de alguns levantamentos, como o dos escritores: Stuart B. Schwartz e James Lockhart:

A palavra “Missão” era desconhecida na América espanhola do século XVI, e assim deveria ser; havia Igrejas de paróquias e Igrejas de Mosteiros, algumas em Vilas espanholas e outras em Vilas indígenas. E não havia ninguém que fosse chamado de “missionário”. Não seria incorreto aplicar este nome aos padres e frades que trabalhavam em meio aos índios, mas o termo que foi realmente usado na época é mais sugestivo: *doctrinero*.<sup>15</sup>

Os franciscanos e os dominicanos formavam uma ordem voltada para a manutenção de sua fundação e adotavam um comportamento mais polêmico e crítico quanto às doutrinas, pois buscavam uma ação popular de cunho pragmático. Estas ordens, juntamente com as outras que neste contexto colonial, atuavam em “mutirão” em prol de construir uma orientação e instrução para os povos indígenas quanto aos hábitos e caracteres culturais como: idioma, elementos culturais e estéticos.

Quanto ao Clero Secular, centralizado nos grandes núcleos urbanos, buscava sua manutenção por meios próprios, através de atividades econômicas autônomas. Seus membros eram tão ativos na economia quanto qualquer outro indivíduo e eram, em sua

maioria, mais maleáveis aos interesses particulares, pois sua supervisão era mais mortífera. Atuavam, além das práticas religiosas, estruturando escolas em todos os níveis e tendo uma influência eminente na intelectualidade e formação dos indivíduos, dentro do foco religioso. Este clero fundou paróquias, como instituição disseminadora de seus ideais. “As paróquias assumiram a tarefa pastoral de transplantar e proteger a Verdadeira Fé na comunidade espanhola.”<sup>16</sup>.

Para que toda esta estrutura de gerenciamento não sucumbisse e sim progredisse, era necessário um alicerce financeiro bastante forte e duradouro, que cada vez mais projetasse a influência da Igreja Católica e suas ordens, no âmbito da economia e da política.

No que se refere ao sustentáculo financeiro do Clero Regular e das ordens mendicantes, temos as doações como instrumento de inserção e fonte deste grupo, quanto à economia e à política. Quanto mais respaldo financeiro por parte dos “crentes”, aumentava o número de indivíduos na instituição, e assim maior era o poder de “compra” ou arrendamento de posses.

Quanto ao Clero Secular, como havia de manter-se necessariamente por meio autônomos, dentre outras estratégias, adotou o sistema de “*Capelania*” cuja a doação tornava-se diretamente uma troca sistemática de interesses. Este sistema consistia na seguinte relação: o doador fornecia a verba; em troca receberia influência e renome na sociedade e na entidade. De forma mais clara, o esquema tinha o seguinte esboço: quanto mais finanças direcionasse à Igreja, mais missas eram rezadas em nome da família doadora; esta mesma família mantinha a propriedade na qual eram rezadas as missas, possuía o patrono da capela, ou seja, a administração da renda, assim como o sacerdote era membro da família. Os benefícios do financiador são bem claros, mas os da Igreja também são proveitosos, principalmente o seu fortalecimento econômico; ainda que o dinheiro ficasse sob a tutela da família a igreja possuía o crédito e redução de despesas com relação à manutenção das estruturas.

Dentre os preceitos aqui apresentados no que se refere à importância da estrutura eclesiástica e quais as ferramentas

utilizadas para sua manutenção, em meados do século XVI e primeira metade do XVII, é de relevante importância analisarmos também a estratégia de aproximação da sociedade de uma maneira geral, fosse ela nativa ou não.

Com este entrelaçamento entre Igreja e sociedade através da participação de organismos leigos por meio de apoio financeiro ou participativo quanto à disseminação direta ou indireta da fé católica, constatamos que neste cenário a Igreja e suas ordens conseguem uma válvula de escape, ao menos temporária, do Patronato Real.

Neste caso, seus esforços quanto à nova moldura estavam ali, naquele momento, trazendo um respaldo positivo quanto a sua posição no âmbito social e político. O Estado Ficou um pouco de fora dessa relação, apesar de possuir ainda voz na nomeação. Todavia, o Concílio de Trento já havia posto o comando da entidade eclesiástica regional sob o comando do Bispo, assim visando uma maior centralização política interna da Igreja. Apesar das divergências entre o Clero Regular, as ordens e o Clero Secular, faz-se necessário que enxerguemos como estes organismos agiam como braços tentaculares da Igreja em diferentes pontos da América, ou seja, uma divisão sistemática na atuação em diferentes espaços e sujeitos; nada mais que uma ação de forte cunho político e social para a entidade Igreja Católica.

E isso refletiu no apogeu da entidade na América Espanhola, já que a Igreja conseguiu galgar novos degraus rumo à diminuição da dependência do Estado, assim como angariar novos adeptos e financiadores de suas estruturas; indo além tem a diminuição da Idolatria perante as comunidades da América Hispânica. A ascensão de poder da Igreja passou a ser notável, cabe agora saber se o Governo dentro dos planos de um Estado Moderno iria permitir tal ascendência.

## **9.O REFLEXO DA ASCENSÃO É UMA NOVA BATALHA COM O PODER TEMPORAL**

A importância das ordens mendicantes para a consolidação da Igreja no século XVI e início do XVII é clara. Os dominicanos e os franciscanos tiveram papel fundamental em tal empreitada. Contudo, os jesuítas também fortaleceram o caminho do mérito, se não igual, mais ainda que os demais.

(...) Enquanto no século XVII a administração central da Igreja parecia cochilar nas ensolaradas montanhas do conservadorismo pastoral, tinha lugar a mais importante expansão da vanguarda missionária, graças aos regulares, principalmente os jesuítas e os franciscanos, as ordens as ordens que haviam permanecido for do círculo vicioso da inércia e da estagnação (...) (M. BARNADAS, Josep; 1998. Pg. 543-544).

No século XVIII, o cenário deu lugar a vários conflitos ideológicos de repercussões principalmente políticas e eclesiásticas, em decorrência da emergência do poder da Igreja Católica, por mérito não somente dos franciscanos e dos jesuítas, assim como do Clero Secular e as demais ordens; o Estado almejava retomar o poder articulado com a criação do Patronato Real, perdido paulatinamente com a independência da instituição eclesiástica.

Logo, alguns sujeitos atuantes desta nova empreitada do Estado visualizaram nos jesuítas os maiores articuladores da força da Igreja sobre o Estado. De todas as ordens, estes eram os mais desarticulados na relação com a Coroa; assim formou-se uma campanha anti-jesuítica a fim de quebrar com a estrutura sócio-econômica e intelectual da Igreja. Carlos III expulsou de seus domínios todos os membros da ordem, tanto na Europa quanto na América.

A Igreja Católica defrontou-se com a perda de seu bloco estrutural de maior poder no momento, ficando vulnerável ao Estado e ao período pré-independência. Assim ficou claro que a Igreja foi direcionada, pelo Governo, à América Hispânica, com o intuito maior de servir aos interesses do mesmo.

Mesmo tendo sido mantida na América espanhola no século XIX, já na fase das repúblicas, a Igreja teve mais uma vez que

submeter-se ao poder do Patronato Real, pois os novos governantes ainda tinham a ânsia de manter sob sua tutela a entidade eclesiástica da Igreja Católica, visto seu tamanho poder estrategista e de manipulação perante a sociedade e seus indivíduos.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Traçando convergências e divergências, ao decorrer deste trabalho, quanto à atuação eclesiástica na América Hispânica, buscamos mostrar quão forte é o poder de “manipulação” e quais suas conseqüências dentro do quadro social, político e econômico, além de pôr em relevo as estratégias e panoramas diversos com os quais se deparou a Igreja Católica, que variaram e reformularam-se diante de novos espaços e contextos inseridos.

Sobre a linha da História social, somando a multidisciplinaridade aos conhecimentos obtidos para a formação de um discurso maleável, assim sendo, aberto a novas conjunturas, para então formar um alicerce mais bem estruturado frente aos conceitos que por hora estão em voga, é que expomos aqui uma abordagem sob o cunho estrategista da ação eclesiástica na América Hispânica, tanto no contexto colonial quanto no contemporâneo. Buscando gerar novos discursos, é que propomos fazer deste estudo acadêmico uma ferramenta para tal empreitada.

# NATURALISTAS ALEMÃES E GEÓGRAFOS NAPOLEÔNICOS NA AMÉRICA LATINA: UM ENSAIO SOBRE O ESTRANHAMENTO, O CIENTIFICISMO ROMÂNTICO E A INDERMINAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA HISTÓRIA.

**José Otávio Aguiar**

Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG

Professor do Curso de História da UFCG

E-mail: jotavioa@terra.com.br

*[...] quanto mais a civilização se estabelecer sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria” (Condorcet, 1787)*

*D’ici à cinquante ans, il faudra refaire l’histoire de Napoleon tous  
lês ans...*

*(Stendal, Vie de Napoleon, préface)*

*il faudra refaire l’histoire de Napoleon tous lês ans...*

*(Stendal, Vie de Napoleon, préface)*

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS OU DO ORIENTE ÀS NEOEUROPAS.

Fascinado com a história das conquistas militares chinesas durante a Dinastia Ming, Napoleão Bonaparte, o célebre e controvertido Imperador dos franceses, acreditava que o mundo chinês, adormecido, estremeceria a Terra ao despertar de seu sono secular, autoconfiante e relegado ao ópio de um míope e obsoleto

narcisismo. Morto Bonaparte, uma guerra de versões sobre a sua memória desdobrou-se em milhas de laudas escritas por historiadores franceses e ingleses de vária extração. A China e sua civilização continuaram a fascinar os franceses eruditos, de Honoré de Balzac a Marcel Granet, mas a profecia sobre o renascimento do Dragão não se concretizaria naqueles românticos e conturbados dias do nascente século XIX. Do lado germânico, Hegel, o conterrâneo de Goethe para quem a Índia figurava como *Terra do Desejo*, afirmava que a América não tinha uma história digna de nota. Foi assim para a maioria dos homens de ciência que a visitaram, no segundo quartel do século de 1700 e na primeira metade dos oitocentos.

Como nos desenhos e textos de Alexander von Humbolt, são freqüentes uma natureza tropical exuberante e um homem indígena apequenado e degenerado, quase uma projeção sobre a prancha e o nanquim de um quadro mental e virtualmente nada empírico, extraído certamente de um dos livros de Bufon.<sup>18</sup>

Proponho-me aqui neste ensaio tecer algumas interrogações sobre os olhares que intelectuais itinerantes franceses e alemães lançaram sobre outra terra do desejo, a América, num período que varia entre o ano do exílio da Corte portuguesa no Brasil, 1808, e a década revolucionária francesa de 1830. Mais particularmente, concentrar-me-ei sobre as trajetórias de viagem de Alexander von Humbolt, Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, três naturalistas alemães cujas produções literárias e científicas influenciaram sobremaneira a forma pela qual a Europa dos oitocentos passou a representar as Américas. Referindo-se a essa representação, o historiador ambiental Alfred Crosby utiliza uma denominação (a meu ver um tanto etnocêntrica) forjada bem ao gosto dos homens que estudamos: as *Neoeuropas*.<sup>19</sup> Uma imagem do liberalismo delineada pelos traços dos oficiais franceses exilados e descrita nos relatórios de campanha dos mercenários ingleses seria, então, construída, tecida numa rede de emaranhados discursivos para que a Europa, em mecanismo de negativo fotográfico, conseguisse delimitar o seu lugar no Universo. Essas eloqüentes criações de sentido, essas miríades de imagens que surpreendem grandemente o pesquisador,



introduzindo surpresas na seqüência, por vezes enfadonha, de detalhada e exaustiva varredura arquivística, me fazem lembrar a indeterminada e inédita capacidade compartilhada por todos os homens de, no tempo e no espaço, inventar novos possíveis, recolocando nexos absolutamente inesperados. De outro lado, venho aqui, também, incitar à leitura conjunta de textos produzidos nas Américas Hispânica e Portuguesa, freqüentemente negligenciada por nossa tradicional historiografia brasileira, marcadamente a oitocentista, que, desde Francisco Adolfo de Varnhagem e Karl Friedrich Philip von Martius, tende a interpretar nosso antigo Império de origem lusófona como uma ilha de harmonia política, cercada e assobrada por uma miríade de *republiquetas* caudilhescas de fala *castelhana*. Rompendo a arrogância de nossa interpretação etnocêntrica, cujas raízes ideológicas já foram largamente localizadas por uma recente historiografia das idéias, reafirmemos a necessidade de diálogo entre historiadores e demais pesquisadores das Ci das Américas Latinas e Caribenhas.

## **2.ALEXANDER VON HUMBOLDT E NAPOLEÃO BONAPARTE: POLÍTICA E GUERRA NA REINVENÇÃO OITOCENTISTA DA AMÉRICA.**

*A natureza são duas. Uma, tal qual se sabe a si mesma.  
Outra que vemos. Mas vemos? Ou é a ilusão das coisas.*

(Carlos Drummond de Andrade,  
“A Folha”)

*Erro, deixai cair a venda que me pões!*

( Goethe)

Localizada entre os paralelos 32°N e 57°S, a América Latina tem a maior parte de suas terras na zona chamada intertropical, o que determina todo um domínio de climas equatoriais e tropicais, ocorrendo climas temperados apenas no norte do México e na

porção meridional da América do Sul. Dependendo da combinação de certos fatores climáticos, podem ocorrer também áreas de climas áridos e semi-áridos, como até mesmo de clima frio, próprio das regiões montanhosas, graças à influência da altitude. Nas ilhas, os climas são influenciados principalmente pela latitude, mais particularmente na região intertropical. A pluviosidade é grande ao norte e menor ao sul, especialmente entre os meses de julho e novembro, pois os ventos alísios sopram do norte da América do Sul e caminham em direção ao atual território dos Estados Unidos da América, favorecendo inclusive as condições propícias, naquela região, ao aparecimento de furacões sazonais.

Uma das correntes frias que sobe o Oceano Pacífico em determinados períodos do ano leva o nome de Alexander von Humboldt, um famoso naturalista alemão nascido no mesmo ano em que Napoleão Bonaparte, 1769. Parece-me apropriada a homenagem a um dos homens que alimentou a intenção carregada de energia de reinventar a América do Sul para a ciência do século XIX e gastou toda a sua fortuna pessoal no empreendimento de tornar isso viável.

Na juventude, Humboldt havia sonhado com a Índia. Desejava navegar pelo rio Ganges, subir as mais altas cadeias de montanhas e anotar dados mineralógicos e geográficos. O malogro político e financeiro desse sonho foi acompanhado do nascimento de uma esperança, agora voltada para a África. Ele visitaria o Egito, integrando a missão francesa que intentava subir o rio Nilo em um pequeno navio para coletar dados sobre as ciências da Natureza. Efetivamente, em 1798, Berthollet, um famoso químico dos setecentos, havia convidado Saint-Hilaire para integrar uma grande expedição ao oriente, organizada por Bonaparte. Invadindo o Egito, o futuro Imperador sonhava em promover, simultaneamente, a maior expedição científica de todos os tempos. A expedição militar visava fornecer uma excelente base de operações na passagem do Mar Vermelho para arruinar a colonização e o comércio ingleses na Índia. Uma grande onda de interesse pelo passado da humanidade seria então deflagrada com a expedição napoleônica, que ainda foi responsável pela criação do Instituto do Egito, com sede no Cairo. Cabe observar,

entretanto, que a ausência de um convite oficial por parte do General Bonaparte acabou por impossibilitar os sonhos de viagem do jovem Humboldt. Para complicar as coisas, em um episódio posterior e bastante comentado na época, interpelado por Humboldt sobre a possibilidade de apoio governamental francês para uma viagem de pesquisas botânicas à América, Napoleão o haveria convidado, desdenhosamente, a juntar-se a Josephine, sua “imperial mulher”, cuidando de seu jardim pessoal, tarefa que, dado o encaminhamento da conversa, tendia a parecer jocosamente trivial e sem importância.

Impedido de visitar a América Portuguesa devido a problemas políticos, Humboldt e seu companheiro de viagem francês, Aimé Bonpland, embarcaram então para a América, encorajados pela Espanha do Rei Carlos IV. Este monarca, animado pelo espírito que, na mesma época, inspirava o Reformismo Ilustrado Lusitano, franqueara a entrada dos naturalistas em seus domínios coloniais, inspirando-se, talvez, na memória da expedição La Condamine, em parte malograda.<sup>20</sup> Estes territórios, já então, preocupavam a metrópole castelhana, obrigada a viver sob uma constante ameaça de sedição separatista. Partiram os dois da Paris Napoleônica, no ano revolucionário de 1799, a bordo de um navio de nome significativo: Francisco Pizarro. Seu primeiro destino foi a Venezuela, onde os naturalistas navegaram o Rio Orenoco, devassaram selvas e exploraram planícies. De lá, viajaram pela Amazônia até o Peru, onde, mais tarde, explorariam a Cordilheira dos Andes. No caminho, durante a passagem por Bogotá, os dois visitaram o naturalista José Celestino Mutis e a botânica Manuela Santamaría de Manrique.

A América do Sul conta com uma extensa rede hidrográfica e somente suas três maiores bacias (Amazônica, a maior do globo, a do rio da Prata e a do rio Orenoco) drenam aproximadamente 50% de suas terras. Quanto ao relevo, um dos mais significativos focos do interesse de Humboldt, cabe observar que, na porção oriental, predominam os antigos maciços cristalinos, bastante desgastados por milhões de anos de erosão, como os planaltos do Brasil e das guianas. No centro do Continente predomina extensas planícies fluviais, o que facilitava nos oitocentos, em parte, o

acesso de pesquisadores pelas hidrovias naturais. Essas são de formação geológica recente e entrecortam os vales, cavando nervuras em planícies como as dos rios Orenoco e Madalena ou, ao Sul, as planícies Platina, do Pantanal, do Chaco e dos Pampas. Ao Norte, associando um solo pobre à vasta cobertura vegetal da floresta equatorial, estende-se a vasta planície Amazônica.

Humboldt constatou que na porção oriental da América meridional havia altas cadeias de montanhas denominadas Cordilheira dos Andes; cordilheiras que se estendiam ao longo da orla do pacífico, se alongando da Venezuela até a Terra do Fogo, na atual Argentina. No México, a cordilheira localmente chamada de Sierra Madre ramifica-se em duas cristas paralelas, formando-se, entre elas, um planalto. A continuação da Sierra Madre, na América Central, é denominada Cordilheira Isabelia, ao norte, e Talamanca, ao sul.

As representações da América como paraíso terrestre, repleto de natureza intocada e ausente de civilização, que se abria como um livro aberto à escrita de sua história única e prestes a se iniciar, remontam aos séculos XV e XVI e são tributárias, sem dúvida, dos escritos de Colombo, Raleigh e Vespúcio, dentre outros. Essa imagem, paradoxalmente, foi construída sobre as ruínas do edifício soçobrado do grande sonho de Colombo de encontrar a China da Dinastia Yuan, descrita por Marco Pólo em seus relatos. Colombo não encontrou o Grande Khan, nem as cidades populosas ligadas por versáteis e pavimentadas estradas, mas, respondendo à própria desilusão, abriu lugar à construção de uma representação da natureza americana dotada de um valor estético intrínseco, idéia essa bastante propícia, aliás, à necessária justificativa de sua viagem junto às inquirições de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, seus reais e católicos financiadores.

Do Peru, os viajantes navegaram para o México onde visitaram coleções zoológicas e botânicas antes restritas aos naturalistas hispano-americanos. Após um ano de permanência, visitaram rapidamente os EUA, onde foram recebidos por Thomas Jefferson, e retornaram aclamados a Paris, em agosto de 1804.

Dessa viagem resultaram incentivos a novas iniciativas movidas por governos, mecenas particulares, associações

científicas e fortunas pessoais. Logo, uma rede de correspondências academicamente autorizadas com troca de informações estendia tentáculos que interligavam a América à rede de redefinições e ressignificações tecida pelos pretensiosos saberes da ciência oitocentista.

Os desenhos dos naturalistas eram efetuados **in loco** pela utilização de aquarelas ou nanquim. Compô-los demandaria algum tempo, mas o viajante raramente dispunha de muitas horas para permanecer em cada local visitado. Tornava-se, então, necessário “rabiscar” as formas das plantas, dos animais e os quadros das sociedades que se desejava retratar com a maior rapidez e da forma “mais fiel possível.” No caso de representar as sociedades indígenas, cabe observar que nem sempre os índios estavam dispostos a posar para os retratos. Diversas, portanto, eram as dificuldades enfrentadas.

[...]Antes da descoberta das primeiras técnicas de fotografia – e mesmo antes que estas tecnologias alcançassem uma maior eficiência reprodutiva, acompanhada de uma mínima disponibilização no mercado – as pinturas e os desenhos, que, dentre outras vantagens, poderiam expressar de maneira aproximada algumas variações de cor, foram fontes importantes de referência para viajantes em todo o mundo colonial europeu. Segundo Bufon, “não se podia definir uma espécie sem descrevê-la detalhadamente [...]”.<sup>21</sup>

Estes esboços destinavam-se a ávidos leitores de além-Atlântico interessados em informações botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas. Reproduzir imagens em livros comerciáveis era técnica que os europeus conheciam desde o século XV. Xilogravuras, moldes em cobre e metal eram reproduzidos em diversos exemplares literários e vendidos, por vezes, a preços bastante elevados.

No início do século XIX, tornou-se possível a impressão de aquarelas, litogravuras e desenhos inscritos em aço em maior escala.<sup>22</sup> Esta inovação tecnológica tornou possível a publicação

mais rápida de certas estampas em cores produzidas pelos naturalistas europeus em visita à América. Suas técnicas de representação, coleta e classificação calcavam-se, mais frequentemente, no sistema setecentista de Carl Lineu, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas características e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico – ambos grafados em latim, língua que ainda era internacionalmente conhecida nos meios literários dos séculos XVII e XIX – conferia, assim, a cada espécie, uma designação singular e única.<sup>23</sup>

No campo da zoologia, Lineu, observando a importância das mamas na alimentação dos filhotes de determinados animais, subdividiu dentre eles o grupo *mammalia*, no qual incluiu os homens. Como observou Ronald Raminelli, para Lineu “.. os americanos eram mamíferos, primatas, regulados pelos costumes. A falta de barba os fazia monstruosos”<sup>24</sup>

Assim, estudo das humanidades americanas se amalgamava ao da zoologia e da botânica. Os dados etnográficos se misturavam às descrições botânicas. Para Raminelli:

[...]Por intermédio da história natural, aprendiam-se o valor e a importância das comunidades e regiões percorridas. Desse modo, as memórias, as pranchas e as espécies coletadas demonstravam as potencialidades da exploração comercial. A ciência atuava como ‘descrição exata de tudo’ e funcionava como um espelho rico e multifacetado, no qual toda Europa pôde projetar a si mesma como construtora do processo planetário em expansão. Em nome da ciência os naturalistas atenuavam a competição provocada pela expansão comercial, política e pelo domínio colonial. A sistematização da natureza e dos povos representava não apenas um discurso sobre os mundos não europeus, mas um discurso urbano, burguês e letrado, sobre os mundos iletrados e rurais, que atuavam não somente no além mar, mas sobre os campos europeus, transformando-os segundo a lógica do capital [...].<sup>25</sup>

Enquanto traços anatômicos e cromáticos de algumas espécies eram graficamente preservados, exemplares inteiros de plantas eram desidratados e espécimes animais eram preservados em álcool. Caixas e mais caixas de plantas americanas, bem como suas respectivas sementes, dirigiam-se anualmente aos herbários e jardins botânicos europeus. Borboletas e outros insetos eram afixados por alfinetes em quadros de papel emoldurados que eram enviados para diversas universidades e museus de História Natural. Conservar o material até que fosse transportado para a Europa exigia esforços consideráveis já que seu trajeto via-se, na estação das chuvas no sudeste do Brasil, quase inviabilizado.

A abundância e a variedade dos vegetais encantavam aos botânicos europeus, que logo de início partiam para a tarefa de compará-los com possíveis correspondentes já conhecidos. A tarefa era hercúlea. Auguste de Saint-Hilaire, em sua viagem ao Brasil, exprimiu sua admiração frente à riqueza dos trechos de Mata Atlântica vislumbrados durante sua estada de um mês na “magnífica habitação de Ubá”, perto da divisa entre as capitânicas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, não muito longe do caminho para Vila Rica, às margens do rio Paraíba:

Acostumado à fatigante monotonia de seus bosques de pinheiros, de faias, ou de carvalhos, o europeu poderia ter apenas uma idéia imperfeita dos bosques virgens da América Meridional, onde a natureza parece ter esgotado suas forças para mostrar o que ela tem de mais magnífico e de mais variado [...].<sup>26</sup>

### **3.A INTERVENÇÃO DE SPIX E MÁRTIUS EM SUA VIAGEM PELO BRASIL**

Correspondentes de Alexander Von Humboldt, Mártius e Spix haviam chegado ao Brasil em julho de 1817, por ocasião do casamento do Príncipe herdeiro Dom Pedro I com a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria.

Maximiliano José I, Rei da Baviera, que planejava a viagem do zoólogo Spix e do botânico Martius à América do Sul desde 1815, havia-se aproveitado das boas relações que naquele momento mantinha com a Áustria para realizar o seu intento. Francisco I, rei da Áustria e pai da noiva, era seu genro e planejava enviar uma expedição composta por naturalistas do Museu de História Natural de Viena ao interior do Brasil. O atraso da comitiva da Arquiduquesa em chegar ao Rio de Janeiro com os demais naturalistas fez com que a expedição pelo interior do Brasil se realizasse de forma independente. Após seis meses transcorridos no Rio de Janeiro e despendidos no trabalho de preparar o roteiro da viagem, os dois, auxiliados por tropeiros e guias nativos, rumaram para São Paulo e, de lá, para Minas Gerais.

De todos os naturalistas em visita ao Brasil, talvez Spix e Martius tenham sido os que mais se incomodaram com a aparência física dos índios. Durante o século XIX, os desenhos dos viajantes foram sucessivamente adaptados por artistas de academia que, não raro, nunca tinham visitado as remotas regiões que retratavam. Certas imagens, diferindo significativamente dos esboços originais, causavam horror ou surpresa ao leitor europeu desavisado. Preconceitos que prendiam os padrões de estética à beleza clássica faziam das representações do homem e da natureza americana meras paródias do original.<sup>27</sup>

No caso de Spix e Martius, a famosa litografia *A Dança dos Puris*, ambientada nas proximidades da fazenda Guido-Wald, na Zona da mata do Estado Brasileiro de Minas Gerais, mostra imagens de índios extremamente deformadas, nas quais transparece uma certa impressão de demência. O porte ereto, a indumentária européia e o ar de alheamento dos dois viajantes bávaros marcam sua pretensa superioridade em relação aos índios. Notemos que um dos Puris cumprimenta Spix com uma umbigada, mas parece não receber correspondente retorno. Ao que tudo indica a umbigada entre os Puris tinha função semelhante a um aperto de mãos entre os ocidentais ou uma reverência nos povos do oriente.<sup>28</sup> Na litografia, os dois europeus observam os índios como quem, indiferentemente, desaprovasse exageros de uma criança.



A natureza, diferente dos homens, recebe neste desenho requintes de realidade. As três colinas da Serra da Onça que se vêem ao longe são perfeitamente reconhecíveis ainda hoje. Uma distorção proposital das feições destes índios refletia o olhar etnocêntrico dos autores, segundo o qual os índios procediam de uma humanidade inferior à “caucásica”, porque degenerada.

A respeito de *A Dança dos Puris*, Wied Newied certa vez comentou: “Todas essas figuras grosseiras têm uniformemente a cara feia como sapo com a qual não se acha em nenhuma tribo de índios no Brasil nem a mais afastada semelhança.”<sup>29</sup>



Fig. 1: A dança dos Puris Spix e Martius. Op. cit. p. 213. A descaracterização das figuras indígenas expressa o olhar dos viajantes que acreditavam estar diante de uma humanidade degenerada. A precisão da representação da paisagem natural contrasta com as formas grotescas emprestadas aos homens. Na foto, abaixo se vê ao alto os três cumes da serra da Onça representados no horizonte, do lado esquerdo desta litografia.

Fonte: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Philip von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p.213.

Os padrões de beleza do século XIX incluíam formas delicadas e orelhas pequenas. Neste aspecto, os índios brasileiros Puris e Coroados de Guido–Wald e São João Batista do Presídio

causavam menos estranhamento nos seus visitantes europeus que seus vizinhos inimigos botocudos: “As orelhas são pequenas, bonitas, um tanto saídas para fora, não são furadas e nem desfiguradas por objetos pesados [...]”.<sup>30</sup>

Para aqueles historiadores da natureza, uma possível beleza dos índios não se completava, mesmo nos indivíduos de feições mais apreciáveis. Isso ocorria devido a uma pretensa melancolia e espírito obtuso que os viajantes insistiam em imputar-lhes. Para o ideal da ilustração, não bastava a simetria do corpo. A beleza humana plenificar-se-ia somente com a “superioridade moral”. As acusações de timidez e antipatia que Spix e Martius imputam aos índios e negros culminam em uma parcial constatação: nasceram para serem mandados, conduzidos à civilização. A intervenção do Estado encontraria sua justificativa nestes pressupostos. Por “não ter-se desenvolvido”, o comportamento dos índios poderia, para eles, ser classificado como “fleumático.” Sem a devida percepção do passar do tempo, da distância que separava o passado e o futuro, o índio seria um ser simplesmente preocupado com a sua sobrevivência no presente. A indiferença e a apatia fariam dele “Taciturno, dócil no serviço dos brancos, tenazmente perseverante no trabalho obrigatório, não se encolerizando com modo algum pelo qual o tratam, porém suscetível de rancor demorado [...]”.<sup>31</sup>

O europeu seria inferior ao índio em sua composição robusta e vigorosa, quanto à sua força muscular, agudeza dos sentidos, resistência e longevidade. Ao negro sobrariam mobilidade e potência sexual, qualidades pouco manifestas nos índios e carentes entre os caucasianos. Estes últimos, entretanto, seriam agraciados com mais intensa atividade intelectual, o que lhes garantia a proeminência sobre as demais raças.

Homem de ciências, Martius era, no entanto, religioso o suficiente para creditar a criação de todas as raças humanas a uma só origem, como o demonstrou posteriormente, por ocasião de sua visita a Goethe.<sup>32</sup> A crença de que toda a humanidade gerasse a partir dos pais bíblicos deixava aos índios e aos demais povos não ‘caucasianos’ a condição de seres degenerados, pensamento que tem suas raízes numa releitura da teoria bufoniana da

degeneração das espécies no Novo Mundo.<sup>33</sup> Para Bufon, as características excessivamente úmidas do continente americano beneficiariam a sobrevivência dos répteis devido às características frias de seu sangue, mas, em contrapartida, atrofiariam o desenvolvimento humano, transportando os índios para uma espécie de infância raquítica, marcada pela indolência e pela incapacidade mental e física. <sup>34</sup> Na América os animais seriam menores, os homens imberbes e fracos. Este suposto “menor desenvolvimento da natureza” no Novo Mundo dever-se-ia, também, ao pretenso fato de o continente Americano ser uma parte mais jovem dentre todas as outras porções secas do planeta.

Os dois naturalistas bávaros incorporaram a teoria da degradação dos índios como parte de seu esquema interpretativo da América, mas elevaram, em contrapartida, a natureza dos trópicos aos cimos da perfeição. Alçar-se acima dela, vencer os obstáculos que sua grandiosidade colocava aos sentidos despreparados, era o desafio do homem branco europeu. Só ele, através de seu exemplo e influência, conduziria de volta ao caminho do progresso a quantos selvagens encontrasse. Nos pontos em que a natureza americana é exaltada, o discurso deles se aproxima de uma mal disfarçada influência humboldtiana. Humboldt foi, sem dúvida, o mais eminente naturalista de seu tempo e, mesmo não tendo vindo diretamente ao Brasil, influenciou sobremaneira a percepção da grandiosidade da natureza americana que marcou o pensamento de muitos dos pesquisadores que aqui estiveram. Sua expedição pelas Américas Central e do Sul (1799-1804) rendeu trabalhos sobre geografia física, história natural e meteorologia, resultantes de pesquisas financiadas por sua própria fortuna.

Acompanhado do francês Aimé Bonpland, chegou a provar a interligação entre os sistemas dos rios Orinoco e Amazonas. Seu pioneirismo na associação entre o meio ambiente geográfico e a distribuição das plantas fez com que auferisse grande prestígio, atraindo a atenção do mundo erudito do século XIX para os resultados de suas pesquisas. Manteve correspondência freqüente com Spix e Martius, Fredrich Sellow, Eschwege, Saint-Hilaire, Wied-Newied, Rugendas, Burmeister,

Avé Lallemand, dentre outros, acompanhando suas expedições pelo Brasil.<sup>35</sup> Sua taxonomia procurava reunir e relacionar as “grandes massas de vegetais” aos grandes grupos zoológicos. Procurava distribuir as sociedades no espaço e situá-las no tempo, associando-as, no mesmo compasso, aos conjuntos geológicos, botânicos e zoológicos, em uma percepção de pretensões globalizantes. Em seu *Imagens da Natureza*, a flora, a fauna, os aspectos geológicos e geográficos apareciam engrandecidos, exuberantes e os homens americanos apenas os coadjuvavam, ocupando, não raro, um espaço menos importante. Muito freqüentemente, em Humboldt (ocorre de maneira diferente em Spix e Martius) eles estão até ausentes: “[...] o que é partilhado com o relato de viagem científico, no entanto, é a extirpação do humano. [...] A única ‘pessoa’ mencionada nesses ‘melancólicos e sagrados ermos’ é o próprio viajante europeu, hipotético e invisível.”<sup>36</sup> Humboldt contribuía, assim, para uma reinvenção e reedição da imagem de uma América enquanto natureza, marcada por abundância e inocência, reinvenção essa que partia de diversas e novas releituras de representações anteriores e que se estenderia, a partir de outros protagonistas, ao longo do século XIX:

[...] a ideologia, como o continente, não era na verdade, nova. Os europeus do século XIX reinventaram a América enquanto natureza, em parte porque aquela foi a maneira pela qual os europeus dos séculos XVI e XVII haviam originalmente inventado a América para si mesmos, e, em grande parte, pelas mesmas razões. Ainda que profundamente alicerçado nas construções setecentistas de natureza e homem, o indivíduo observador de Humboldt é também uma cópia exata e autoconsciente dos primeiros europeus inventores da América, Colombo, Vespúcio, Raileigh e outros. Eles também descreveram a América como um mundo primitivo de natureza, um espaço devoluto e atemporal ocupado por plantas e criaturas (algumas delas humanas), mas não organizado em sociedades e economias; um mundo cuja única história era aquela prestes a se iniciar [...].<sup>37</sup>

De forma algo diversa do Humboldt de *Imagens da Natureza*, o dois naturalistas bávaros não apreciavam a descrição longa e detalhada em meio à “solidão das matas”. Chegavam inclusive, frequentemente, a temê-la em um misto de incerteza apavorante e admiração exultante. Neles, como também em Saint-Hilaire e em Freyreiss, as descrições zoológicas, botânicas e mineralógicas vêm, via de regra, amalgamadas a explicações etnográficas de toda ordem. Reincidente em seus textos era o tema da necessidade da tutela da sociedade européia sobre os povos que se demoravam – e a atribuição de motivos para essa demora, como vimos, varia um pouco conforme a formação, os objetivos e as tendências dos autores – na degeneração ou na infância da humanidade.

Este tipo de concepção não entrava em desacordo com um conceito de evolução pré-darwinista que, como observou Lilia M. Schwarcz<sup>38</sup>, partia da premissa de que havia uma natureza imutável e estática dos homens que, desde sempre, haviam sido os mesmos em sua essência. Evolução, dentro desta perspectiva, passava a significar o mesmo que aperfeiçoamento moral, em outras palavras, o grau em que o homem havia se distanciado dos demais seres da natureza, alçando-se como um ser de maior liberdade e poder. Naturalmente, o padrão de homem moralmente desenvolvido era identificado no europeu, senhor de inovações técnicas capazes de subjugar não apenas a natureza, mas também as humanidades atrasadas ou retrógradas que necessitavam de sua intervenção para progredir.

O chamado “racismo da ilustração”, ou como preferem alguns, *racialismo*, mostra-se aí em toda a sua expressão, mesmo que, em certos momentos, mascarado de impulso filantrópico e isento. Aí, a fala da anticonquista tentava isentar-se novamente de todas as responsabilidades, na medida em que situava os viajantes na condição de meros observadores. Críticos em relação ao tráfico negreiro, os dois autores são, no entanto, complacentes no que toca à escravidão, já que, através dela, os negros poderiam adquirir os costumes e práticas civis e religiosas da civilização européia.<sup>39</sup> Impressiona perceber como o pensamento de Spix e

Martius aqui se nivela em parte com o de Azeredo Coutinho, autor justificador da escravidão a que, certamente, os naturalistas devem ter recorrido.<sup>40</sup>

O mesmo *Viagem ao Brasil* comporta uma crítica aos diretórios indígenas, ao mesmo tempo em que exalta as já inexistentes aldeias jesuíticas. A idéia sustentada é a de que o fato de os autóctones aldeados serem obrigados a entregar sem resistência metade de sua produção agrícola ao diretor era digno das mais duras tiranias e dos piores senhores absolutos. A falta de fiscalização fazia das aldeias verdadeiros campos de monopólio do Diretor de Índios que, desse modo, explorava a mão de obra indígena. Para Spix e Martius, tais militares ainda praticavam:

[...] as maiores crueldades, os mais vergonhosos vícios, ao passo que apresentavam, como inacessíveis a toda a civilização, os índios como criaturas irracionais; ora censuravam os seus pupilos por não saberem economizar o salário que recebiam para o trabalho, recusando assim entregar-lho; ora alegavam que eles queriam trabalhar e pagar o dízimo, ao passo que só tratavam de esquivar-se de prestar contas ao erário; ora inventavam até que os índios tramavam secretamente revolta para assenhorear-se da aldeia [...].<sup>41</sup>

Estes comentários sobre a conveniência ou não de manterem-se os diretórios indígenas ambientavam-se justamente no período de maiores polêmicas a respeito do assunto. Desde 1798, com a revogação do Diretório Pombalino, uma incerteza e um vazio a respeito do modo como a questão indígena deveria ser conduzida reinavam absolutos nas decisões governamentais da América portuguesa. Na prática, durante este período de vácuo legislativo, o diretório Pombalino continuava a valer.<sup>42</sup> A complexidade da questão indígena no período estudado torna-se patente com as descrições de índios escravizados por captura em guerra justa, presentes nos textos de muitos viajantes. Várias vezes revogada, a abolição pombalina da escravidão indígena nunca teve aplicação prática e simultânea em todos os recantos da

colônia. A partir de 1808, permitiu-se escravizar por tempo limitado aos Botocudos e aos Puris, índios Jê não submetidos, capturados em batalha.

Acompanhados de perto pela constante correspondência com Alexander von Humboldt, os autores incentivam a retomada das missões religiosas e, reconhecendo as “crueldades” que contra os índios eram praticadas, chegam quase a inocentá-los da “involuntária” continuidade de seu pretenso processo de “degeneração”. Essa imagem nos remete a uma pretensa inocência impotente de um indignado observador. Buscava mascarar boa parte do caráter de justificativa da conquista que marcava o “lugar” de onde o texto era escrito. <sup>43</sup>

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto a Aimé Bompland, o companheiro da primeira viagem de Humboldt à América, cabe considerar que, tentando seguir os passos de Lineu, empregou-se como curador do jardim da crioula e divorciada Imperatriz Josephine, refugiada em uma simpática propriedade próxima a Paris. Ao que tudo indica, os dois viveram algo entre uma amizade sincera e próxima e um envolvimento amoroso, encerrado, entretanto, com a morte de Josephine.

De volta à América, Bompland faleceu no Paraguai, em 1858, depois de passar vários anos como prisioneiro do ditador Gaspar Rodrigues de Francia, um déspota que exigia que o povo se curvasse nas ruas perante o seu séqüito e, certa ocasião, ordenou a execução abrupta de todos os cães do país. Durante sua prisão, Humboldt havia cuidado para que sua pensão do Governo Francês lhe fosse rigorosamente enviada. Fora ele também o autor dos apelos a Simon Bolívar em favor da libertação de Bompland, atendidos, entretanto, com certa demora. Como Bompland era botânico, sua principal contribuição à obra de Humboldt se concentra na descrição e catalogação da vegetação, já que, para além da enumeração e envio de dados, não ia sua habilidade de construção textual. Humboldt, de outro lado, sempre se afirmara como hábil escritor.

Martius viveria até 1868 e, voltando ao Brasil, influenciaria com seus textos nossa formação intelectual oitocentista, bem como nosso nascente projeto de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O zoólogo Spix morreria assolado pela febre tifóide, ainda jovem, em 1826.

Em breve, novos e questionadores ventos soprariam sobre a Europa, agora sacudida pelos sonhos militantes de uma nova intelectualidade socialista. Rompia-se um período marcado pela utopia romântica de uma ciência universal, impulsionada pelo sonho revolucionário liberal. Napoleão, afinal, havia morrido isolado em uma ilha do Atlântico, seus generais, decepcionados, teriam se dispersado pelo mundo e da Europa ressurgida de 1815 não resultaria a paz tão esperada para a construção de uma utopia francófila inaugurada pela guerra.



# A REVOLUÇÃO MORELENSE DE 1910: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE CAMPONESA INDÍGENA<sup>44</sup>

**Faustino Teatino Cavalcante Neto**

Mestre em Ciências da Sociedade pela UEPB

Professor do Curso de História da UFCG

E-mail: [faustinoteatino@bol.com.br](mailto:faustinoteatino@bol.com.br)

*“A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”* (THOMPSON, 1987, p. 12).

## 1. ANTECEDENTES COLONIAIS DO PROBLEMA AGRÁRIO NA NOVA ESPANHA

Para Thompson (1987) as classes sociais não são uma “estrutura” nem uma “categoria”, mas sim algo que ocorre efetivamente nas relações humanas; elas são um fenômeno histórico, que unifica um conjunto de acontecimentos díspares, e não um feito estático, pois sua noção traz consigo a ciência de relação histórica. Ainda segundo esse autor não há “um exemplar puro de classe”, assim como “duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-se a seguir em relação recíproca”. Classe não é uma coisa presente somente nas cabeças dos intelectuais, que existe “para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste”; nenhuma formação de classe na história pode ser considerada mais verdadeira ou mais real que outra, já que ela se define a si mesma em seu efetivo acontecer histórico; nenhum modelo pode proporcionar o que deve ser a verdadeira formação de classe em uma determinada etapa do processo histórico<sup>45</sup>.

Esta historicização da idéia de classe em Thompson se encontra intimamente relacionada com uma preocupação mais ampla, que diz respeito à historicização dos conceitos e categorias de uma forma geral: estes devem encontrar sua razão de ser em função da investigação de um determinado processo histórico. Sendo assim, consideramos interessante começar analisar a formação da classe camponesa indígena morelense revolucionária de 1910, a partir do século XVI, quando então se estabeleceu o início do processo de colonização espanhola sobre a confederação Asteca (1519).

A área correspondente ao atual Estado de Morelos<sup>46</sup> teve sua história marcada pela presença espanhola tão logo se deu a sua chegada na colônia, tendo sido uma das primeiras a ser conquistada. Já em 1520, Hernán Cortés recebeu a submissão do cacique de Ocuituco (atual município de Morelos) sendo o primeiro povoado a reconhecer o poder espanhol. Depois da conquista, a coroa espanhola distribuiu terras aos conquistadores, assim como um determinado número de índios para a exploração e a cultura dessas terras: era a encomienda. Esta, a princípio, se constituiu mais em uma concessão de mão-de-obra que de um direito de propriedade da terra. Em 06 de junho de 1529, o rei espanhol Carlos V cedeu a Cortés o título de Marquês do Vale de Oaxaca, o que correspondeu a ser encomendero de uma área de 4.100 quilômetros quadrados do território conquistado, abrangendo algo em torno de 23 mil vassalos, onde, dentre os mais de 80 povoados, Cuernavaca era o centro maior<sup>47</sup>.

Na Nova Espanha a propriedade da terra não era concedida por outorga de uma encomienda. Nos limites de uma mesma encomienda, podia-se encontrar terras detidas individualmente pelos índios, terras detidas coletivamente pelas aldeias, terras da coroa, terras adquiridas pelo encomendero em virtude de uma concessão distinta da concessão da encomienda ou ligadas por este direito ao pagamento de um tributo em produtos agrícolas, e, enfim, terras concedidas a outros espanhóis além do encomendero<sup>48</sup>

Desta forma as autoridades espanholas tentaram fazer “respeitar” a propriedade comunal indígena<sup>49</sup>. Com base nessa legislação espanhola, distinguiram na propriedade comunal (pueblo), quatro divisões de terrenos: o fundo legal, que era inalienável e destinado à criação de lares indígenas, e mais tarde à cultura e criação do rebanho (...); o ejido, igualmente inalienável, situava-se na saída da aldeia pertencia a todos e era de uso coletivo; as terras de repartimiento (calpulli) que pertenciam às famílias que tinham a obrigação de utilizá-las regularmente, sob pena de ver seu lote cedido a outra família que o solicitasse; e os propios, parcelas dos calpulli, que eram cultivados coletivamente e destinados a cobrirem certas despesas públicas<sup>50</sup>.

Apesar das leis espanholas, os encomenderos exerciam uma espécie de senhorio sobre o território habitado pelos índios que lhes haviam sido encomendados. Os índios eram obrigados tanto a pagar um tributo ao encomendero quanto a trabalhar nas suas terras. Desde o início foi estabelecido o regime de trabalho “assalariado” voluntário, criando em seguida o regime de trabalho “assalariado” forçado (cuatequil). Este acabou por se constituir na principal fonte de mão-de-obra da colônia; o encomendero pagava ao índio um “salário” em mercadoria ou em “espécie”, mas muito raramente em numerário. O índio, ao mesmo tempo, não era livre para deixar por sua vontade a terra do encomendero e o seu endividamento junto a este, ligando-o a terra, fundou um regime de servidão agrária (peonagem). Por meio desse processo muitos encomenderos tomavam as terras dos índios, procurando em seguida confirmá-las juridicamente através de autorização real, expandindo assim as propriedades que lhes haviam sido doadas inicialmente, dando origem então a uma forma particular de propriedade fundiária: a hacienda.

A justificativa da encomienda era de que ela teria como objetivo educar os índios dentro da religião, e nessa tarefa a Igreja Católica lucrou. Muito pobre quando de sua chegada à Nova Espanha, ela se transformou rapidamente na proprietária colonial que dispunha do maior número de índios e de terras. Apesar da lei para a Nova Espanha<sup>51</sup> estipular “que se repartam as terras sem excesso, entre os exploradores e os antigos habitantes e seus

descendentes, que devem ficar na terra (...) e eles não podem vendê-las nem às igrejas, nem aos mosteiros (...)”, o clero adquiriu imensas extensões de terras. Ele se apropriou da maior parte do território, explorando o trabalho dos índios, com o apoio dos encomenderos e das autoridades coloniais<sup>52</sup>. Com os encomenderos e a Igreja, os funcionários<sup>53</sup> também se tornaram os grandes proprietários de terras.

As determinações reais sobre a posse da terra eram violadas com muita frequência. O poder econômico favorecia as infrações no tocante à legislação indígena, tendo sido prática comum acordos entre os encomenderos e os administradores (do vice-rei aos juízes) em detrimento dos índios. Assim, o mecanismo essencial que afetou a propriedade comunal (*pueblo*) foi o processo de expropriação/expropriação. Como observa Chevalier “No fim de contas, tudo permanecia nas mãos daqueles que dispunham de algum capital: grandes encomenderos, oficiais reais, um pouco mais tarde os mineiros, os ricos comerciantes, conventos, colégios jesuítas e especialistas em açambarcar terras”<sup>54</sup>.

Encontramos bem delimitadas, desde o início da conquista, três formas de posse de terras na Nova Espanha: a propriedade dos colonos espanhóis, a da Igreja e a das aldeias indígenas. As duas primeiras (formadas graças às doações da coroa, à compra de terrenos ao Estado, à expropriação de terras dos *pueblos*, etc.), podiam englobar até quatro aldeias indígenas, com seu fundo *legal, ejido, terras de repartimiento e propios*. Este domínio colonial cresceu em detrimento da pequena propriedade dos índios. “Esta luta surda, pacífica, luta que se traduzia em intermináveis litígios, foi lenta, mas constante. Teve início já nos primeiros anos da colônia e se prolongou até o final do século XIX, época no decorrer da qual a pequena propriedade foi definitivamente vencida”<sup>55</sup>.

Chamamos atenção para que essa forma de colonização, em que os espanhóis não se apropriam apenas do trabalho, mas também das terras e dos animais das comunidades indígenas, se constituiu em um dos primeiros grandes elementos históricos que compuseram o vasto processo de acúmulo de experiência e que

por fim fez surgir a classe camponesa indígena morelense. “A situação dos camponeses já era desesperadora no final do século XVIII”<sup>56</sup>. O número de índios despojados de suas terras, seja de suas pequenas propriedades individuais ou de seus terrenos coletivos, já era elevado às vésperas da independência (1821). Esta particularidade explica o fato de a primeira fase da guerra da independência (1810), dirigida pelos padres Miguel Hidalgo y Costilla e José Maria Morelos<sup>57</sup>, ter sido, principalmente, uma guerra de índios sem terras (*labriegos*), que reclamavam o território de seus ancestrais contra os grandes proprietários de terras. Sobre esse momento vemos:

Não é a rebelião da aristocracia local contra a metrópole, mas a do povo contra a aristocracia local. Isso explica por que os revolucionários emprestaram maior importância a certas reformas do que à própria independência: Hidalgo decreta a abolição da escravatura; Morelos, a repartição das terras. A guerra da independência foi uma guerra de classes: compreenderemos mal o seu caráter se esquecermos que, contrariamente ao que passou na América do Sul, nossa independência foi uma revolução agrária em gestação<sup>58</sup>.

A primeira fase da guerra de independência foi, antes de tudo, uma luta dos índios sem terras, explorados e reduzidos à peonagem, contra os espanhóis latifundiários.

Não obstante, devemos entender que a classe não é apenas fruto de um contexto econômico, e sim de uma conjuntura em que esta esfera encontra-se inter-relacionada com a política e a cultura. Nesse sentido, cabe ressaltarmos que a classe camponesa indígena morelense não foi gerada espontaneamente pelo sistema de propriedade fundiária colonial - a expropriação do índio de suas terras não atuou sobre um material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu extremo oposto, uma “vigorosa raça de seres” (como se houvesse uma correspondência automática entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social ou cultural). Pelo contrário,

a formação da consciência e da classe camponesa foi influenciada tanto pela opressão política quanto pela exploração econômica; as duas relacionadas contribuíram para a coesão social e cultural dos camponeses indígenas, que passaram a se referir aos encomenderos não como um agregado de indivíduos, mas como uma classe. O que esse fato indica é a formação de uma identidade de interesses entre os camponeses indígenas contra os interesses de outra classe - o crescimento da consciência de classe, que se efetiva concomitantemente ao crescimento das formas correspondentes de organização política e camponesa<sup>59</sup>.

## 2.A INDEPENDÊNCIA E O ACENTUAMENTO DA DESESTRUTURAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS INDÍGENAS

Conforme evidenciamos, os antagonismos entre a Coroa espanhola e os encomenderos e proprietários fundiários da

Nova Espanha não eram mais do que resultado de uma luta pela apropriação do trabalho indígena. Contudo, esta incompatibilidade, de certa forma, “protegeu” os índios.

A independência<sup>60</sup> (1821), por sua vez, foi catastrófica para o índio. Transformado em “cidadão”, da mesma forma jurídica que o *criollo* descendente dos colonos espanhóis, ele perdeu os “privilégios” concedidos pela Coroa. Segundo Zavala: “o regime de *hacienda* se tornou mais rigoroso e as aldeias indígenas decresceram constantemente em população e em importância em relação aos grandes domínios onde eram empregados os peões”<sup>61</sup>.

A mão-de-obra básica destas *haciendas* era constituída pelo *peón* (camponês índio). Havia o *peón acasillado*, que era alojado pelo proprietário e que em troca era obrigado, a todo o momento, a trabalhar para seu patrão, além de ser compelido a comprar o pouco que podia nas *tiendas de raya*<sup>62</sup>.

O pobre trabalhador não vê quase nunca uma moeda entre os dedos. A tienda de raya paga sempre os salários em mercadorias desprezíveis e os quatro pesos além da ração, salário mensal dos trabalhadores, se transformam numa

série de notas que o peón não compreende nem procura compreender<sup>63</sup>.

Ao invés de receberem uma renda em dinheiro, restava-lhes uma renda em produto, o que os levava ao endividamento. Para diminuir a insuficiência salarial, o haciendado instituiu o jogo dos empréstimos e dos adiantamentos salariais, que fazia dele um permanente credor, colocando o *peón* perpetuamente à sua mercê. As dívidas destes eram hereditárias e eles não podiam deixar as terras sem antes terem quitadas tais dívidas. O proprietário fundiário podia também aprisionar e aplicar castigos corporais aos *peones*. Havia também o *peón de tarea*, que era temporário e recrutado entre os habitantes das aldeias vizinhas no momento dos grandes trabalhos agrícolas nas *haciendas*.

A independência, portanto, consolidou e reforçou o procedimento que consistiu em expropriar ainda mais o índio camponês, através das dívidas contraídas nas *tiendas de raya*, transformando-o em *peón*. E a *hacienda*, que já no período colonial começou a ganhar proporções, na primeira metade do século XIX, tomou liberdade para se configurar cada vez mais sobre as comunidades rurais indígenas, acentuando o processo de espoliação e submissão do índio em relação ao *criollo*, o que provocou rebeliões indígenas. Sobre a situação do índio camponês na primeira metade do século XIX, vejamos:

Lorenzo Zavala descreveu a situação miserável da massa indígena no período anterior a 1833. Justo Sierra observa que, vinte anos depois, a situação do peão é igualmente angustiante nas haciendas. Efetivamente, transmitindo as dívidas contraídas de pai para filho, o sistema de *tiendas de raya*, forma uma verdadeira geração de escravos da terra. Os pueblos de índios não recuperaram as terras perdidas e nem obtiveram outras que teriam podido melhorar suas condições<sup>64</sup>.

A decadência da pequena propriedade indígena, que já era bastante marcada no período anterior à independência, continuou

a se acentuar, sobretudo no norte e no extremo-sul, graças às desordens políticas muito freqüentes.

Esse quadro é pertinente para que consideremos a classe camponesa indígena morelense fazendo-se ao longo de sua história; encarnando, através das gerações, tradições e idéias, como resultado de toda essa carga de experiências.

### 3.A REFORMA LIBERAL E SEUS RESULTADOS

Foi durante a presidência do liberal moderado Ignacio Comonfort (1856-58) que se deu início ao período da chamada Reforma, quando então foram empregados métodos revolucionários contra o Clero e os Conservadores, em cujas mãos estavam concentradas grande parte das terras mexicanas, resultando em uma luta violenta entre o governo e esses setores (Guerra da Reforma – 1858/1860). Esse embate processou-se a partir de 25 de junho de 1856, quando então foi promulgada a Lei de Expropriação dos Bens do Clero, sob proposição de Miguel Lerdo de Tejada, que autorizou:

Adjudicação aos meeiros das propriedades rurais e urbanas pertencentes às corporações civis e eclesiásticas; encorajamento à denúncia, por meio da outorga ao denunciador de um oitavo do preço da venda da propriedade denunciada, abolição dos tribunais especiais do Exército e da Igreja<sup>65</sup>.

Essa lei liberal tinha por objetivo mobilizar a propriedade fundiária, distribuindo parte das grandes extensões de terras das *haciendas* (bens de mão-morta) com os *peones acasillados* (meeiros), eliminando a renda fundiária com base na meação<sup>66</sup> e criando deste modo uma média e, sobretudo, uma pequena propriedade; como também pôr os capitais amortizados em circulação, para assim estimular a economia mexicana e formar uma burguesia industrial nacionalista.

As despesas com a adjudicação cabiam ao denunciador, que era obrigado a pagar os impostos que, em muitos casos, eram superiores aos custos pagos anteriormente com o sistema de



meação, e a refazer a escritura para se tornar proprietário.

Nesse sentido, as denúncias, em sua maioria, foram feitas por grandes proprietários fundiários<sup>67</sup>, ou seja, a terra em lugar de passar às mãos de seus respectivos arrendatários, transformouse, em sua maior parte, em propriedades destes denunciadores. Assim, esta lei, destinada a estimular a pequena e a média propriedade, não favoreceu tampouco aos meeiros, desprovidos de instrução e recursos. Eles não podiam pagar o imposto, nem arcar com as despesas exigidas para a expedição de escrituras, ao mesmo tempo em que o Clero os ameaçavam com a excomunhão. Por sua vez, os *haciendados* não temiam o inferno e transformaram-se em denunciadores dos bens da Igreja, e aumentaram ainda mais suas propriedades também se apropriando das terras dos *pueblos*.

Esse processo de concentração fundiária por parte dos *haciendados* se acentuou a partir da confirmação da referida lei de expropriação na Constituição Liberal, promulgada em 05 de fevereiro de 1857, pelo presidente Comonfort. Em meio ao contexto de contínua desapropriação das propriedades dos *pueblos* que se acentuava, surgiram insurreições indígenas e diante disso, pela resolução de 09 de outubro de 1857, o governo decidiu transformar a propriedade comunal em propriedade particular. À medida que pretendia “favorecer” seus respectivos possuidores, criou uma propriedade privada extremamente pequena em contrapartida ao grande domínio fundiário, ao mesmo tempo desprovida de meios de manutenção e de desenvolvimento, e, portanto, incapaz de sobreviver. Os índios então vendiam seus lotes por preços irrisórios e iam trabalhar nos grandes domínios, e dessa forma numerosos *pueblos* foram integrados ao sistema de latifúndio.

A Reforma Liberal visava então resolver o problema agrário do México, primeiro liquidando com a propriedade eclesiástica, através da lei de expropriação, e depois por meio da individualização da propriedade comunal, para assim conseguir impor o capital industrial como estrutura dominante. Contudo, ela foi responsável não só pela desestruturação da propriedade da Igreja como também dos *pueblos* indígenas, substituindo-os

por um sistema de latifúndios, bastante reforçado, uma vez que os novos proprietários não passavam de antigos hacendados, que continuaram a ter por base, ainda, o sistema de meação como renda fundiária.

Essa situação era presente a todo o país na segunda metade do século XIX, e nesse sentido no Estado do México, que compreendia as terras do atual Morelos<sup>68</sup>, foi marcante a expropriação dos camponeses indígenas que se viram desprovidos de suas terras. No ano do nascimento do líder revolucionário Emiliano Zapata (1879), os fazendeiros da região de Morelos já tinham invadido as terras da aldeia de San Miguel Anenecuilco para plantar cana-de-açúcar. A comunidade protestou junto às autoridades municipais e depois estaduais, contudo a situação permaneceu como tal. “Em 1888, quando Zapata estava com nove anos, um fazendeiro de sobrenome Mendoza, derrubou algumas casas e ocupou o pomar de Anenecuilco, e aos quinze anos (1894), quando da morte de sua mãe, as fazendas já tinham praticamente sitiado a pequena aldeia”<sup>69</sup>.

#### **4.PORFIRISMO: LEIS DE COLONIZAÇÃO E CONFIRMAÇÃO DA HACIENDA**

Durante o governo de Porfírio Diaz, que se iniciou em 1876, a grande propriedade fundiária foi ainda mais reforçada e o camponês indígena além de continuar sendo expulso de suas terras, também vivia sob um forte controle dos *rurales*<sup>70</sup>, cujo objetivo era manter a “paz no campo”. A propósito disso ressaltamos que:

Como este corpo policial foi o principal instrumento de que dispuseram os caciques locais para impor sua vontade nas regiões que lhes eram submissas, ele logo se transformou no maior flagelo dos campos mexicanos. A liga dos caciques, grandes hacendados e senhores rurais, deu lugar a um dos mais abomináveis mecanismos de opressão do camponês que nosso país conheceu<sup>71</sup>.

Sobre esse prolongamento de concentração de terras, observamos que, depois da Reforma, foram as Leis de Colonização<sup>72</sup> que marcaram a nova etapa desse processo. Com Porfírio Diaz estas leis autorizaram a constituição das Companhias de Agrimensura, que tinham como missão desbravar as terras e medi-las, com o propósito de desenvolver uma colonização do tipo europeu, recebendo como pagamento 1/3 das terras demarcadas<sup>73</sup>. Como resultado dessa política, observa-se que estas companhias se aproveitaram para se apoderarem de terras, cujos possuidores, camponeses índios em sua grande maioria, eram incapazes de apresentar títulos de posse, colaborando desta forma, ainda mais, para a destruição da pequena propriedade. Graças à aliança com os latifundiários, elas organizaram a expulsão dos pequenos proprietários de suas terras.

Se as leis da Reforma, através da individualização da propriedade comunal, conduziram a alienações desastrosas das propriedades dos índios, as Leis de Colonização contribuíram para a expropriação dos produtores independentes. Passou a existir desde então um excesso de trabalhadores no campo, que engrossava o número de *peones* submetidos ao regime de meação da *hacienda* moderna. “Estima-se que mais de dois milhões de acres de terras comunais foram alienados pelo governo Diaz”<sup>74</sup>. Essa desapropriação deu lugar à revolta de tribos indígenas, como a insurreição dos índios Yaquis; estes foram severamente reprimidos pelas forças federais e os sobreviventes aprisionados e enviados para trabalhar nas plantações das *haciendas* de Yucatán e de Quintana Roo (Sul)<sup>75</sup>.

Ao final do século XIX e início do XX, a propriedade mexicana se dividia, grosso modo, entre o latifúndio (97%), a pequena propriedade (2%) e as terras dos *pueblos* (1%). Por outro lado, 95% da população rural não possuía nenhum pedaço de terra, isto quando ela representava 80% da população do país.

Cerca de 95,9% da população agrícola não dispõe de terra; 4,1% dos proprietários concentram mais de 78.000.000 de hectares, dos quais 92,2% estão nas mãos dos

hacendados, 5% em poder de pequenos proprietários e 2,8% na posse de rancheiros<sup>76</sup>.

Observando a análise acima evidenciamos que nesse período se configurou, basicamente, dois tipos de *hacienda*: as do grande planalto central, que eram utilizadas para a cultura de subsistência e dos cereais tradicionais (menos no Estado de Morelos, onde se desenvolveu uma indústria açucareira do tipo capitalista); e as do norte e do sul, que eram destinadas à criação e à agricultura de exportação (café, açúcar, algodão e agave).

Nas *haciendas* do centro, onde a mão-de-obra era abundante por existirem ainda propriedades comunais, os *hacendados* recorriam, sobretudo, aos *peones de tarea* e menos aos *peones acasillados*. A meação era adotada, mas quase sempre o proprietário era quem se apossava da maior parte do produto do meeiro. Para os habitantes das aldeias sem terra, ou sem terra suficiente, e que queriam evitar a *peonagem*, a meação continuava a apresentar-se como a principal forma de acesso à propriedade. Já nas *haciendas* do norte, empregavam-se os *peones acasillados* e meeiros; e nas do sul, recorriam-se, principalmente, ao trabalho forçado, empregando-se “vagabundos”, “criminosos”, índios Yaquis, operários detidos após greves, *peones* endividados, etc.

Porfírio Diaz fez levar ao extremo as implicações lógicas da ruptura que a Reforma Liberal havia causado no seio do mundo colonial.

## **5.A REVOLUÇÃO MORELENSE DE 1910: O ACONTECER DA CLASSE CAMPONESA INDÍGENA**

As classes acontecem, fazem-se, “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. Se, por um lado, “a experiência de classe é determinada pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram voluntariamente”, por outro lado, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos

culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”. A primeira é determinada, a segunda não<sup>77</sup>.

Neste sentido, a formação das classes surge do cruzamento da determinação e da auto-atividade; ela é um processo de auto-confecção, embora sob condições que são dadas - um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos: as classes se fazem a si mesmas, tanto quanto são feitas. Outrossim, não se deve colocar “classe” aqui, “consciência de classe” ali e “luta de classes” acolá, como entidades separadas, uma vindo depois da outra, já que as três devem ser consideradas conjuntamente: as formações de classe e a consciência de classe se desenvolvem num processo inacabado de relação, de luta contra outras classes, no tempo<sup>78</sup>.

Mas, na verdade, a classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico real: elas surgem porque homens e mulheres se encontram em uma sociedade estruturada em modos de produção determinados, identificam pontos de interesse antagônicos, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, conhecendo esse descobrimento como consciência de classe. A classe, então, não está instantaneamente presente, surgindo dela a luta de classes; ela não existe independentemente de relações e lutas históricas - a sua existência surge, no processo histórico, dessas relações conflituosas<sup>79</sup>.

Nesse sentido observamos que a revolução camponesa de 1910, principiada no Estado de Morelos, foi resultado de todo um processo histórico, cujas experiências, por sua vez, possibilitaram aos índios uma tomada de consciência, culturalmente construída, com relação à aguda expropriação de que eram vítimas, colocando-os em oposição direta aos interesses dos grandes *hacendados*. Na primeira década do século XX, Morelos continuava a assistir a tomada das terras indígenas, ao mesmo tempo em que também foi uma constante a organização que os desapropriados mantiveram para reivindicar suas aldeias, os lugares onde eles e seus antepassados tinham vivido durante anos e anos. Emiliano Zapata em 1902, aos 23 anos, foi convocado para integrar a delegação que se enfrentou com o fazendeiro Pablo

Escandon, cujos capatazes tinham aumentado a *hacienda* tomando terras que pertenciam à aldeia de Yautepec (atual município do Estado de Morelos)<sup>80</sup>.

Já em 1904, os moradores de Anenecuilco<sup>81</sup> manifestaram-se exigindo que “os fazendeiros apresentassem documentos e títulos das terras que lhes tinham sido tomadas” e no ano seguinte uma outra delegação foi enviada à Cidade do México para “reclamar, junto ao presidente Porfírio Diaz, seus direitos de propriedade sobre a terra onde tinham trabalhado eles e seus antepassados”<sup>82</sup>.

Estas posições de reivindicação por parte dos camponeses indígenas se davam de forma que escapavam também ao controle de poder simbólico exercido pela Igreja Católica mexicana. Esta, servindo a interesses próprios e do Estado, procurava assegurar que os camponeses aceitassem a situação de extrema espoliação, inculcando neles a resignação e o respeito aos *haciendados*<sup>83</sup>. Dessa forma, para os revoltosos o inferno era o destino final, e caso o medo das trevas não o assustasse, algo mais terreno era utilizado: *os rurales*, dos quais os índios morelenses foram constantes vítimas. Em 1906, por exemplo, quando Zapata esteve reunido e liderando o movimento insurgente dos índios de Cuautla (município do Estado de Morelos), “reivindicando seus territórios comunais, o governo porfirista reprimiu violentamente e como saldo, dado a rendição, os revoltosos foram distribuídos entre os *haciendados*. Zapata conseguiu refugiar-se na montanha durante a repressão”<sup>84</sup>.

Mesmo com todo esse controle militar o Estado não conseguia impedir que os camponeses se articulassem no sentido de organizarem-se para fazer frente ao que lhes era imposto. No ano seguinte a essa repressão, quando o presidente Porfírio Diaz passava uma temporada na fazenda Tenextepango, perto da aldeia de Anenecuilco, recebeu uma nova petição dos camponeses expropriados, que os ludibriou mandando dizer que já havia dado instruções ao governador de Morelos para que atendesse às suas exigências<sup>85</sup>.

Nesse contexto, em 1909, os velhos camponeses de Anenecuilco constituíram uma reunião importante à sombra dos

arcos que se levantavam atrás da igreja da aldeia e “para que nenhum capataz da fazenda soubesse da reunião, e assim todos os camponeses pudessem comparecer, o sino tinha sido calado e o chamado foi feito boca a boca”. José Merino, presidente do Conselho da aldeia, na presença de quase 80 homens, renunciou e os camponeses fizeram de Zapata seu chefe, que assumiu, a partir de então, a defesa dos territórios comunais de Ayala, abrindo caminho para a atividade revolucionária<sup>86</sup>.

No primeiro semestre de 1910 transcorreu um agitado processo político, envolvendo as forças burguesas mexicanas, para a escolha do novo presidente nacional, cujas eleições ocorreram em julho. Na verdade, as raízes desse conflito começaram a se evidenciar em 1908, quando então o rico fazendeiro Francisco Madero deu início a uma oposição, que foi se tornando cada vez mais forte, à reeleição de Porfírio Díaz. Contudo, como forma de garantir sua permanência, o presidente mandou que se prendesse o candidato opositor e as eleições se realizaram sob uma paz imposta pela força militar, garantindo assim a reeleição de Díaz. Em meio aos fatos, Madero e vários de seus seguidores, convencidos de que a ditadura só podia ser derrubada por meio das armas, fugiram para o Texas (EUA) e redigiram o *Plan de San Luis Potosi*, no qual conclamavam, para o dia 20 de novembro de 1910, todos os mexicanos a levantarem armas contra a ditadura, tendo início assim a Revolução Mexicana<sup>87</sup>.

Enquanto isso, no Estado de Morelos, Zapata, percebendo que era o momento certo para agir em favor dos camponeses, decidiu reunir os homens de Anenecuilco, dando a cada um deles algum tipo de arma (desde rifles até facões), e começou a distribuir aos camponeses da sua aldeia terras que tinham sido deles e que depois foram tomadas pelos *hacendados*. A respeito da projeção revolucionária camponesa em Morelos, vejamos:

Antes que terminasse 1910, Zapata mandou emissários a outras regiões de Morelos. Muitos responderam em nome das comunidades que representavam. De repente, começaram a chegar armas, promessas de apoio, compromissos e dinheiro. A maioria das comunidades que tinham limites com Anenecuilco reconheceu as

determinações de Zapata. Onde quer que existisse uma disputa entre um camponês e um fazendeiro, Zapata ia e derrubava as cercas, falava com os agricultores, distribuía lotes e mandava dizer ao fazendeiro o que tinha sido feito<sup>88</sup>.

Sobre esse início revolucionário a ação do governo se fez sentir, contudo o poder de organização camponês já não era o mesmo de antes. Na última semana de 1910, Eduardo Flores, chefe político do distrito que incluía as comunidades rebeladas de Morelos, cercado de uma escolta de dez homens armados, foi ao encontro de Zapata. Este, na ocasião, se encontrava distribuindo terras aos camponeses, acompanhado por dois homens desarmados, quando foi abordado por Flores que duramente exigiu explicações imediatas. Zapata então olhou em sua volta e de repente apareceram seus homens armados cercando o pequeno grupo de Flores<sup>89</sup>. Esse episódio é pertinente para percebermos o poder de organização que o movimento havia adquirido em 1910, quando passou a ter a consciência de que a coesão e a luta do mesmo era a única forma de terem atendidas suas reivindicações.

Em fevereiro de 1911, Madero firmou com o porfirismo o tratado de paz segundo o qual Díaz renunciaria à presidência e os revolucionários desmobilizariam suas tropas. Francisco de la Barra foi nomeado presidente provisório e novas eleições presidenciais foram marcadas para se realizarem em outubro. Ao mesmo tempo, Madero, em sua moderação política, não compreendeu que a agitação revolucionária não se devia apenas à figura de Díaz, mas à necessidade urgente de reformas sociais. A partir de então se esforçou para conciliar contradições seculares que estavam na raiz da vida nacional, quando, por exemplo, pressionado pelos grandes proprietários de terras de Morelos, começou, sob falsas promessas, a tentar convencer Zapata a dissolver o seu exército revolucionário.

Todavia, o ponto de vista de Zapata e dos camponeses indígenas morelenses não havia mudado. Antes mesmo das eleições marcadas para outubro acontecerem, no dia 26 de setembro Zapata e os seus redigiram um curto Memorial em que



afirmavam reconhecer o presidente provisório, mas declaravam que:

Fossem destituídos todos os atuais governadores provisórios e que sejam nomeados por vontade do povo (...). Pediam também que se mobilizassem as forças federais que ocupavam os estados de Morelos, Puebla, Guerrero e Oaxaca, que fossem suspensas as eleições e que se dê aos povos o que em sua justiça merecem, quanto a terras, montes e água, que foram a origem da contra-revolução. Caso o presidente de la Barra acatasse o que pediam, os zapatistas imediatamente deporiam as armas<sup>90</sup>.

Promessas e enganos sustentaram o clima pré-eleitoral, sem que nenhuma decisão segura fosse tomada pelo governo. Seis semanas depois Francisco Madero foi eleito presidente<sup>91</sup> e as negociações junto a Zapata, que se mostrava resistente às reivindicações camponesas, não prosperaram. Essa situação fez surgir um outro documento camponês, assinado no dia 11 de novembro, em que foram colocadas onze condições para a rendição dos zapatistas frente à Madero. Dentre elas destacamos:

A primeira era que Ambrosio Figueroa deixasse o governo de Morelos; a segunda era que as forças comandadas por Frederico Morales saíssem do Estado; a terceira era o perdão a todos que tinham pegado em armas; a quarta pedia uma lei agrária para melhorar a condição do trabalhador no campo; a quinta pedia que no prazo de 45 dias as tropas federais abandonassem os estados que ocupavam; a sexta colocava a condição de que enquanto se retirassem essas forças federais, uma tropa de 500 homens do campo deveria, sob suas ordens, permanecer armada; as demais condições iam desde a entrega de dez mil presos como indenização aos zapatistas que tinham feito empréstimos para financiar a luta a favor do mesmo Francisco Madero que agora era presidente, até detalhes práticos sobre a rendição<sup>92</sup>.

Sem pretender atender às reivindicações dos camponeses indígenas rebelados, nem mesmo qualquer acordo, Madero mandou que o general porfirista Victoriano Huerta marchasse sobre o Estado de Morelos, e chegou a ocupar a então capital Cuautla. Uma vez no poder, o então presidente passou a ser encarados pelos camponeses como igual aos homens que a revolução havia derrotado.

Os zapatistas decidiram então radicalizar as suas posições. Em 25 de novembro, Emiliano Zapata, denominando-se General-chefe, encabeçou a lista das 39 assinaturas do *Plan de Ayala*<sup>93</sup>, que passou a ser para os zapatistas a bandeira que os guiaria para a sua própria revolução. “Em suas 144 linhas e em seus 15 pontos, foi um aviso aos políticos da Cidade do México: a população rural de Morelos tinha se transformado em uma população sagaz, militante, decidida”<sup>94</sup>. Após sua publicação em um jornal da capital do país, em 15 de dezembro, o México ficou sabendo que Zapata não estava mais dirigindo um movimento restrito a Morelos, conforme assinalado:

Estava nada mais nada menos que se lançando em um movimento que pretendia derrubar as autoridades federais. Além disso, quem leu o documento ficou sabendo que os zapatistas já não queriam apenas devolver as terras que tinham sido ilegalmente tomadas a seus proprietários ou trabalhadores. Pretendiam também expropriar algumas terras que julgavam estar em mãos de pessoas ou grupos monopolizadores. Mais: anunciavam que os latifúndios que opusessem resistência teriam não apenas as terras reclamadas expropriadas, mas perderiam absolutamente tudo. Mais ainda: os maderistas que fossem apanhados não seriam tratados como prisioneiros, e sim como traidores. Finalmente, e para não alentar ambições pessoais, não nomeariam nenhum presidente, nem governador provisório, enquanto não tivessem assumido totalmente o poder<sup>95</sup>.

Com o surgimento do *Plan de Ayala* apareceram as bases de uma mudança de direção na história contemporânea do México. Sobre a elaboração desse documento revolucionário vejamos:

O plano vinha sendo forjado durante pelo menos 50 anos, através das lições públicas que Benito Juárez tinha dado sobre a importância suprema de certas coisas como a lei, a justiça e os princípios, passando pela formação do orgulho nacional durante a resistência aos franceses, através das exasperações provocadas pelas promessas pessoais e os abusos políticos do tempo de Porfírio Díaz e, finalmente, através do aborto de suas esperanças postas no virtuoso Madero<sup>96</sup>.

Esse documento foi também a convocação imediata para a revolução camponesa armada. Em Morelos, Zapata começou a dar instruções militares a seus homens para que respeitassem aldeias, caminhos e campos, e que enfrentassem com dureza as tropas federais dos *rurales*. O Estado se converteu então em campo de guerra aberta; Genovevo de la O atacou os municípios morelenses de Tepoztlán, Huitzilac e Temixco.

A reação por parte do governo também foi imediata; passou a usar como arma os incêndios nas aldeias, campos e plantações. Em abril, entretanto, os zapatistas começaram a obter vitórias decisivas ocupando os municípios estratégicos de Tepoztlán, Jonacatepec, Tlaltizapán, Jojutla, Tlaquiltenango. Quando a ação revolucionária começou a ultrapassar as fronteiras do Estado<sup>97</sup>, Francisco Madero decretou a lei de guerra em Morelos, reforçando assim as tropas militares sobre o Movimento do Sul. Em meio a tudo isso a insurreição camponesa não se retraiu e Zapata passou a estabelecer o imposto revolucionário às *haciendas* que restaram, sob a ameaça de que se não fossem pagos os seus pomares seriam incendiados (arma que os *rurales* já vinham utilizando contra as plantações dos camponeses zapatistas).

O Estado de Morelos, centro da ação zapatista, viveu durante toda a revolução (1910-1919) uma espécie de democracia direta camponesa. Camponeses armados trabalhavam na lavoura, combatiam e faziam política para eleger seus representantes. A política estadual tornou-se desnecessária para que a lei fosse cumprida, pois para isso foi suficiente a ação dos Conselhos dos povoados, expressão direta da vontade política popular. A

autoridade municipal sobrepunha-se às arbitrariedades, ao autoritarismo, à violência de alguns chefes militares<sup>98</sup>. “O regime que se formaria em Morelos não nasceria de ordens dos burocratas ou dos generais, mas da cooperação dos dirigentes dos povoados”<sup>99</sup>.

Esse procedimento de submissão à vontade municipal determinou o sistema de propriedade local. Na reforma agrária feita em Morelos, os povoados podiam conservar suas terras como propriedade comum e distribuir os direitos de cultivo, ou podiam distribuir os títulos a proprietários particulares, respeitando, assim, os costumes locais<sup>100</sup>. E essa forma de direito à terra foi o ponto de partida de toda organização política e militar. Os camponeses de cada município eram ao mesmo tempo soldados do lugar, sob o comando de um general e de um grupo de oficiais, que haviam alcançado tais postos pela habilidade e confiança que inspirava no povoado e em todo o Estado. Sobre essa organização militar observemos:

O exército zapatista era assim uma aliança armada entre os municípios do Estado e generais zapatistas, como Genovevo de la O, Antônio Barona, Vicente Navarro, Jesús Salgado, Valentin Reys, os irmãos Zapata, etc., os quais não passavam, na verdade, de rancheiros e peões que a revolução transformou em estrategistas militares<sup>101</sup>.

O exército zapatista quase nunca enfrentava as forças do governo, que eram numericamente superiores as suas e mais bem equipadas, pois quando estas se aproximavam, os camponeses se dispersavam e refugiavam-se por caminhos difíceis das montanhas próximas. “As tropas federais que os perseguiam encontravam apenas camponeses arando a terra ou conversando tranqüilos nas portas de suas casas. Ao serem interrogados, nunca sabiam dos zapatistas, nem os haviam visto em parte alguma”. No entanto, eles mesmos eram ativistas zapatistas que haviam escondido suas armas, mas que estavam dispostos a apanhá-las na primeira ocasião. “Ao apresentar-se a ocasião propícia, atacavam, tomando de surpresa pequenos destacamentos inimigos e vencendo-os sem dificuldades” A espionagem, por seu turno, estava também muito

organizada – surpreender os zapatistas era impossível. “Pode-se dizer que cada habitante rural do Estado de Morelos era um espião”<sup>102</sup>. Assim se explica por que durante nove anos não foram aniquilados, não obstante a superioridade do inimigo.

Apesar de observado esse poder de organização adquirido ao longo de um processo de acúmulo de experiência, verificamos que a revolução camponesa foi finalmente vencida no campo da guerra, por meio das armas e do assassinato político<sup>103</sup>. Não obstante, o ideal revolucionário camponês, produto da luta de classes, conservou-se vivo consagrando-se, em parte, nos pensamentos da burguesia vencedora, que o transformou em norma constitucional.

A burguesia mexicana nunca pretendeu levar à frente uma revolução de fato, que transformasse radicalmente a sociedade. Porém, no curso das lutas ela descobriu que se rebentava uma outra revolução, capaz de impedir o projeto de desenvolvimento capitalista, e ao mesmo tempo compreendeu que sem parte dessa revolução o plano capitalista seria irrealizável. E assim, por influência dos camponeses, adotou os ideais da revolução social (reformas); em muitos casos por convicção, em outros por tática, com vistas a desarticular o movimento zapatista. “Afinal de contas, as revoluções não se ganham só com armas, mas também com idéias; e quando estas não existem é imprescindível usurpá-las do inimigo de classe”<sup>104</sup>. Esse procedimento constituía a única maneira de demonstrar à nação que o governo burguês era tão ou mais revolucionário quanto os chefes camponeses.

Os constitucionalistas vislumbraram uma maneira de organizar as coisas onde as reformas sociais foram incorporadas à Constituição de 1917<sup>105</sup>, de maneira tal que a sociedade de classes, a propriedade privada, a estrutura do capital ficaram a salvo de qualquer perigo; e o Estado saiu fortalecido, se tornando uma máquina política e ideológica imbatível, convertendo-se em um Estado que ostentava os caracteres e símbolos revolucionários<sup>106</sup>.

No desenrolar desse processo, o projeto camponês foi esmagado e suas aspirações, quando muito, foram manipuladas segundo a perspectiva de uma sociedade burguesa. Por isto

mesmo, o produto da revolução foi uma forma de sociedade e de Estado que se caracterizaram pela exclusão das mesmas classes populares que auxiliaram na sua construção. Contudo, merece ser observado que os camponeses de Morelos, talvez em razão de sua experiência, consciência e luta revolucionária, tiveram atendidas suas reivindicações em relação às terras:

Em 1923, 115 dos 150 povoados que compunham o Estado haviam recebido suas terras. Em 1927, restavam em Morelos apenas quatro grandes fazendas; 16.800 camponeses tinham tomado posse definitiva de 120.000 hectares de terra, correspondentes a 75% de todas as terras cultiváveis do Estado<sup>107</sup>.

Por tudo isso, verificamos que a revolução mexicana adquiriu uma especificidade toda própria: a luta camponesa, que deu à revolução uma dimensão que ultrapassou as meras e infundáveis lutas entre as diversas facções da classe dominante que têm marcado a história da América Latina.

Portanto, foi nossa intenção neste ensaio recriar as diversas experiências de vida dos camponeses indígenas morelenses, que sofreram a perda de suas terras e de suas liberdades, mas que em meio a tudo isso resistiram à degradação, produzindo, dessa forma, uma cultura e uma consciência política de grande vitalidade. A revolução camponesa, apesar de não ter sido vitoriosa integralmente, conseguiu fazer com que parte de suas reivindicações fossem integradas, pelo menos no papel, às gerações que se seguiram.

# AMÉRICA LATINA: ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

## OS DESAFIOS DE LECIONAR

**Karlla Tathiana da Silva Oliveira**

Graduada em História pela Universidade Federal de

Campina Grande

E-mail: karllatathi@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO:

Certo dia, ainda na graduação, um professor parou a sua aula e nos fez uma pergunta com aquele tom de suspense que às vezes impunha à voz: “Vocês já leram *Cem Anos de Solidão* ou *O General em seu Labirinto*?” Alguns alunos anotaram a sugestão, outros prestaram atenção apenas naquele momento e outros talvez não tenham nem escutado. Quanto a nós, só depois de algum tempo fizemos a leitura. Num primeiro momento ficamos assustados com a linguagem, com a própria história tão fora da realidade (hoje sabemos que isto se chama **realismo mágico**) e com tantos nomes iguais repetidos ao longo da narrativa.

Tal foi nossa surpresa que, passado este primeiro contato, o encanto se fez. Ficamos fascinados por aquele tipo de literatura. Assim, continuamos lendo outras obras e tudo que fosse referente ao autor. As obras de García Márquez nos abriram caminho para o universo encantador da literatura latino-americana, desconhecido para nós até então.

Para tirar todas as nossas dúvidas, procuramos o professor que havia sugerido as leituras. E foi a partir daquele momento que a Literatura latino-americana, especialmente Gabriel García Márquez, passou a integrar efetivamente nossos estudos, nossas pesquisas. Assim surgiu o trabalho de final de curso e este artigo que é parte dele.

## 2. ANTES DA SALA DE AULA:

Decidir o tema para o trabalho final do curso não é nada fácil. De uma licenciatura, então, é bem complicado, pois se estabelece o impasse: fazer ou não um trabalho ligado a sala de aula, afinal somos professores<sup>108</sup>. No nosso caso decidimos enfrentar à sala de aula. Usamos aqui o termo enfrentar porque é ele mesmo que deve ser empregado, pois apesar de já lecionarmos há algum tempo não tínhamos quase nenhuma experiência com Ensino Médio e os comentários que ouvíamos de alguns colegas que já lecionavam nessa fase não eram dos mais animadores. Mesmo assim decidimos pela sala de aula.

A proposta era, antes de tudo, sondar as turmas em que iríamos realizar a experiência aplicando questionários<sup>109</sup> (ainda sem a nossa presença, isto seria feito pela professora titular) com as seguintes perguntas:

1. Você gosta da disciplina de História? Por quê?
2. Você gosta da disciplina de Literatura? Por quê?
3. Que tipo de leitura costuma fazer? (Revistas, gibis, jornais, romances, livros didáticos, livros indicados para o vestibular, etc) Por quê?
4. Você já pensou como seria estudar História e Literatura juntas? Seria possível? Pense num exemplo.

Feito isto, os questionários retornariam para nós a fim de serem analisados. Ainda nesta etapa seria feita a escolha de fragmentos dos livros propostos para serem aplicados em sala de aula, como também a pesquisa em relação ao contexto histórico proposto por nós; aliás, vale a pena falar um pouco sobre esse momento histórico.

Estamos tratando de inícios do século XX, período em que o continente americano está passando por um momento de transição nas intervenções. A Inglaterra está perdendo influência e os Estados Unidos voltam seus interesses para a América Latina, retomando uma velha concepção, a Doutrina Monroe, ou seja, América para os americanos.



Assim, os Estados Unidos passam a ser a maior influência no continente durante boa parte do século XX. É neste momento que se tem a formação do Pan-americanismo, passando pela política do Big Stick, pela promoção de independências - como no caso do Panamá - chegando até à crise econômica no final dos anos 20, a partir da qual outra estratégia de atuação será traçada para o continente – a política da boa vizinhança.

Em sala de aula buscamos mostrar essa intervenção através da figura das Companhias Bananeiras que se instalaram tanto na América Central como na América Latina. Essas companhias, das quais a mais famosa foi a United Fruit Company, foram um traço marcante na intervenção norte-americana na América Latina, desde o âmbito político-econômico até o cultural, como descreve Márquez em *Cem anos de Solidão* inspirado nas mudanças que ocorreram em seu povoado, Aracataca. Essa companhia conseguiu estender seus interesses por quase toda a América Latina, como descreve Halperin Donghi (1975):

A cultura da banana se difunde por iniciativa de um conjunto de empresas dos Estados Unidos, que nos inícios do século fundem-se na United Fruit Company. Na margem atlântica da Guatemala, de Honduras, da Nicarágua, da Costa Rica, do Panamá, da Colômbia e da Venezuela, essa companhia possui grandes propriedades; no Panamá, é dona de uma rede ferroviária privada quase três vezes mais extensa que aquela pública, certamente bastante limitada. Em alguns casos, essas imensas propriedades não têm população e a empresa organiza migrações para preencher a lacuna; na Costa Rica, transforma o equilíbrio étnico: enquanto o altiplano é povoado por brancos, ao longo da costa se estabelece uma população negra e mulata, originária em grande parte das Índias ocidentais. A banana torna-se o artigo de exportação mais importante em vários países da América Central e seu único mercado de exportação são os Estados Unidos, os quais, em 1918, adquirem mais de 90% das exportações da Nicarágua.<sup>110</sup> (DONGUI, 1975, p.184).

Evidentemente a intervenção norte-americana não contou apenas com a instalação das Companhias Bananeiras: foi muito além. Intervenções políticas e militares – os *marines* em Cuba, na Nicarágua, na República Dominicana - mudanças nas paisagens naturais (a construção do Canal do Panamá, por exemplo) mudanças no equilíbrio étnico como ocorreu na Costa Rica para atender à demanda de mão de obra necessária para a United Fruit Company naquele país; apoio a regimes repressores, a exemplo do que ocorreu com Trujillo na República Dominicana e com os Somoza na Nicarágua. Tudo isso foram reflexos da intervenção norte-americana. Porém nos concentramos nos aspectos ligados as Companhias Bananeiras devido à escolha do fragmento<sup>111</sup> e dos comentários que o autor faz sobre elas.

A partir do fragmento escolhido e dessas discussões, buscamos refletir com os alunos que mudanças a intervenção norte-americana no período já citado, trouxe para Macondo<sup>112</sup>, atentando principalmente para as mudanças de hábito, como as pessoas passaram a se comportar, se essa mudança trouxe apenas benefícios ou não, levando-os a traçar um paralelo com suas próprias realidades.

### **3.NA SALA DE AULA:**

Esta experiência se deu com a turma do 2º ano do Ensino Médio (2ºD/tarde) do Colégio Estadual Francisco Ernesto do Rêgo, na cidade de Queimadas. A turma tinha 29 alunos, com faixa etária entre 16 e 41 anos.

A maioria respondeu que gosta de História. O interessante é que eles gostam de História porque através dela podem conhecer o passado. Apenas três alunos levantaram a questão de que o cotidiano é História, e de que o hoje é histórico. A maioria ainda tem a visão de que a História é o estudo do passado para se compreender o presente e pensar o futuro, apenas isto. Não se sentem pertencentes a ela.

Em relação à Literatura, a maioria dos alunos também respondeu que gosta da disciplina, mas no geral gostam mais de

História. Vale salientar que os alunos relataram que não tem a disciplina de Literatura, ela é estudada dentro da disciplina de Língua Portuguesa e apenas em algumas aulas. É trabalhada apenas a Literatura Brasileira e alguns livros indicados para o vestibular, em poucas aulas, pois a ênfase maior é dispensada à gramática. Mas em sala de aula, quando questionamos a respeito da Literatura, os alunos foram bem mais explícitos que nos questionários, isto é, falaram sobre a Literatura de cordel, dos romances, das revistas, dos jornais, de alguns livros que já haviam lido.

Ao que se refere às outras questões, o resultado foi o seguinte: a maioria nunca havia pensado na possibilidade de estudar História e Literatura juntas, mas responderam que o estudo poderia ser possível, porém apenas sete alunos deram exemplo de como poderia se dar essa atividade. Disseram que poder-se-ia escrever poesias do momento em que estamos vivendo ou dos que já ocorreram; que a Literatura tem muito da História, pois fala de fatos que ocorreram em algum lugar de determinada época – o contexto histórico – e alguns alunos citaram o estudo de momentos históricos através de obras como *O Cortiço*, *A Escrava Isaura*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; mas nem todos os alunos concordaram com a proposta, e justificaram suas respostas de maneira muito enfática, negando categoricamente a possibilidade afirmando que:

seria um horror, que seria impossível, literatura está mais próxima da disciplina de português, seria um inferno, que história é ruim sozinha imagine com literatura, ninguém conseguiria entender nada, seria um saco, seria matar qualquer pessoa de tanto estudar, que são coisas muito diferentes.<sup>113</sup>

Estas respostas negativas nos mostram que o trabalho com textos comparativos não é tão simples. Encontramos dificuldades como a falta de contato dos alunos – e de muitos professores – com essa forma de abordagem no ensino de História, o não uso da interdisciplinaridade, e conseqüentemente, a falta de leitura deste tipo de literatura.

#### 4. EXPERIÊNCIA DE SALA DE AULA

Utilizamos três aulas para a nossa experiência. Conversamos sobre a relação que podemos estabelecer entre História e Literatura, falamos sobre o momento histórico a ser abordado, sobre o autor, sua obra e mais especificamente sobre o trecho que iríamos trabalhar, fazendo a relação com o contexto histórico apresentado.

Partimos para a leitura do texto. Enquanto líamos pedíamos que prestassem atenção em determinado parágrafo e fazíamos alguns comentários. Ao final começamos a explorar o texto mais detalhadamente. Fomos pontuando as questões que nos interessavam. Fizemos um quadro comparativo de como estava a cidade após a intervenção estrangeira e de como seria antes.

Esse exercício foi interessante porque o texto não trazia Macondo antes das mudanças, os alunos tiveram que lidar com a imaginação a partir dos elementos que o texto lhes apresentava. Interessante que suas respostas coincidiam com a imagem que Márquez cria do povoado antes da Companhia Bananeira - um lugar isolado, sem muitos atrativos, de pessoas pacatas, de casas simples. Só depois que os alunos disseram isto é que revelamos como era realmente a cidade. Feito isto, questionamos sobre as mudanças ocorridas, como elas interferiram na vida das pessoas, o que trouxeram de bom ou de ruim.

Perguntamos também se a partir daquelas mudanças poderíamos fazer um paralelo com nossa realidade, pois dissemos que Macondo poderia ser qualquer lugar. Este foi o momento mais relevante da aula, pois os alunos participaram efetivamente. Apresentaram as mudanças da cidade e como elas transformaram a vida das pessoas, falaram sobre experiências de seus pais e avós com o rádio, a televisão, sobre suas próprias experiências de infância. Sorriram, envergonharam-se, conversaram com os colegas, enfim, nem pareciam a turma que havíamos encontrado momentos atrás. Eles estavam vivenciando a História sem perceber.

No segundo dia de aula rememoramos o que havíamos discutido na aula anterior e lançamos a proposta da elaboração de um texto individual a partir da leitura de Márquez e de suas próprias experiências, enfatizando a questão das mudanças, principalmente as de hábito.

## 5. ANÁLISE DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS

As produções textuais foram um dos pontos mais importantes da nossa pesquisa. Dos 29 alunos que participaram da aula, 22 fizeram a produção. Quando pedimos que elaborassem os textos alguns não gostaram. Copiaram na íntegra muitos trechos do texto, colocaram muitas idéias desconhecidas, escreveram muito da fala da professora, alguns apenas narraram o que ocorreu na aula sem adentrar no texto ou nas discussões que foram feitas e não se reportaram às suas próprias experiências.

À primeira vista pensamos se todas as produções teriam seguido este modelo, mas no final da leitura constatamos que alguns textos apresentavam aspectos importantes como conexão com o contexto histórico discutido, idéias claras, opinião em relação ao texto, questionamentos, concepção de História, relato de experiências de parentes e de sua própria realidade. Vejamos alguns exemplos:

Em relação ao primeiro contato com este tipo de leitura, alguns alunos fizeram os seguintes comentários:

Gostei muito do texto que traz trechos do livro de Gabriel García Márquez, e concordo que a América Latina é esquecida e principalmente que ocorre coisas estranhas...

O texto que vimos do autor Gabriel García é um pouco difícil de se entender, pois é um texto que não fala da realidade, ou seja, ele não é real.

O texto é bem legal. Aprendemos através de uma simples leitura um universo de informações de uma maneira diferente (...) gostei porque ele tem a finalidade de nos mostrar como as mudanças às vezes

pode ser útil para algumas coisas, mas também é um labirinto, pois o desconhecido é amedrontante...

Por um momento pensei que era mais uma literatura infantil em que se imagina um lugar determinado e a própria criança cria os personagens, e como o autor aborda os acontecimentos, digamos que ele deu vida ao texto...

A maioria dos alunos afirmou ter gostado do texto, apenas dois afirmaram que o texto foi difícil. Os comentários acima foram os que mais nos chamaram atenção. No primeiro comentário um dos alunos afirma que gostou do texto e complementa dizendo que concorda que a América Latina é esquecida e que nela ocorrem coisas estranhas. Comentamos na sala sobre isto, sobre como a cidade de Macondo passou muito tempo esquecida pelo mundo, sem manter contato com nenhuma outra cidade. Porém, o que mais nos chamou atenção neste comentário foi a questão das “coisas estranhas”, pois este mesmo aluno faz um comentário muito interessante no final de seu texto a respeito deste assunto:

como já escutei de parentes idosos que certa vez uma jovem moça que fez uma simpatia na qual a árvore da bananeira lhe mostrava qual a idade que ela iria se casar e ao pegar a faca e cortar o tronco apareceu um desenho em formato de caixão, que deduzindo, era o mesmo que falar que ela nunca iria se casar pois sua morte chegaria primeiro e três dias após tudo isso ela faleceu.

O texto desse aluno não foi o melhor escrito, nem tinha tantas informações como outros, mas um pequeno detalhe foi decisivo: o aluno compreendeu, a partir de uma única e curta leitura e pelo que foi discutido em sala algo que muitos não conseguem quando lêem os textos de Márquez: a relação com o maravilhoso, este entendido nos termos usados por Carpentier: “Tudo que é insólito, tudo que é assombroso, tudo que escapa às

normas estabelecidas é maravilhoso.” <sup>114</sup>(CARPENTIER, 1987, p. 122).

Mais importante ainda, o aluno percebeu que o teor maravilhoso da obra de Márquez é inspirado na própria realidade, nas histórias que a sua avó lhe contava – assim como também foi a fala do aluno – e que esta realidade maravilhosa está mais próxima de nós do que pensamos. Talvez o aluno que citou o exemplo da moça que morreu após fazer uma simpatia <sup>115</sup> não tinha ciência de que em seu texto trabalhou com uma realidade parecida com a que Márquez trabalha, mas mesmo assim o fez e foi o único em uma turma de 29 alunos. Para nós foi apenas um texto, mas foi ótimo, surpreendente pelas condições em que trabalhamos.

No segundo comentário um dos alunos afirma que o texto foi um pouco difícil. A partir do momento em que começamos a elaborar este projeto, a maior de nossas preocupações talvez tenha sido justamente esta: a dificuldade do texto, tanto pela linguagem, quanto pela falta de contato dos alunos com este tipo de literatura, mas não acreditamos que estas dificuldades seriam motivo para não oferecer este tipo de leitura, pois a literatura é um direito que todos devem ter, como afirma Antonio Candido:

... são incompressíveis, certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, a resistência à pressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura... Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura... parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. <sup>116</sup> (CANDIDO, 2004, p.263).

Assim, não poderíamos negar aos alunos um autor como García Márquez. Quando não compartilhamos este tipo de leitura, estamos lhes subestimando, fazendo um pré-julgamento de que

talvez não sejam capazes, quando na verdade podemos nos surpreender com suas colocações, suas experiências, assim como observamos nas aulas ministradas.

Voltando ao comentário do aluno, ele afirma que o texto foi um pouco difícil porque não falava da realidade, não era real. Talvez o aluno quisesse dizer que a Literatura por ser uma ficção, pode ser uma invenção, que não tem caráter de verdade, que realmente não existiu. Como estávamos fazendo um trabalho com Literatura e História, o aluno pode ter em mente que é a História que diz a verdade, narra o que realmente aconteceu, enquanto a Literatura não. É como diz Pesavento (2005): “O discurso histórico (...) produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando seu lugar. Nesse aspecto, o discurso histórico chega a atingir um efeito de real.”<sup>117</sup>

Em relação ao terceiro comentário, o aluno afirma ter gostado do texto porque havia aprendido de forma diferente. O novo foi interessante para ele. No restante de seu comentário aborda a questão das mudanças, percebendo que elas podem ter consequências diferentes para cada um, podem ser boas ou ruins, causam temeridade, podem ser, um labirinto.

Este aluno, em todo o seu texto, deu ênfase às mudanças. O interessante é que, ao tratar disso, ele não comenta apenas sobre o que sentiram as personagens, mas expressa seus próprios sentimentos como neste trecho: “As mudanças como tudo na vida causa medo, espanto, desestruturação do monótono e por isso é de difícil aceitação no começo”.

O aluno cria uma empatia com o texto, fala de si ao mesmo tempo em que fala dos personagens, atribuindo-lhes sentimentos quando, por exemplo, afirma que o mundo deles após a chegada da Companhia Bananeira era um “*mundo inseguro*”. Em nenhum momento do texto o autor usa estes termos, mas o aluno deixou-se envolver pela narrativa, fez uma leitura particular além da que aparece no texto, deu-lhe o seu próprio sentido.

Outro aluno fez um exercício parecido. No primeiro parágrafo de seu texto ele diz o seguinte: “Antigamente em Macondo não havia trens, nem cinema ou teatro, mas creio que



eles tinham outra forma de se divertir como uma reunião em família para um almoço ou para um jogo de baralho, se divertiam da maneira como sabiam”.

O texto que trabalhamos traz informações de que em Macondo não havia teatro, cinema ou trens, pois conta a chegada dessas novidades, porém o texto não fala como o povo se divertia antes. Recriamos Macondo a partir das informações que o texto trazia de como era a cidade após a chegada de todas aquelas novidades e os alunos fizeram este exercício sem ter acesso ao que diz o autor sobre a formação de Macondo e de como era até a chegar essas novidades. Foi um exercício de imaginação, de levantamento de hipóteses, fato que o aluno retomou em seu texto imaginando como seria a diversão do povo enquanto a cidade ainda era pacata. Sem perceber ele fez um trabalho de reinvenção e reescrita do texto, mesmo sem conhecê-lo por completo, assim como fazemos com a História, estamos sempre a reinventando.

No quarto comentário um dos alunos diz que a primeira impressão que teve do texto foi que se tratava de literatura para crianças. Isto nos chamou atenção, pois não havíamos pensado nessa possibilidade. Instigados por este comentário, partimos em busca de alguns textos que pudessem ser dirigidos para crianças ou juvenis. Observamos que existem textos de Márquez indicados como Literatura juvenil - *A luz é como a água*, *A sexta de terça-feira*, *Maria dos prazeres*, entre outros. A forma com que o autor constrói seu texto também pode ter levado o aluno a fazer tal comentário.

O aluno ainda diz que pelo fato de o autor falar dos *acontecimentos* assim dá vida à história. Talvez os acontecimentos a que o aluno se referia sejam os acontecimentos históricos, o contexto histórico abordado, e para ele é este contexto que dá vida, que dá significado à história que Márquez cria. Este pensamento aproxima-se do que disse o aluno do segundo comentário ao afirmar que Márquez não tratava do real, este seria tratado pela História, como comentamos anteriormente.

Outros alunos, quando pedidos para estabelecerem um paralelo entre a cidade de Mocondo e a sua realidade, fizeram

sim este exercício, mas foram além: usaram o espaço do texto para fazer alguns protestos:

... o povo de Mocondo era formado por um monte de medrosos e ignorantes, isso tinha que mudar, se existissem escolas para se estudar essas pessoas não eram assim, esse caso convém a cidade de Queimadas. Vai chegar um tempo que não vai ter vagas em colégios públicos, que só tem dois, então aí fica muita gente sem estudar. Outra coisa também: não tem um hospital na cidade, se a pessoa tiver já morrendo tem que sair da cidade para ser atendido ou então morre em casa mesmo. (...) Mas aqui quem é que vai mudar a nossa cidade, fica a pergunta no ar.

... nossa cidade ainda não tem um hospital, um hotel, só existe uma escola estadual de 1º e 2º grau e mesmo assim super lotada...

Esses comentários foram muito interessantes porque a maioria da turma fez o paralelo entre Macondo e sua cidade, mas esses dois alunos fizeram mais, falaram de suas angústias, e elas são praticamente as mesmas e a escola faz parte delas. Esses alunos sentiram-se à vontade para fazer tais colocações, foram além do que foi pedido pela professora. Tais colocações nos deixam satisfeitos com nossa pesquisa e nos lembram das palavras de Jorge Luis Borges quando diz: “Como a leitura, a aula é uma obra comum e, assim, aqueles que a escutam são tão importantes quanto aquele que lhes fala”.<sup>118</sup>

## 6. CONCLUSÃO:

A experiência que tivemos com as turmas foi uma atividade muito profícua. Gostaríamos de ter tido muito mais experiências – reconhecemos que apenas duas são poucas – mas foi o que pudemos fazer diante das circunstâncias, pois estávamos numa sala de aula que não era nossa e não se tratava de estágio,

por isso a escola não pôde dispensar muitas aulas. Gostaríamos também de ter voltado a essas turmas e fazer novas experiências com outros textos, mas também pelo mesmo motivo não foi possível.

Seria muito importante que trabalhos desse tipo fossem feitos com um caráter interdisciplinar, com o envolvimento dos professores de História, Literatura, Artes, Gramática, Produção textual, para que o trabalho fosse mais consistente, mais profundo.

Esta experiência não serviu apenas como laboratório ou assunto para um trabalho final de curso, para simplesmente concluir a Licenciatura. Ela nos fez reavaliar tudo o que aprendemos na Academia nesses anos de curso. Fez-nos repensar em nossos tantos textos lidos, em nossas tantas aulas, em nossos professores e em suas maneiras tão diferentes de dizer o que é e como se constrói a História. Principalmente serviu para aliviar, por um lado, e acentuar por outro, aquela preocupação que expusemos no início deste artigo trabalho: o que fazer com tudo o que aprendemos na Academia quando nos depararmos com a sala de aula. Hoje já temos algumas respostas, mas também o dobro de perguntas e expectativas.

# LUTAS POPULARES NA BOLÍVIA: A ÁGUA E O GÁS

**Celso Gestermeier do Nascimento**

Mestre pela Universidade Estadual de Campinas

Professor do Curso de História da UFCG

E-mail: [celsoeleda@uol.com.br](mailto:celsoeleda@uol.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Em fins do século passado, a Bolívia foi um dos primeiros países latino-americanos a adotar parâmetros neoliberais na economia, em particular nos governos de Victor Paz Estenssoro (1985-9), Jaime Paz Zamora (1989-1993) e Gonzalo Sanchez de Lozada (1993-1997). A marca principal do projeto neoliberal boliviano foi a adoção de pactos políticos que visavam obter a governabilidade para a implantação do novo modelo econômico, ou seja, os partidos políticos e suas lideranças traçavam os rumos das mudanças consideradas necessárias para o país, criando uma “partidocracia” que alijava das decisões nacionais a imensa maioria indígena – e pobre – do país.

Em 1985 foi firmado o “Pacto Por la Democracia” entre as lideranças de Hugo Banzer e Paz Estenssoro – que duraria até 1989 – e permitiu a promulgação do Decreto 21060, de 29 de agosto de 1985. Enquanto a elite política boliviana se acertava nos rumos econômicos que deveriam ser tomados pelo governo – qualquer que fosse o presidente – efetuava-se um pacto político para obter a legitimação eleitoral a realizá-lo, ou seja, independente do presidente eleito, o projeto neoliberal representado pelo Decreto 21060 seria adotado, pois desde o início dos anos 80 os políticos bolivianos travavam contato com economistas norte-americanos, sendo o mais famoso Jeffrey Sachs:

Desde el principio siempre decía a los bolivianos que lo que tienen es una economía pobre y miserable con hiperinflación: con coraje, con atrevimiento, si

se hace todo bien, van a tener una economiza pobre y miserable com precios estables. Pero es necesario hacerlo porque solo con precios estables hay alguna posibilidad de sobrevivir en el futuro.<sup>119</sup>

A base política continuaria firmada pós 1989 com o “Acuerdo Patriótico” que uniu inimigos históricos: a ADN (Acción Democrática Nacionalista) de Hugo Banzer e o MIR (Movimiento Izquierda Revolucionária) de Jaime Paz Zamora levando-os a uma administração compartilhada, sob a presidência do último. A ascensão do MIR ao poder levou a graves suspeitas de associação do governo a narcotraficantes, mas continuou a aplicação dos princípios neoliberais.

Paralelamente ao desenvolvimento da implantação do modelo neoliberal na Bolívia, a década de 90 surpreende o país com o re-surgimento de movimentos sociais de contestação: eles não são novos na história boliviana, mas ganham força no momento em que o projeto neoliberal torna cada vez mais difícil a vida da população pobre. É o caso do Ejército Guerrillero Tupac Katari,<sup>120</sup> dentre outros, que tinha sido formado a partir da união entre líderes indígenas e de intelectuais marxistas que procuravam elaborar uma curiosa associação entre a tradição indígena – aymara – e o pensamento ocidental – “exógeno” – marxista:

El EGTK (propugnaba) expropiar la propiedad a los trabajadores y la construcción del socialismo basándose en la propiedad comunal, ayllus, existentes en el campo. (Caracterizaba) a la “clase dominante” como q´ara burguesa, tomando en cuenta por un lado que es dueña de los medios de producción y por otra que esta casi íntegramente compuesta por mestizos con rasgos predominantemente blancoides.<sup>121</sup>

Esse é o pano de fundo à frente do qual travava-se uma batalha pela condução da moderna nação boliviana e que nos ajuda a entender o encadeamento dos fatos que levaram à presidência o líder cocalero aymara Evo Morales à presidência. Um elemento fundamental nessa luta foi a questão da apropriação dos recursos

naturais que levou a importantes revoltas populares, que vamos agora discutir.

## 2.OS PROTESTOS: COCHABAMBA E EL ALTO

### 2.1.A “Guerra Del Agua”

No mês de abril de 2000, na cidade de Cochabamba ocorreu a chamada “Guerra Del Água” contra a empresa Águas Del Tunari, um consórcio formado por capital dos Estados Unidos, Itália, Espanha e Bolívia. Esse evento deve ser inserido na esteira de problemas sociais causados pelo processo de privatização – “capitalizaciones” – de empresas públicas que também atingiu as empresas fornecedoras de serviços públicos, como a água, levando a uma elevação dos preços dos produtos ao mesmo tempo em que uma política de contenção de salários diminuiu o poder de compra da população, agravado no Departamento de Cochabamba pela luta antidrogas imposta pelo Estados Unidos. Também podem ser apontados problemas específicos da região:

Históricamente el tema del agua ha sido muy sensible en la región, pues el valle de Cochabamba (donde viven alrededor de 700.000 personas, del área urbana y rural) es una zona ecológicamente considerada semiseca, por tanto sufre una crónica escasez del recurso. Por otro lado, apenas el 50% de la población urbana tiene acceso al sistema público de distribución de agua potable, por tanto aproximadamente el 35% se ha organizado en cooperativas, asociaciones, comités de agua, y un 15% se aprovisiona a través de carros cisterna (“aguateros”) u otros medios alternativos. <sup>122</sup>

Enfim, o que eram as “Aguas Del Tunari”:

El consorcio Aguas del Tunari, con registro legal en las Islas Caimán, era la cría peculiar de algunos de los jugadores más importantes en el mundo del negocio de agua: International Water Limited

(propiedad de Edison SPA de Italia y Bechtel de EE.UU.), con 50%, se juntó con Abengoa, de España (con 25%) y cuatro inversionistas bolivianos (25%), unos ligados al proyecto Misicuni y otros ligados a un partido del Gobierno. <sup>123</sup>

E as possíveis razões imediatas da revolta popular:

Así, lo que desató la última fase de la protesta organizada en Cochabamba, fue un fuerte aumento del servicio del agua para financiar las inversiones de la empresa, sin que esto significara una mejora del servicio. De esta forma la población era la que estaba capitalizando a la empresa transnacional, y no al revés, como el discurso del modelo decía que debería ser. Si la población es la que capitaliza a la empresa transnacional, bien puede prescindir de ella. Sobre esta situación se despliegan y legitiman entonces las tendencias o propuestas de autogestión que se manifiestan en la Coordinadora de Defensa del Agua y la Vida (la Coordinadora). <sup>124</sup>

O centro das atenções populares seria a Ley de Servicios de Água Potable y Alcantarillado Sanitário de 29/20/1999. Vejamos o encadeamento de seus artigos que abriram uma perigosa autonomia a empresas particulares, dentro da chamada Entidad Prestadora de Servicios de Água Potable y Alcantarillado Sanitário (EPSA), definidas pelo artigo oitavo, que permite que sejam privadas. O Caso de Cochabamba parecia contrariar a Ley 2029, pois a “Águas de Tunari” exercia o monopólio da distribuição da água, impedindo a “livre concorrência” nos preços e tarifas o que, aliás, também contraria a Constituição de 1995. Por fim, para vermos como as EPSA ganham poder com essa ley vejamos o seguinte artigo:

ARTÍCULO 24°.- (DERECHOS DE LOS PRESTADORES DE SERVICIOS). Las EPSA tienen los siguientes derechos:

- a) cobrar Tarifas de acuerdo a lo establecido en la presente Ley y sus reglamentos;
- b) cobrar por servicios prestados a los Usuarios, con aprobación de la Superintendencia de Saneamiento Básico, de acuerdo a reglamento;
- c) suspender los servicios por las razones indicadas en la presente Ley y sus reglamentos;
- d) cobrar multas a los Usuarios, de acuerdo a reglamento; y,
- e) los demás establecidos mediante reglamento o por el contrato de Concesión, cuando corresponda (Ley 2029, de 29/20/1999).<sup>125</sup>

E, ainda:

ARTÍCULO 61°.- (EXPROPIACION). El prestador de Servicios de Agua Potable o Servicios de Alcantarillado Sanitario que no llegue a un acuerdo con el propietario del suelo sobre el uso, aprovechamiento, precio o extensión del terreno necesario para la realización de obras o instalaciones, para la prestación de los servicios, podrá solicitar la expropiación de las superficies que requiera, en el marco de los procedimientos establecidos por Ley. (Ley 2029, de 29/20/1999)<sup>126</sup>

De otro lado, a Coordinadora de Defensa del Agua y la Vida surgía en desposta à Ley 2029 de Saneamiento Básico, aglutinando o Comité de Defensa del Agua y la Economía Familiar, formado por ambientalistas e, posteriormente, profesores, universitarios, campañeses e otros. Através de Assembléias e ratificações populares, buscando transparência em seus atos, a Coordenadora começou a fazer a diferença para com



os métodos de ação do governo, preocupado com a visão dos investidores estrangeiros caso o conflito se agravasse.

Em 4/4/2000 a Coordenadora lançou o grito para a batalha das águas em Cochabamba, e a cidade foi tomada. Em contraposição, o governo respondeu com a decretação do Estado de Sítio em 5/4/2000 e a conseqüente repressão, sendo obrigado a negociar posteriormente, acatando as principais reivindicações dos “guerreros Del agua”: retirada da “Aguas Del Tunari”, libertação dos detidos, atendimento aos feridos e reformulação da famigerada Ley 2029.<sup>127</sup>

O que se verificava em Cochabamba era a apropriação particular de um recurso natural que deveria ser coletivo e, ainda, monopolizado. Além de inaugurar uma nova era de atuações populares na Bolívia, a “Guerra Del Agua” também trazia à tona novas formas de articulação e de associações regionais, mudando a face dos movimentos reivindicatórios que até então eram marcados pela forte atuação da Central Obrera Boliviana e propondo inclusive a substituição das Águas Del Tunari por uma ação autogestionária.<sup>128</sup>

A “Guerra Del Agua” foi detonada por três elementos: era um problema que atingia a muitas pessoas ao mesmo tempo, tanto camponeses quanto habitantes pobres da cidade e classe média baixa, que se sentiram traídos pelo acordo do governo com a empresa, concedendo-lhe o monopólio da exploração da água; uma nova capacidade de organização das forças populares com dinamismo e flexibilidade e, por fim, a insensibilidade do governo que uniu muitos inimigos contra si, ao ceder às pressões do Banco Mundial que exigia nova licitação para a SEMAPA – Servidora Municipal de Agua Potable – o que deveria tornar a água uma mercadoria.

Os resultados da “Guerra Del Agua” parecem ter sido bastante positivos em termos de organizações populares que lutam pela manutenção de formas tradicionais de uso de recursos naturais:

(...) “abril” demostró que mucha gente considera que el agua, por ser un bien escaso, debe ser tratada como un bien común, y bajo esta premisa, luchó para

eliminar la amenaza de un contrato y una ley retrógrada y atentatoria y para afirmar el carácter social del agua. Debe señalarse también que se dieron varias rupturas fructíferas de la institucionalidad existente en el Parlamento, el Poder Ejecutivo, los partidos, el Comité Cívico y las organizaciones sindicales, entre otras. Estas rupturas constituyen una alerta y a la vez una enseñanza para el fortalecimiento de la democracia.

129

E ainda mostrou que, na visão dos camponeses - aliados com outros setores da sociedade - é a de que a água – cada vez mais rara – não deve ser vista como mercadoria, mas como um bem comum, afirmando-se seu caráter social, que é o que pretende realizar a Coordenadora, conduzindo a SEMAPA num modelo “autogestionario y social”:

El neoliberalismo, discurso económico para la expansión del capitalismo global, es en el fondo “un programa de destrucción metódica de lo colectivo/comunitario” (Bourdieu, 1999:1), y a la vez una exaltación del individuo como el sujeto por excelencia del modelo. El agua, al ser reivindicada como bien público y manejada según “usos y costumbres”, cuestiona este dispositivo de poder, esta forma de subjetivación del individuo (Nash, K., 2000; 24) y reivindica otro tipo de subjetividad, comunitaria/asociativa, y de solidaridad y apoyo mutuo. De esta manera la Coordinadora escarba, directa o indirectamente, una ética comunitaria, de apoyo mutuo (formas de gestión comunitaria del agua, sea riego o consumo humano) y solidaridad, frente a la lógica privatista y mercantilista del modelo, expresado en el Contrato y la Ley. <sup>130</sup>

## 2.2.A “Guerra Del Gás”

Numa experiência parecida com a de 2000, o outubro de 2003 também foi consequência de uma série de eventos e manifestações em torno da questão da apropriação de recursos naturais, só que desta vez o alvo foi o projeto de exportação, pelo governo de Gonzalo Sanchez de Lozada, de gás natural para os EUA através do Chile <sup>131</sup>. Vários movimentos, entre passeatas, greves e greves de fome já haviam prenunciado os acontecimentos de outubro de 2003<sup>132</sup>, envolvendo diversos segmentos da sociedade boliviana, mas principalmente vindo das classes mais baixas da população, tais como: Confederación Sindical de Trabajadores de Salud de Bolívia (CSTSB), alunos da Universidad Pública de El Alto (UPEA), Movimiento Indígena Pachacuti (MIP), Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB), Coordinadora por la Defensa del Gás <sup>133</sup>, Movimiento al Socialismo (MAS)<sup>134</sup>, Estado Mayor del Pueblo (EMP), Central Obrera Boliviana (COB), Comitê Ejecutivo de la Federación Departamental de Maestros de Educación Rural de La Paz, funcionários da Universidad Mayor de San Simon.

As manifestações foram se intensificando durante o mês de outubro de 2003, fazendo o presidente Lozada a optar pela repressão, levando à morte cerca de 100 pessoas. No dia 17 de Outubro, vendo-se sem condições de governar, o presidente Lozada – “El Gringo” – renunciou e viajou a Miami, assumindo a presidência seu vice, Carlos Mesa.

É necessário ressaltar dois aspectos nessa questão: em primeiro lugar, o fato de que as manifestações ocorreram em várias partes do país e a organização da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia – CSUTCB – foi fundamental. Além de La Paz e El Alto, cidades como Cochabamba, Sucre, Oruro, Potosí e Santa Cruz de la Sierra – região mais rica do país – também tiveram manifestações e conflitos. Cumpre, no entanto, refletir um pouco acerca da cidade de El Alto, que tem marcado a história do país devido à quantidade de manifestações políticas que ali ocorreram:

Em 1781 aconteceu a Rebelião de Tupaj Katari, até hoje um marco das manifestações sociais bolivianas, e também os anos de 1899 e 1952 foram marcantes pelas mesmas razões. Assim, El Alto é parte de uma longa história de lutas indígenas, contribuindo sobremaneira para a formação de uma “identidade indígena urbana”, questão bastante importante a ser pensada para a América Latina no século XXI. A cidade coloca-nos, hoje, a importância de uma abordagem que leve em consideração que nela ainda se mantém atuantes a organização de uma sociedade através de parentesco e laços de compadrio, pois foi formada numa região migratória para camponeses e indígenas do interior do país, expulsos de suas terras pelas sucessivas crises econômicas, tornando El Alto a terceira cidade do país em população, com uma taxa de crescimento anual de 5% e de maioria jovem e aymara. Esse rápido crescimento foi acompanhado de uma imensa precariedade nas condições de vida e serviços básicos, que fez com que ela tenha se tornado marcada pela pobreza e pela manutenção dos antigos laços sociais rurais e que, graças às manifestações políticas, tornou-se uma verdadeira força alternativa ao Estado Boliviano.

Segundo nos apresenta o censo de 2001, a população de El Alto era composta por 81,29% de pessoas da etnia aymara, geralmente pobres.<sup>135</sup> Isso faz com que a construção de uma identidade indígena – e urbana – torne-se importante, sendo possível notá-lo pela presença da “wiphala” – bandeira – multiquadriculada, símbolo indígena de unidade, além do dialeto aymara, de valorização da cultura e dos heróis indígenas e populares. Também foi surpreendente no movimento a sua organização, pois não se tratou apenas de uma resposta aos pedidos da poderosa CSUTCB, mas mostrou que a população altenha tinha a certeza de tratar-se de uma verdadeira guerra civil, partindo de uma ação coletiva e produzindo verdadeiras trincheiras na cidade, com nuvens de fumaça com a finalidade de isolar La Paz.<sup>136</sup>

Ao tornar-se uma zona de guerra, El Alto passou a ser um importante centro de origem e organização das passeatas que levaram cerca de 14000 pessoas até a capital do país e gerou igualmente uma resposta feroz do Exército, em particular nos

dias 12 e 13 de outubro e, embora em 17 de outubro o presidente Lozada tenha renunciado e o vice Carlos Mesa assumido o governo, El Alto será lembrada como mais um episódio de atuação de um “mecanismo de violência estatal” a que os índios têm sido historicamente submetidos na América Latina, e talvez um marco num novo processo de construção da identidade indígena e de sua atuação política.

Outro elemento a ser pensado é a respeito da alteração de leis que propiciaram ao governo a elaboração desse projeto de venda de gás aos EUA. Os últimos quatro governos bolivianos, antes de 2004 – ou seja, antes de Carlos Mesa – defenderam a teses do “*exportar o morir*”. Entretanto, ao iniciar o século XXI, o país continua seguindo o modelo primário exportador que o caracterizou desde a independência. Segundo QUIROGA (2003), o processo de privatização levou os recursos naturais bolivianos, sua geração e excedentes econômicos, para as mãos de poucas empresas transnacionais, concentrando a extração de riquezas.

137

Nesse sentido vale a pena pensar no que tem ocorrido com relação aos hidrocarbonetos: segundo o artigo 139 da constituição boliviana, os hidrocarbonetos seriam de propriedade do Estado. Já a Ley de Hidrocarburos n° 1194, de 1990, afirmava ser o Estado dono das reservas, produção e da comercialização do produto. Entretanto, a Ley de Hidrocarburos n° 1689, de 30/4/1996 – no governo de Lozada (1993-7) – acenava para uma política de privatização de empresas da indústria petrolífera, o que levaria a consolidar os direitos de propriedade das empresas transnacionais, com base na argumentação de que assim se incentivaria a inversão de capital nas diferentes fases de produção.

Complementando a citada lei, o presidente Lozada promulgou, em 4 de agosto de 1997, o Decreto Supremo n° 24806, com a finalidade de aprovar os modelos de Contrato de Risco Compartilhado. Com tal decreto, as empresas estrangeiras passavam a obter a propriedade do mineral desde a chamada “boca do poço”, ou seja, o Estado passa a obter apenas os recursos provenientes dos impostos, sem se envolver no processo de produção e comercialização do produto. Além disso, o Decreto

prevê que apenas os poços antigos devem pagar ao Estado 50% do seu valor, sendo que nos poços novos essa taxa cai para 18% e isso se levarmos em conta que os poços antigos passam por um processo de esgotamento com prazo previsto de cinco anos, ou seja, as tarifas deverão se estabilizar em apenas 18% em favor do Estado. <sup>138</sup>

Ainda mais, nos recentes acordos de exportação de gás para México e EUA, as empresas Repsol, YPF, British Gás e Pan American ficariam a cargo do transporte, o que deixaria o Estado fora das negociações. Quando tais acordos começaram a chegar ao conhecimento público é que deram origem às manifestações de outubro de 2003. Portanto, segundo QUIROGA (2003), há que se pensar em uma nova lei de Hidrocarbonetos que

(...) tienen que ver con la propiedad, la renta de la industria petrolera, la industrialización del gas natural, la reconsideración de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, la posición nacional acerca de los mercados, y la utilización de los probables recursos que provendrían de las diferentes actividades y proyectos. Articulando estos aspectos, el gobierno podría asumir una posición clara y coherente frente a la sociedad y las empresas transnacionales. <sup>139</sup>

### 3. CONCLUSÃO

Algumas conclusões podem ser discutidas. A primeira diz respeito ao uso racional dos recursos naturais, que é um tema cada dia mais urgente nos meios de negociação entre os países pobres e ricos, <sup>140</sup> causando divergências internas. A análise da legislação boliviana nos permitiu acompanhar exatamente o crescente interesse de órgãos internacionais e empresas transnacionais em apoderar-se dos recursos naturais, fazendo-o através de pressões políticas e econômicas tendo como base as diretrizes neoliberais de abertura comercial, das quais a criação da ALCA é um dos exemplos. A privatização das águas de

Cochabamba e a venda do gás natural a impostos baixos para o Estado, e também pela perda do controle social sobre seu próprio recurso, tornaram-se inadmissíveis para uma grande parte da população, para a qual a atuação comunitária é um fato há centenas de anos. Assim, a visão acerca dos recursos naturais recolocou a ambivalência de dois modos de encarar o mundo: de um lado o branco/ “criollo” e ocidental capitalista e, de outro, o indígena aliando tradições milenares com influências do pensamento marxista. Isso se corporificou na luta pelos recursos naturais.

A segunda questão a ser ressaltada é que o ano de 2003 foi marcante nesse processo<sup>141</sup>, porque a “Guerra Del Agua” não havia conseguido unificar as causas locais em torno de um projeto nacional: reivindicações tais como aumento salarial, incremento a universidades públicas, reforma agrária etc, compuseram uma imensa gama de reivindicações que, nessa data, traduziram-se na defesa do gás boliviano. Mas, a despeito do que muitos meios de comunicação tentaram mostrar no exterior, a questão não se esgota na luta pelos recursos naturais, ela é muito mais ampla e denota diferentes visões de sociedade e do próprio sistema capitalista, o que nos leva a perceber que a luta contra a privatização do gás natural na Bolívia tem mais coisas em comum com outras batalhas populares na América Latina <sup>142</sup>:

Los planteamientos pasan por aspectos de fondo, como el cambio de modelo económico, comenzando por la recuperación de la propiedad de los hidrocarburos y la industrialización del gas, el control de otros recursos naturales (los bosques y su biodiversidad, el agua, etc.), y el rechazo a la apertura al comercio y las inversiones bajo las condiciones del ALCA.

En el ámbito sectorial, más de sesenta demandas han sido actualizadas para plantearlas al nuevo gobierno. Entre otras, la modificación de la Ley INRA y el acceso a tierras productivas para campesinos y los trabajadores sin tierra; la anulación y sustitución de la Ley 1008; el apoyo directo a la producción para mejorar las bases productivas en la minería mediana, agropecuaria campesina, micro y pequeñas empresas;

el apoyo al desarrollo rural; la anulación del código tributario y el rechazo a medidas tributarias de carácter regresivo; la estabilidad laboral, nuevas fuentes de trabajo e incrementos salariales en función del costo de vida. <sup>143</sup>

Não é de se estranhar que as reformas nas legislações em vários países latino-americanos tenham muito em comum. Daí que é necessário observar essas reformas tendo em mente um contexto mais amplo. Em 2003, na Bolívia, foi possível a coesão em cinco planos: o primeiro tendo a ver com a resistência à globalização – mãe das privatizações - e conseqüências das políticas neoliberais; o outro tem relação com a busca da retomada da soberania nacional frente a agentes da nova ordem mundial; um terceiro seria propriamente a adoção da recuperação da gestão acerca dos recursos naturais; o quarto é a retomada da perspectiva da luta de classes, pois o gás seria retomado para os pobres, desempregados e desamparados pelo sistema e, por fim, o último plano:

Un quinto plano, y quizás un primordial eje articulador histórico, condicionante de los otros planos, atravesados por éste, es el relativo a las reivindicaciones indígenas, entendidas como reivindicaciones culturales, nacionales y étnicas. Todos estos planos se entrelazaron en la Guerra del Gas. La consigna de la defensa del gas resumió las demandas desplegadas en todos los planos, despliegues que anidan sus propias particularidades, sus específicas lógicas de desenvolvimiento. No sólo se trata de una consigna nacional, sino de una consigna que replantea popularmente la concepción de nación. Quizás sea ésta la razón por la que la defensa del gas estaba casada con la consigna popular de la Asamblea Constituyente. (ALCOREZA: 2003, 37)

A terceira questão, local, é que a exploração do gás natural foi inserida na histórica rede de exploração que desde o século



XVI abateu-se sobre os índios mitayos, obrigados a trabalhar até 18 horas diárias em minas para enriquecer o estrangeiro, e tornou-se questão nacional, uniu duas memórias:

Los campesinos, mineros, gremialistas, desocupados, estudiantes, vecinos, ciudadanos y distintos sectores involucrados en el movimiento social boliviano del 2000 al 2003, han acumulado sus fuerzas, que es lo mismo que decir que han valorizado su propia experiencia, apoyados en la construcción de una memoria mesiánica (katarista) y política (marxista), dando un significado histórico a sus acciones en el momento presente. Son la multitud desbordante, el intelecto general autonomizado, los haberes colectivos sublevados contra la globalización, el capitalismo y el colonialismo. La multitud de múltiples rostros, pero también de múltiples acciones, de múltiples vivencias y de una enorme geografía bullente de localismos intensos. La multitud hace confluir sus múltiples acciones hacia el acontecer del acontecimiento, hacia un presente convergente, que carga con todo el peso de estas acciones, del conglomerado de voluntades y de fines perseguidos. (...) Un momento histórico rico en intensidades, como el relativo a las jornadas de septiembre-octubre, no solamente contiene una gran disponibilidad de fuerzas, es altamente convocativo, sino que dispone de la contemporaneidad de lo no contemporáneo, dispone de la simultaneidad de acontecimientos pasados, vividos también con gran intensidad, que se hacen presentes como reclamando completarse.

144

A luta pelos recursos naturais na Bolívia tem inclusive levado ao aparecimento de outras forças políticas como a dos cocaleros – de onde veio o presidente Evo – que veio juntar-se aos camponeses e mineradores:

De esta forma, los cocaleros han sido capaces de articular una serie de alianzas que pusieron a la defensa de la coca en el centro de las luchas sociales y políticas del país, y

les permitieron hegemonizar una amplia serie de demandas contra el “modelo” neoliberal; al tiempo que incrementaban su participación en los foros y congresos internacionales “ante-globalizadotes” (Foro Social Mundial, Campaña Continental contra el ALCA, congresos campesinos, etcétera). Emergió así un movimiento, mezcla de izquierda rural y urbana, sindicalismo y etnia, capaz de articular un discurso ante-neoliberal y antiimperialista, e incorporar una visión étnico-cultural andina que interpela a otros sectores empobrecidos y marginados de la sociedad boliviana.<sup>145</sup>

A quarta e última questão a ser apontada é que esses movimentos vieram a tornar-se uma imensa força política que alia tradição e modernidade, “ayllu” e sindicato, ocorrendo no momento em que a classe política boliviana estava desorganizada e desacreditada, elaborando políticas e legislações que passavam longe das reivindicações populares<sup>146</sup> e, por isso a temática da governabilidade tornou-se um fantasma para essas lideranças:

En un segundo aspecto la crisis de abril puso en evidencia la existencia de una crisis del sistema de partidos políticos como mecanismo de representación y mediación. En ese parlamento -aunque en otro período legislativo- se aprobaron las leyes que ahora cuestionaban la CSUTCB (Confederación Sindical Única de Trabajadores del Campo Boliviano) en el Altiplano y la Coordinadora en Cochabamba. Al aprobar el estado de sitio el sistema de partidos estaba reconociendo, sin quererlo, su inutilidad y artificialidad en relación a la representación de la población que participaba en los conflictos. En tanto el legislativo ha venido funcionando de facto como un apéndice de legitimación legal de las medidas promovidas por el Poder Ejecutivo, la representación de la sociedad civil ha estado ausente. Al representar los intereses de las elites y burocracias partidarias - que básicamente compiten por cargos públicos, a partir de los recursos que pueden movilizar e invertir en las campañas- los partidos políticos son satélites

del ejecutivo, y no canales de representación de la sociedad civil, salvo de aquellos núcleos minoritarios del poder económico. <sup>147</sup>

As leis são impostas, mas quando a taxa de água torna-se insuportável é que a “Señora Coordinadora” <sup>148</sup> adquire sentido e orienta a luta espontânea e as reivindicações que, chocando-se contra os decretos, contra os “discursos de verdad”, ou contra as incertezas de uma nova era, de modificações que ameaçam a segurança da tradição e levam as mobilizações populares a apoiar a ascensão de Evo Morales, primeiro presidente indígena de um país também indígena.

# A NOVA INSSURREIÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE UMA OUTRA INDEPENDENCIA

**Renato Kilpp**

Doutor pela Freie Universitat Berlin - Sozialwissenschaft

Professor de Economia da UFCG

E-mail: [rkilpp@uol.com.br](mailto:rkilpp@uol.com.br)

## 1. UMA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

*“A realidade é real porque nos convida a mudá-la e não porque nos obriga a aceitá-la. Ela abre espaços de liberdade e não necessariamente nos aprisiona nas janelas da fatalidade”.*

( Eduardo Galeano)

A América Latina apresenta um histórico de dominação política, econômica e cultura que foi se construindo nos últimos 500 anos, mas também apresenta um histórico de lutas de libertação, de vitórias e derrotas. Do jugo europeu ao predomínio do império estadunidense, muitas foram as fases que registram a bravura deste povo. Bravura que pode ser percebida na óbvia insistência deste povo em sobreviver, apesar da espoliação internacional.

Desde há muito que a dominação política e econômica européia no continente foi gradativamente sendo substituída por uma dominação de base econômica estadunidense. Já no início do século XIX, quando fomos conquistando nossas independências, com José Martí, em Cuba, Simon Bolívar, na Venezuela, na Colômbia, Bolívia, Equador e Peru, com José de San Martí, na Argentina, Chile e Peru, já se apresentavam as intenções de dominação provenientes dos EUA. Em 1823, a

Doutrina Monroe afirmava “a América para os americanos”, não somente como um recado para os eventuais interesses europeus em recuperar suas colônias, mas como indicativo dos interesses de uma nova estrutura de dominação. Três princípios básicos estavam postos pelos norte-americanos: “1) O continente americano não pode ser objeto de recolonização; 2) É inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos e externos de países americanos e 3) os EUA, em troca, se absterão de intervir nos negócios dos países europeus”. Em 1855, a Doutrina do Destino Manifesto deixa bastante evidente qual o real objetivo norte-americano para toda a América: “A pura raça anglo-americana está destinada a estender-se por todo o continente com a força de um tufão. A raça hispano-mourisca será abatida”. (New Orleans Courier, em 27/01/1855). James Buchanan, presidente dos Estados Unidos, no período de 1856 a 1861, afirmava que “a expansão dos EUA sobre o continente americano, desde o ártico até à América do Sul, é o destino de nossa raça... e nada pode detê-la”. Acreditaram que o povo dos EUA teria sido eleito para comandar o mundo e, portanto, suas pretensões expansionistas afirmavam uma vontade divina.

Desde então podemos observar os registros históricos das iniciativas dos estadunidenses em dominar a região latino-americana e caribenha. Desde 1890 foram 106 intervenções militares norte-americanas no mundo e nada menos que a metade delas somente na América Latina e no Caribe. Entre estas ações se contabiliza o assassinato de presidentes de Estado, como Omar Torrijos, do Panamá, Jayme Roldós, do Equador, Salvador Allende, do Chile e Jacob Arbens, da Guatemala. Mais recentemente, em 2004, o então secretário de defesa dos EUA, Sr. Collin Powell, em discurso sobre a ALCA, afirmava que “o nosso objetivo com a ALCA é garantir para as empresas norte-americanas o controle de um território que vai do pólo Ártico até a Antártida”.

No entanto, verificamos também uma América Latina que resiste. Resiste em seu passado mais distante como nas suas lutas cotidianas mais recentes. Das revoluções em Cuba, com Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos, na

Nicarágua de Augusto Sandino, em meados do século XX, ou ainda se considerarmos os movimentos revolucionários na Guatemala, El Salvador, Nicarágua já nos anos 1970 e 1980, podemos perceber o espírito de luta e de resistência desta nação latino-americana. O Brasil também conta com inúmeras biografias que dedicaram suas vidas às causas sociais e às lutas pela libertação. Tivemos nossos heróis neste imenso país. Zumbi, Antônio Conselheiro, Olga Benário, João Cândido, Cipriano Barata, Tiradentes, Carlos Marighella, Chico Mendes, Luís Carlos Prestes, Anita Garibaldi, Gregório Bezerra, Carlos Lamarca, Florestan Fernandes, entre tantos outros que, das formas mais diversas, lutaram pela construção de uma sociedade mais justa para todos.

Existem inúmeros outros destes homens imprescindíveis, como dizia Bertold Brecht. Existem inúmeros deles hoje, pelas ruas de nossas cidades, em todos os países deste continente. Na grande maioria anônimos cidadãos lutando cotidianamente por sua dignidade e por suas crenças, e que escrevem a história moderna na América Latina. O Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, sul do México, o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o Movimento Al Socialismo e a Central Operária Boliviana, na Bolívia, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, o Movimento Mapuche, no Chile e na Argentina, os Astilleros de Rio-Santiago e os Piqueteiros, na Argentina, são todos movimentos de base, que lutam pela construção de uma nova sociedade, mais justa.

Nossa América Latina sempre foi de luta, de resistência. Nem sempre venceu, mas nunca abandonou suas trincheiras. E continua como América de luta. De acordo com Jorge Gomes Barata:

As revoluções sociais não obedecem a um formato preestabelecido, não se regem por um calendário e não são comparáveis umas com as outras. Todas são originais porque são filhas de seu tempo, cumprem suas próprias tarefas históricas e devem ser

compreendidas em primeira pessoa. As revoluções sociais verdadeiras podem sofrer revezes e conhecer os refluxos das marés que as impulsiona, mas nunca são derrotadas. Caem e se levantam porque é o instrumento de que se vale a história para fazer andar a humanidade.

Esta é a história de nossos heróis, anônimos ou não. É uma história em permanente construção. Estas histórias de lutas revolucionárias adquirem cada vez mais importância quanto mais dramática se apresentam as condições objetivas de sobrevivência da sociedade como um todo. Em função de um modelo de desenvolvimento econômico concentrador e excludente, que marginaliza a grande maioria da sociedade, não restam alternativas senão as lutas revolucionárias. É este contexto que nos obriga a investigar inicialmente o modelo de (sub) desenvolvimento imposto à América Latina como um todo, para então, buscarmos construir um diagnóstico mais preciso que nos permita compreender a conjuntura desta América Latina e suas alternativas políticas, econômicas e sociais.

Do período colonial aos tempos modernos, muitas foram as estratégias desenvolvidas para espoliar os povos latino-americanos. Nos últimos 20 anos, políticas econômicas foram impostas até mesmo pela força militar para garantir os interesses de empresas transnacionais. Esta é a era das políticas neoliberais e do Consenso de Washington, e também a era dos maiores desastres econômicos e sociais para todo o continente latino-americano.

## **2.DESENVOLVIMENTO: UM DIAGNÓSTICO DA REALIDADE CONTEMPORÂNEO DA AMÉRICA LATINA**

Os homens já experimentaram diversas formas de produção de sua existência. Evoluíram em suas capacidades e técnicas produtivas, em suas relações de trabalho e também nos seus mecanismos de apropriação de riquezas. Na sua forma capitalista,

o processo da produção atingiu competências impressionantes. Entretanto, seu indissociável processo de apropriação privada dos resultados da produção resultou em marginalização generalizada de povos e nações inteiras. Enquanto modo capitalista, produção social e apropriação privada são partes de um todo, formam uma unidade. Esta unidade implica em riquezas concentradas em um pólo e miséria generalizada em outro. O modo capitalista, por sua vez, modernizou seus mecanismos de exploração e apropriação das riquezas sociais produzidas.

Nos tempos mais recentes, o capitalismo desenvolveu estratégias de acumulação ainda mais complexas. Interessa-nos, neste momento, investigar o capitalismo contemporâneo na América Latina. O neoliberalismo, forma capitalista moderna de exploração e apropriação de riquezas, foi implantado com base em imposições efetivadas por agentes multilaterais internacionais como FMI, Banco Mundial, Clube de Paris e também pelos países que compõem o famoso clube do G-7, os países mais poderosos do mundo. A “agenda” neoliberal foi objetivamente orientada por um conjunto de medidas econômicas que ficaram conhecidas como “Consenso de Washington”. Entre as principais imposições econômicas para os países denominados de subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento” encontram-se a privatização de todas as empresas estatais e empresas públicas, a abertura sem restrições de suas economias ao mercado internacional, as restrições fiscais, entre muitas outras. Diversas análises afirmam que as economias latino-americanas obtiveram resultados desastrosos com a adoção de tais políticas. Em um estudo sobre crescimento econômico, considerando 10 países da América do Sul, (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Venezuela), observou-se que entre 1951 e 1975 o crescimento médio anual de suas economias foi de 2,8%. No entanto, no período de 1985 a 2000, estas economias tiveram um resultado pífio em função do império da lógica do Consenso de Washington: uma média anual de míseros 0,37%. Apesar destes resultados medíocres em suas taxas de crescimento econômico, estes países ainda foram obrigados a exportar riquezas líquidas para as economias centrais. De acordo com a CEPAL, somente em 2004



foram transferidos US\$ 77,8 bilhões da periferia pobre da América do Sul para os centros ricos da Europa e dos EUA.

Não bastassem as já convencionadas formas de exploração dos países pobres da América Latina, os impérios continuam a desenvolver suas estratégias de dominação, exploração e apropriação das riquezas ainda existentes em nosso continente. Num certo momento foram os recursos hídricos da Bolívia. A privatização das águas impôs condições insuportáveis para as camadas mais pobres da sociedade, ao ponto em que até a captação das águas da chuva estava proibida, pois os recursos hídricos pertenciam, por forças de contrato, às empresas privadas estrangeiras. Foi necessário um intenso movimento popular para que as águas voltassem a ser tratadas como direito humano e não como valor econômico. No Peru, foi apresentada uma proposta ao parlamento pelo então ministro de Fujimoro, Sr. Ricardo Marcenaro, de privatização das zonas arqueológicas pré-incas, como Machu Pichu e Chan Chan, para empresas multinacionais, felizmente rejeitada em função das mobilizações populares. Na Bolívia, no Peru e na Colômbia, governos corruptos permitiram a privatização e internacionalização dos recursos naturais de seus países, particularmente os hidrocarbonetos, promovendo ainda mais o agravamento das condições objetivas de cada país poder construir suas estratégias de desenvolvimento econômico e social. Em alguns destes países, movimentos sociais têm imposto a revisão daquelas iniciativas que favorecem exclusivamente os interesses transnacionais.

Sempre que forem consultados os indicadores de desenvolvimento humano, podem ser percebidos os resultados sociais destas estratégias de desenvolvimento, que implicam em processos de concentração progressiva das riquezas por um lado e marginalização generalizada da imensa maioria da sociedade por outro. A América Latina registra os piores indicadores de miséria social do mundo, embora ainda dotada de imensas riquezas naturais. A Bolívia em particular, país mais pobre de toda a América do Sul registra uma renda per capita em 2005 menor que há 25 anos atrás. No IDH (índice de desenvolvimento humano) da ONU, a Bolívia ocupa o 113º lugar, a esperança de vida não

vai além de 64 anos, o analfabetismo atinge aproximadamente 13,5% da população adulta e mais de 40% das crianças entre 7 e 12 anos não freqüenta qualquer estabelecimento de ensino. Mais de 62% da população se encontra abaixo do limiar da pobreza. São indicadores de iniquidade social alarmantes. Entretanto, os lucros das companhias transnacionais que exploram os hidrocarbonetos da Bolívia são de alguns tantos de bilhões de dólares todos os anos. Na Bolívia, as empresas transnacionais conseguem obter as maiores taxas de valorização do mundo no setor dos hidrocarbonetos. Em média se considera uma taxa de rentabilidade ótima algo entre 1 e 5 dólares por cada dólar investido. Na Bolívia, esta taxa ultrapassa os 10 dólares. Evidentemente, uma situação que exigia transformações radicais.

A cada movimento político em direção ao popular desencadeia-se, certamente, um conjunto de outros movimentos em direção oposta. O mundo imediatamente condenou a decisão soberana do povo boliviano de nacionalizar seus recursos de hidrocarbonetos, inclusive o Brasil. Nestes momentos, sequer as resoluções das Nações Unidas são lembradas. Em sua resolução de número 1803, aprovada em 1962, se reconhece que “o direito dos povos e das Nações à soberania permanente de suas riquezas e recursos naturais deve exercer-se em interesse do desenvolvimento nacional e do bem estar do povo do respectivo estado”. As transnacionais do gás e do petróleo com certeza não se interessam por resoluções da ONU; nem os países que as representam.

A Bolívia, corajosamente, requer seu direito ao controle de seus recursos naturais. Segundo Eduardo Galeano, “desde o ponto de vista dos meios civilizados de comunicação, essas explosões de dignidade popular foram atos de barbárie. Mil vezes vi, li escutei: Bolívia é um país incompreensível, ingovernável, intratável, inviável. Os jornalistas que afirmam isto se equivocam de in: deveriam confessar que Bolívia é para eles, invisível”. E como a Bolívia, outros tantos deveriam seguir seu exemplo na defesa de seus interesses nacionais, de suas riquezas e de sua gente. Todos os processos de privatizações e internacionalização das empresas de cada país desta América Latina resultaram em enormes

prejuízos para cada um deles. E não somente por terem perdido a propriedade de empresas estatais para a iniciativa privada, mas especialmente porque os novos proprietários são empresas multinacionais e sempre pretenderam garantir altas taxas de rentabilidade, como é próprio do sistema capitalista. Mas além de obter altas taxas de rentabilidade, precisam enviá-las para suas matrizes, o que implica na necessidade da criação permanente de divisas, que só podem ser obtidas com as exportações de mais riquezas. Quando se exportam lucros, eles só podem estar na forma de riqueza material, de nossas riquezas materiais e, é claro, não recebemos mais nada em contrapartida.

### **3.AS ALTERNATIVAS**

Os inúmeros movimentos políticos e sociais têm indicado uma América Latina insurgente. Insurge contra este estado de calamidade social de diferentes formas, mas com uma identidade de luta contra a exploração estrangeira. É isso que tem nos mostrado a história recente da Venezuela, da Bolívia, do Uruguai, do Peru, do Equador, da Argentina, do México, da Nicarágua, entre outros, e é uma história comum aos países latino-americanos.

Enquanto os EUA têm realizado esforços gigantescos para tentar impor ao continente um programa de mercado comum, que vai melhor atender seus interesses imperiais, denominado de ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a Venezuela de Hugo Chávez constrói uma Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), que se propõe a elaborar programas de desenvolvimento complementar entre as economias do continente latino-americano. Enquanto os EUA tentam impor Tratados de Livre Comércio (TLCs) para alguns países isolados da América Latina, a Venezuela tem apresentado os Tratados de Comércio entre os Povos (TCPs), que objetivam a construção coletiva de condições sócio-econômicas mais favoráveis ao desenvolvimento de cada país. Enquanto os EUA tentam usar a ONU e a OEA para impor seus interesses estratégicos na região, a Venezuela sugere a reinvenção da ONU e da OEA, sem a influência hegemônica dos EUA.

Por outro lado, enquanto a Bolívia elege Evo Morales, representante direto dos interesses sociais bolivianos, os países imperiais reagem com ameaças diversas, inclusive com uso de forças militares. Enquanto, no Peru, Ollanta Humala, representante em seu país das forças populares, disputava eleições com chances concretas de vitória, é ameaçado de morte por “forças ocultas” e, mesmo tendo sido derrotado, seu partido consegue maioria no parlamento. Mudanças sociais radicais estão na agenda desta América Latina. Segundo Heinz Dietrich, nunca um projeto de tamanha amplitude esteve em melhores condições de ser implantado neste continente ou noutra qualquer. Um projeto de integração aos moldes dos idealizados pelos heróis latino-americanos como José Martí com a “Nuestra América” ou Simón Bolívar com a “Patria Grande”. Neste espírito ainda conta-se com Rafael Correa no Equador, com Lopez Obrador no México que, mesmo derrotado por meio de escandalosas fraudes eleitorais, cria um governo paralelo no México, e com Hugo Chávez na Venezuela, vencendo as eleições no início de dezembro de 2006. No total, foram 17 pleitos eleitorais na América Latina, no período entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006. Na grande maioria, forças de esquerda ou centro-esquerda venceram as eleições. O triunfo da revolução bolivariana, a vitória de Evo Morales, e as relações de amizade que ambos têm com Cuba de Fidel, ou Raul Castro, criaram uma nova situação geopolítica na América Latina, que poderá resultar num efetivo bloco de poder antiimperialista e anticapitalista em todo o continente.

Apesar disto, é importante considerar que as estratégias de transformação social em países como Venezuela, Cuba e Bolívia encontram resistências gigantescas. Segundo James Petras,

Em 2006 emergiu uma nova configuração em que as polarizações nacionais numa medida significativa ofuscaram as divisões de classe social. O novo divisor internacional de águas encontrou a UE e os EUA de um lado e Cuba, Venezuela e Bolívia do outro. Esta polarização primária encontra expressão na América Latina entre, de um lado, um pólo da ‘Nova Direita’ neoliberal constituída por ex-esquerdistas e clientes

pseudopopulistas da América Central e do Sul, e, do outro lado, de nacional-populistas na Bolívia e Venezuela. E entre eles está um grande grupo de países, os quais podem mover-se numa das duas direções. Os advogados da 'Nova Direita-Mercado Livre' incluem o regime Lula no Brasil, o presidente Fox em fins de mandato no México, cinco regimes centro-americanos, o governo Vasquez no Uruguai, o regime de 'Estado Terrorista' do Uribe na Colômbia, o governo da Bachelet no Chile e o pronto para partir de Toledo no Peru. (<http://www.counterpunch.org/petras>).

Evidentemente que a subordinação tradicional de todo o continente aos interesses das grandes potências está em risco, apesar do imenso poder imperial que ainda é exercido especialmente pelos EUA. A construção de um bloco regional de poder popular, com fortes bases anticapitalistas poderá representar uma efetiva transformação positiva no sentido da construção de um novo socialismo para o século XXI. Segundo Heinz Dieterich,

Salvo el Comandante Hugo Chávez, nadie de los presidentes del Bloque Regional de Poder ha declarado un interés en desarrollar una sociedad poscapitalista de democracia real. Esta tarea recae, por lo tanto, esencialmente en los movimientos sociales, científicos, artistas y partidos políticos anticapitalistas del mundo. Las viejas ideas de la autogestión obrera, de las empresas recuperadas, de las cooperativas y núcleos de desarrollo endógeno, están teniendo resultados poco alentadores en Argentina y Venezuela y pronto será evidente que no constituyen vehículos capaces de llevar a los pueblos y Estados progresistas latinoamericanos hacia el nuevo socialismo. Dado que solo el paso al nuevo socialismo puede derrotar definitivamente a las oligarquías y al imperialismo, habrá que concentrar todas las fuerzas disponibles en avanzar hacia esa tarea. Si no, la actual luna de miel desarrollista

terminará otra vez en una larga noche oligárquica-imperial de lágrimas. ([www.rebellion.org/](http://www.rebellion.org/)).

Para tanto, são os movimentos sociais em curso que estão a apontar as novas estratégias de transformação latino-americana. As insurreições, que vão desde os índios Mapuche ao sul do continente ao movimento dos índios ao sul do México, em Chiapas, com seu subcomandante Marcos declarando ser hora de “*cambiarnos todo o no va a sobrar nada para cambiar*”, aos diversos movimentos sociais espalhados por todo o continente, estão questionando o modelo de (sub) desenvolvimento adotado até agora, e lutando para derrotá-lo.

#### **4.CONCLUSÃO**

O neoliberalismo dos últimos 25 anos provocou um sem número de catástrofes econômicas, políticas e sociais em todo o continente e a percepção da urgência das transformações sociais está evidente. O neoliberalismo, a globalização e o império estadunidense estão sendo derrotados ideologicamente e não há mais espaço para intervenções militares aos moldes dos anos 1960 e 1970. O significado real destas transformações pode não estar sendo compreendido pelos apóstolos do império, mas as gentes da América Latina estão escrevendo objetivamente uma nova história. Dos movimentos sociais vem a esperança de uma América Latina liberta dos domínios históricos, aos quais está há séculos submetida; não simplesmente porque se decidiu que era chegada à hora de lutar por uma independência, mas porque não se configura mais possível a vida sob as condições impostas por um sistema injusto e perverso como este do capital.

# A “MAIORIDADE” DO OESTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA CONTADA EM VERSOS<sup>149</sup>

**Avani Palmeira de Araújo**

Graduanda em História pela Universidade Federal de  
Campina Grande

Quero fazer diferente  
Para a aula agradável ficar  
Por isso não me critique,  
Perdoe-me se não gostar.

São versos de improviso  
Mas, do oeste vou falar,  
E contar para vocês  
O que Allan quer mostrar.

Era uma área “selvagem”  
Onde índios viviam a preservar  
Em terras primitivas, sem a ninguém incomodar.  
Produziam o seu sustento,  
Sem de nada reclamar.

Mas, os garimpeiros quiseram importunar.  
Ocuparam o território,  
Para a pastagem devastar.  
Construíram as ferrovias,  
O Atlântico e o Pacífico conseguiram ligar.

Vaqueiros e fazendeiros  
Também foram disputar  
Aproveitaram o pasto  
Para vantagens tirar  
E competir o território

Onde os índios viviam a cultivar.

Na disputa, os fazendeiros,  
Conseguiram das planícies se apossar.  
Entre o leste e o oeste  
Conseguiram uma brecha fechar  
Construíram a fronteira  
Homens e mulheres vieram trabalhar.

A vida ali foi dura, ferramentas tiveram que preparar,  
Para poder as planícies conquistar.  
Com novas formas de plantio  
As vidas também puderam mudar.  
Mas, antes caçadores  
Já haviam passado por este lugar  
E abriram caminho para ao Sudoeste chegar.

Na construção de ferrovias,  
Dificuldade existiu  
Houve muitas explosões  
E a pólvora contribuiu.  
Apesar do sofrimento,  
Muitas estradas se construíram,  
Favorecendo o transporte  
E o desenvolvimento daquela freguesia.

Muitas coisas aconteceram  
Na construção das ferrovias:  
Amor, heroísmo e tirania.  
Alguns enriqueciam,  
Enquanto outros se desproviavam.

O ouro muito contribuiu,  
Melhorando a economia.  
Atividades variadas, o oeste formou  
Transformando a comunidade,  
A urbanização se renovou.



Mas quando o ouro caiu,  
A agricultura predominou.

Os búfalos foram extintos,  
Mas o bezerro ficou.  
O gado se expandiu  
E o frigorífico chegou.  
Enriqueceu a nação  
E muito dinheiro se acumulou.

Foi grande o número de imigrantes  
Que no oeste chegou.  
Vinham de vários países  
E nos vales a terra fértil explorou.

Em 1880 o fazendeiro,  
A seca expulsou de volta para o leste.  
Mas este não desanimou  
E entre o Texas e o Kansas a terra colonizou.

Da vida na última fronteira  
Também vou mostrar  
Falar dos riscos e privações  
Que haviam por lá  
O aspecto geográfico,  
O clima e o relevo, muito fizeram castigar.

Foram muitos os sacrifícios  
Das pessoas que ali foram morar  
Saindo do leste, para no oeste se fixar.  
E pelas altas planícies tiveram que passar.  
Na cidade tudo era triste  
Ventos quentes do sul vinham no oeste soprar.

Eram tantas as tempestades  
Que muitos perdiam o seu lugar.  
O inverno fazia falta,

Mas quando a chuva podia chegar  
Muitos morriam de frio.  
Era um eterno penar.

As mulheres infelizes,  
Nas suas casas a lamentar  
Faltava-lhes o conforto,  
Em ranchos viviam a vegetar  
Feitos em cima das rochas  
Onde o vento não podia passar.

Mas houve uma melhora  
Nas casas populares.  
A estrutura se tentou modificar  
Eram feitas com madeira  
Quase idênticas às primeiras  
Mas o conforto já estava lá.  
Desculpe-me o autor,  
Com isso eu não posso concordar.

Já que o povo vivia privado dos prazeres  
E da convivência social.  
Na igreja, uma vez por mês, podia orar  
E os médicos também, não podiam lá chegar.

Quando as crianças nasciam  
Ninguém podia ajudar.  
Por isso, muitos morriam  
Sem nenhum socorro chegar.  
Cólica, pneumonia, eram comuns no lugar  
Cirurgia sem anestésicos,  
Médicos tiveram que improvisar.

As cidades eram pequenas,  
A monotonia estava lá.  
As pessoas reclamavam  
E quando podiam, procuravam outro lugar.

Fugiam das ruas estreitas  
Sem água para limpar.  
As árvores que plantavam  
Não podiam cultivar.

A estrutura era péssima  
Só o armazém podia se destacar.  
O hotel e a estação eram fáceis de observar.  
Sendo que esta última era o lugar  
Para receber as notícias  
Que do leste no trem iria chegar.

As mulheres até que queriam  
A beleza ver chegar.  
Por isso, na rua plantavam  
Malva-rosas e girassóis  
Para bonita ficar.  
Mas essas ervas também serviam  
Para as doenças curar.

Havia a escola para estudar e igreja para orar.  
Mas também a bebedeira  
Era um vício do lugar.  
De trem os compradores  
Os grãos vinham comprar.

Mas na última fronteira  
O progresso estava a chegar  
Com casas feitas de pedras,  
Ruas calçadas, era espetacular.  
As ferrovias ajudavam  
A cidade prosperar.

A democracia já havia  
Só nas relações sociais.  
Não havia distinção,  
Todos se reuniam pra conversar

Nas igrejas e nas praças  
Juntavam-se sem reclamar.  
Nas escolas todos juntos  
Também iam estudar.

As comunidades dessas fronteiras  
Vinham de vários lugares.  
Havia tolerância  
Com a diversidade cultural.  
Todos se respeitavam  
Não havia divisão social.

Se isto é verdade  
Eu não posso afirmar.  
Quem falou foi o autor  
Vocês podem questionar  
Falar dessa sociedade  
Desse apego popular  
Se eram tão solidários  
Nisso podemos pensar  
E tirarmos conclusões  
Sem nos precipitar.

## NOTAS

<sup>1</sup>Cf. RUCQUOI, Adeline.

História Medieval da Península Ibérica. Lisboa: Estampa. 1995, p. 65.

<sup>2</sup>A partir da cidade de Córdoba os califas governaram a Espanha e Portugal islâmico, além do Norte da África, de 929 a 1031.

<sup>3</sup>Sob o Califado de Córdoba, Toledo conheceu uma era de prosperidade. Toledo era famosa por sua tolerância religiosa e possuía grandes comunidades de judeus e muçulmanos, até que eles foram expulsos da Espanha em 1492. A 25 de maio de 1085, Afonso VI, de Castela ocupou Toledo e estabeleceu controle direto sobre a cidade moura. Este foi o primeiro passo concreto do reino de Leão e Castela na chamada Reconquista.

<sup>4</sup>Moçárabes: os cristãos ibéricos que viviam em território controlado pelos muçulmanos, adotando a cultura e a linguagem árabe. Como a conversão ao islamismo não era obrigatória, eles observavam seus cultos religiosos. Foram consideradas minorias sócio-religiosas da península Ibérica.

<sup>5</sup> Em 1469 deu-se o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, fato que possibilitou o início do processo de unificação do território nacional espanhol, sob a identidade do cristianismo. Nesse contexto, a partir de 1481, intensificaram-se as guerras de Reconquista e Granada, o último reduto muçulmano na península Ibérica, foi tomada em 1492. Cf. BERNARD, Carmen & GRUZINSKI, Serge. Histórias do Novo Mundo: Da Descoberta à Conquista, Uma Experiência Européia (1492-1550). São Paulo: Edusp, 1997, p. 82.

<sup>6</sup> Estudo proposto por Henk Wesseling baseado, sobretudo, na inserção da multidisciplinaridade no recorte da Igreja Católica na América Hispânica e portuguesa. IN: BURKE, Peter. Idem.

<sup>7</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. “O Poder Simbólico”. 2005.

<sup>8</sup> Ver MAHN-LOT, Marianne. “Retrato Histórico de Cristóvão Colombo”, em O novo Mundo, 1992. Pg.. 70.

<sup>9</sup>Santangel, Luis de Membro convertido de uma família de origem judia aragonesa, residido em Valença, o pai dele ficou rico graças a negócios diversos. Passou a trabalhar diretamente em 1478 para a Coroa e torna-se tabelião.

<sup>10</sup> SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na Conquista Européia do Novo Mundo(1492-1640).** Pg. 101-141.

<sup>11</sup> Ver GIORDANI, Mário Curtis. **História da América pré-colombiana.** 1990. Pg. 235.

<sup>12</sup> RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica.** 1995. Pg.: 289-290.

<sup>13</sup> Tiffany, Paul & Peterson, D. Steven, **Planejamento Estratégico.** 1999. Pg. 260-263

<sup>14</sup> M. BARNADAS, Josep; 1998. Pg. 525-526; Ver em: **América Latina Colonial**, vol. 1; Org. Leslie Bethell.

<sup>15</sup> SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial.** 2002; Pg. 139.

<sup>16</sup> Ver Pedro Borges, **Métodos Misionales em la Cristianización de América**, Madrid, 1960.

<sup>17</sup> José Otávio Aguiar é Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG e professor Adjunto de História do Brasil II da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG.

<sup>18</sup> Há um consenso entre os comentaristas internacionais das obras de Humboldt em associar suas idéias a respeito da América e dos nativos americanos às de Buffon, para quem a natureza, dada a sua juventude naquelas latitudes, seria, pretensamente, menos desenvolvida na América do que nos outros continentes. É interessante, entretanto, notar que o mesmo Humboldt, diferente de Buffon, nega peremptoriamente, em sua principal obra, o *Kosmos*, a suposição “desagradável” de que haja raças humanas superiores ou inferiores, legando, antes, suas diferenças a fatores culturais. Para um exemplo, acompanhado de uma análise de como Humboldt introduziu uma nova experimentação discursiva a respeito da Natureza na literatura alemã, sugiro a leitura de: DUSEN, Robert van. **The Literary Ambitions and Achievements of Alexander von Humboldt**. Bern: European University Paper, 1971. Veja também: PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999. Sobre as arrogantes e nada fundamentadas disputas travadas entre os intelectuais franceses a respeito da Natureza e dos Homens na América, um excelente resumo crítico pode ser encontrado no livro de célebre historiador italiano das idéias: GUERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

<sup>19</sup> Cf. CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>20</sup> Organizada por pesquisadores franceses, a expedição conhecida como La Condamine \_ nome de um geógrafo francês que a integrava \_ ocorrida nos primeiros decênios do século XVIII, tinha por função precípua determinar se a terra era uma esfera perfeita, como apreçoado pelos cartesianos franceses, ou um esferóide achatado nos pólos, tese defendida pelo inglês Sir Isaac Newton. Newton, então já falecido, ganhou a polêmica sem que, para isso, contribuísse minimamente a expedição que, não obstante esfacelada e quase inviabilizada pelos conflitos entre seus componentes, inaugurou uma posterior leva de curiosidades científicas sobre as Américas.

<sup>21</sup> RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

*História, Ciências, Saúde*

Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001, p. 972. suplemento.

<sup>22</sup> RAMINELLI, Ronald, op.cit., p. 972.

<sup>23</sup> Esta classificação, que continua sendo a base da nomenclatura das plantas, foi mais tarde substituída, em grande parte, pela de Jussieu.

<sup>24</sup> RAMINELLI, R. op. cit., p. 975.

<sup>25</sup> RAMINELLI, R. op. cit., p. 975.

<sup>26</sup> SAINT-Hilaire, Auguste de.

Esquisse de mēs voyages au Brésil et Paraguay, considérés principalement sous le rapport de la botanique . In: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai.*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 78.

<sup>27</sup> Para um estudo mais aprofundado da iconografia dos viajantes europeus no século XIX, ver: HARTMAN, Tekla; PORTO ALEGRE, Maria Silvia. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, Luiz Donizeti Benzi. (Org).

**Índios no Brasil.**São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 59- 72.

<sup>28</sup> Conversando com pessoas idosas da zona da Mata, fiquei sabendo que esta forma de cumprimentar sobreviveu no campo, entre os descendentes dos Puris até meados do século XX. Particularmente, informou-me a este respeito a entrevista realizada com meu avô, Waldemar Aguiar, filho de uma índia Puri e de um engenheiro alemão que visitava a região para construir uma ponte. Nascido no ano de 1922 na zona rural do município de Cataguases, meu avô ainda hoje me encanta com as histórias que conta sobre os índios que, ainda na década de 30 do século XX, refugiavam-se nas matas da região conhecida como Barão de Camargo.

<sup>29</sup> Wied-ewied apud LISBOA, K. M. op. cit., p. 152.

<sup>30</sup> SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit. p. 231-232.

<sup>31</sup> SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit. p. 231.

<sup>32</sup> Ver LISBOA, K. M. op. cit. p. 141.

<sup>33</sup> Sobre a teoria de Bufon veja: GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900).*

São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 19-43.

<sup>34</sup> *ibid* p. 58. RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v.8, p.969-992, 2001. suplemento. p.987.

<sup>35</sup> BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, (Org.). *O Brasil dos Viajantes.* São Paulo: Odebrecht, 2000. p. 24-25.

<sup>36</sup> PRATT, Mary Louise. *Os ohos od império: relatos de viagem e transculturação.* Bauru (SP): EDUSC, 1999.p. 219.

<sup>37</sup> PRATT, M. L., op. cit., p. 220-221.

<sup>38</sup> SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças.* São Paulo: Companhia. das Letras, 1993. p.48.

<sup>39</sup> SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P von, op. cit. v. 2, p. 160, 653.

<sup>40</sup> Conforme observou LISBOA, K. M. Op. cit. p.145. O

*Ensaio Sobre o Comércio de Portugal*, de Azeredo Coutinho, consta como referência bibliográfica em viagem pelo Brasil..

Confira: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit., v.2, p. 260-806.

<sup>41</sup> SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von, op. cit. v.3, p. 44-45, 930-931.

<sup>42</sup> Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da.(org).*História dos índios no Brasil.* Op. cit. p. 9-11. Ver também a transcrição completa do texto original do Diretório

dos Índios no apêndice do excelente livro de: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios*

: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1997. (documento transcrito a partir da p. 370)

<sup>43</sup> Mary Louise Pratt escreveu com propriedade sobre essa suposta inocência do “seeing man”. Veja, como exemplo, a definição de seu conceito de “anticonquista”. PRATT, Mary Louise. Op. Cit., pp. 41-191.

<sup>44</sup> Observamos que a participação da classe camponesa indígena na Revolução Mexicana de 1910 não foi restrita ao Estado de Morelos, apesar de ter sido mais significativa. Também merece ressaltarmos que as condições históricas que possibilitaram a formação dessa classe não foram particulares àquele Estado, estando às mesmas presentes por todo o México, contudo para efeito de nossa análise nos limitaremos a um estudo de caso restrito aos índios morelenses.

<sup>45</sup> Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** (vol.1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.p. 9-14.

<sup>46</sup> Morelos é uma das 32 organizações federativas do México, tendo se convertido em Estado em 1869, compreendendo os distritos de Cuernavaca, Cuautla, Jonacatepec, Tetecala e Yautepec. Situado ao centro do território mexicano, divide-se ao norte com Distrito Federal, ao nordeste e ao noroeste com Estado de México, ao sul com o Estado de Guerrero e ao leste com o Estado de Puebla. A sua capital é a cidade de Cuernavaca e politicamente, atualmente, se divide em 33 municípios: Amacuzac, Atlatlahucan, Axochiapan, Ayala, Coatlán Del Río, Cuautla, Cuernavaca, Emiliano Zapata, Huitzilac, Jantetelco, Jiutepec, Jojutla, Jonacatepec, Mazatepec, Miacatlán, Ocuituco, Puente de Ixtla, Temixco, Temoac, Tepalcingo, Tepoztlán, Tetecala, Tetela Del Volcán, Tlalnepantla, Tlaltizapán, Tlaquiltenango, Tlayacapan, Totolapan, Xochitepec, Yautepec, Yecapixtla, Zacatepec e Zacualpan. Cf. [HTTP://es.wikipedia.org/wiki/Morelos](http://es.wikipedia.org/wiki/Morelos).

<sup>47</sup> Cf. FERREIRA, Jorge Luiz. **Conquista e Colonização da América Espanhola**. São Paulo: Ática, 1992, p. 31.

<sup>48</sup> Cf. ZAVALA Apud NUNES, Américo. “O Problema Agrário, Fundamento dos Conflitos Sociais” IN: **As Revoluções do México**. São Paulo. Perspectiva. 1980, p. 14.

<sup>49</sup> A Coroa espanhola foi obrigada, para manter seu monopólio durante o período colonial, a conceder às aldeias indígenas uma legislação especial. Para melhor lutar contra as tentativas de hegemonia e de separatismo dos encomenderos e dos latifundiários da Nova Espanha, a Coroa tomou, do século XVI ao XVIII, toda uma série de medidas destinadas a conter a escravização indireta dos índios: abolição dos *mites* (encargos), promulgação de numerosas ordenações reais tendentes a fazer “respeitar” a propriedade dos índios e a promover repartimentos de terras. Assim, o decreto de 23 de fevereiro de 1781, promulgado pelo vice-rei D. Martín de Mayorga, proibia a venda, o arrendamento, a alienação das terras das comunidades indígenas, sem autorização especial, a fim de deter a decadência vertiginosa da propriedade dos índios. Idem, p.p. 21 e 22.



- <sup>50</sup> Cf. MENDIETA Y NUNES Apud NUNES, 1980, p.p. 15 e 16.
- <sup>51</sup> Cf. Recopilación de Índias, Lei 10, Título 12, Livro 04.
- <sup>52</sup> A propriedade eclesiástica englobava os 4/5 da propriedade territorial no período colonial. Cf. HUMBOLDT Apud NUNES, 1980, p. 15.
- <sup>53</sup> Estes enriqueceram graças ao comércio de monopólio da colônia e, sobretudo pela exploração das minas, constituíam a coluna vertebral da economia na colônia. Idem, p. 16.
- <sup>54</sup> Apud NUNES, 1980, p. 16.
- <sup>55</sup> Cf. MENDIETA Y NUNES Apud NUNES, 1980, p. 17.
- <sup>56</sup> Cf. PAZ Apud NUNES, p. 16.
- <sup>57</sup> Em 16 de setembro de 1810, no pueblo de Dolores, Hidalgo convocou a população tocando os sinos da Igreja (“Grito de Dolores”), fazendo depois um sermão político que levou os camponeses indígenas a responderem com vivas à independência. O episódio teve eco nos camponeses das terras de Cuernavaca e Cuautla. Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. “Sonhos e Desilusões nas Independências Hispano-Americanas”. IN: **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999, p. 61
- <sup>58</sup> Cf. PAZ Apud NUNES. 1980, p. 17.
- <sup>59</sup> Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** (vol.2). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.p. 11-38.
- <sup>60</sup> A Constituição dos Estados Unidos Mexicanos, promulgada em 04 de outubro de 1821, adotou como forma de governo o regime de República Representativa Popular Federal. As províncias estabelecidas pelo vice-reinado da Nova Espanha passaram então a ser chamadas de Estados, dentre elas a do México, ao qual pertenciam Cuernavaca e Cuautla de Amilpas, que juntas formaram o Distrito de Cuernavaca (Morelos atualmente). Cf. [HTTP://es.wikipedia.org/wiki/Morelos](http://es.wikipedia.org/wiki/Morelos).
- <sup>61</sup> Apud NUNES 1980, p. 22.
- <sup>62</sup> Armazéns das *haciendas* onde o trabalhador “assalariado” era obrigado a comprar os seus víveres e o que mais necessitasse a um preço elevado em relação ao seu real valor e ao preço de mercado, o que o mantinha perpetuamente endividado. Para o haciendado funcionava como um mecanismo de controle da força de trabalho e, também, como uma fonte suplementar de lucro. Cf. VILLA, Marco Antônio. **Pancho Villa: O Herói Desfocado**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.12.
- <sup>63</sup> Cf. MENDIETA Y NUNES Apud NUNES, 1980, p. 35.
- <sup>64</sup> Cf. NUNES, 1980, p.p. 23-24.
- <sup>65</sup> Cf. NUNES, 1980, p. 25.
- <sup>66</sup> O trabalhador que se fixava no latifúndio deveria plantar em regime de meação com o dono, que financiava o plantio, adiantando sementes e o necessário para custear a produção, e por fim a produção deveria ser dividida.
- <sup>67</sup> Cf. NUNES, 1980, p. 26.
- <sup>68</sup> Após a expulsão da presença francesa (1864-1867) e restaurada a República mexicana, o governo federal, percebendo que o vasto território que compreendia

o Estado do México podia representar um perigo em caso de um novo conflito, resolveu desmembrar parte de suas terras, criando assim novas unidades federativas. Neste contexto, após ferrenhos debates com deputados do Estado do México que defendiam a integridade do território, foi criado, em 17 de abril de 1869, o Estado de Morelos compreendendo os distritos de Cuernavaca, Cuautla, Jonacatepec, Tetecala e Yautepec. Cf. [HTTP://es.wikipedia.org/wiki/Morelos](http://es.wikipedia.org/wiki/Morelos).

<sup>69</sup> Cf. NEPOMUCENO, Eric. **Zapata: Tierra Y Libertad**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 19.

<sup>70</sup> Temível Polícia Federal criada no governo de Porfírio Díaz, conhecida pela violência e pelo terror que espalhava por onde passava.

<sup>71</sup> Cf. MIRANDA Apud NUNES, 1980, p. 30.

<sup>72</sup> Em 31 de maio de 1875, ainda no governo de Sebastián Lerdo de Tejada, foi promulgada uma lei geral sobre a colonização, destinada a conceder ao Executivo poder para fazer vir colonos europeus. Em 15 de dezembro de 1883, Porfírio Díaz, ampliou esta lei. Cf. NUNES, 1980, p. 30.

<sup>73</sup> A ação destas companhias foi mais intensa nos Estados de Chihuahua, Durango e Baixa Califórnia (Norte) e no Estado de Oaxaca (Sul). Até 1889 estas companhias eram constituídas por apenas 29 financistas ligados às altas esferas do governo de Porfírio Díaz. Entre 1890 e 1906, data da dissolução das companhias foram medidas o equivalente a  $\frac{1}{4}$  do território mexicano, cujos únicos beneficiados foram os estrangeiros, os hacendados e as próprias companhias. Idem, p. 31.

<sup>74</sup> Cf. WOLF Apud NUNES, 1980, p. 25

<sup>75</sup> No Estado de Sonora (norte do México) os índios Yaquis se revoltaram contra a contínua expropriação de seus *pueblos*, hostilizando de todas as formas os governos local e federal. Foi dirigida por José Maria Leiva “Cajeme” (1885-1886) e Juan Maldonado “Tatebiate” (este morreu em combate a 10 de julho de 1901). Em 18 de janeiro de 1900, teve lugar em um ponto chamado Mazocoba um encontro entre as forças do governo e os índios Yaquis, que começou às dez da manhã e durou até as seis da tarde, com um saldo de 400 mortos, numerosos feridos e mais de mil prisioneiros. Ocorreram casos em que os índios preferiam jogar-se dos afilados desfiladeiros a render-se. Cf. COLL, Josefina Oliva d. **A Resistência Indígena. Do México à Patagônia, a História da Luta dos Índios Contra os Conquistadores**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. 1974, p. 95.

<sup>76</sup> Cf. NUNES, 1980, p. 33.

<sup>77</sup> THOMPSON, Edward Palmer.

**A Formação da Classe Operária Inglesa**. (Vol. I). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

<sup>78</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria: Ou Um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p.121.

<sup>79</sup> THOMPSON, Edward Palmer. “La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?”. IN:

**Tradición, Revuelta y Consciencia de Classe**. Barcelona: Crítica, 1984, p.p. 33-39.

<sup>80</sup> Cf. NEPOMUCENO, 1982, p. 20.

<sup>81</sup> Anenecuilco foi o povoado do município de Ayala em que os camponeses indígenas começaram a encabeçar a revolução de 1910, sob a liderança de Emiliano Zapata, que dali era natural. Atualmente tem uma população de 34.000 habitantes.

<sup>82</sup> Cf. NEPOMUCENO, 1982, p. 20.

<sup>83</sup> Cf.

BARNADAS, Josep M. "A Igreja Católica na América Espanhola Colonial". IN: **História da América Latina: A América Latina Colonial**. (Vol. 01). BETHELL, Leslie (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 549.

<sup>84</sup> Cf. NEPOMUCENO, 1982, p. 20.

<sup>85</sup> Idem, p. 21.

<sup>86</sup> Id. Ibid, p. 12.

<sup>87</sup> Nesta data verificaram-se levantes armados nos Estados de Chihuahua, Coahuila, Durango e Morelos. Cf. BRUIT, Hector H.

**Revoluções na América Latina: O Que São as Revoluções?– México e Bolívia, Cuba e Nicarágua**. São Paulo: Atual, 1988, p. 19.

<sup>88</sup> Cf. NEPOMUCENO, 1982, p.p 23-24.

<sup>89</sup> Idem, p. 24.

<sup>90</sup> Apud NEPOMUCENO, 1982, p. 46.

<sup>91</sup> Em outubro de 1911, realizaram-se as eleições presidenciais e Madero obteve esmagadora maioria. "Madero assumiu um governo cuja administração estava em poder de funcionários porfiristas, no qual a polícia era porfirista e o exército federal, que ele havia combatido, era porfirista, de general a soldado raso. Desde o primeiro dia que ocupou a cadeira presidencial, os inimigos começaram a articular um golpe de Estado". Cf. Bruit. 1988, p. 21.

<sup>92</sup> Cf. NEPOMUCENO, 1982, p.p. 47-48.

<sup>93</sup> Neste plano, os zapatistas tinham como questão central a restituição às terras, que haviam sido usurpadas pelos latifundiários, aos camponeses. E assim permaneceu até 1920, quando, morto Zapata, seus seguidores aceitaram outras linhas, em nome da conciliação. Idem, p. 23.

<sup>94</sup> Id. Ibid, p. 51.

<sup>95</sup> Id. Ibid, p.p. 50-51.

<sup>96</sup> Cf. WOOMACK Apud NEPOMUCENO, 1982, p. 44.

<sup>97</sup> Zapata comandou pessoalmente o ataque ao município de Tlapa, no vizinho Estado de Guerrero. Cf. NEPOMUCENO, 1982, p. 52.

<sup>98</sup> Cf. BRUIT, 1988, p. 28.

<sup>99</sup> Cf. WOOMACK Apud BRUIT, 1988, p. 28.

<sup>100</sup> Em meados de 1915 todas as terras do Estado estavam cultivadas, porém quase só com produtos de subsistência, o que não agradava a Palafox, planejador da reforma agrária, ou mesmo a Zapata. Cf. BRUIT, 1988, p. 28.

<sup>101</sup> Idem, p. 29.

<sup>102</sup> Id. Ibid.

<sup>103</sup> Já em 1915, o exército constitucionalista, sob o comando de Pablo González, conseguiu ocupar parte do território de Morelos, passando a enfrentar, por mais de cinco anos, as guerrilhas zapatistas. Em 1919, o então presidente Carranza se convenceu de que era praticamente impossível derrotar Zapata e sufocar sua rebelião e decidiu bolar um plano para assassiná-lo. Depois da morte de Zapata o novo chefe do movimento, Gildardo Magaña, manobrou o zapatismo em direção a Álvaro Obregón, fornecendo apoio para que este derrotasse definitivamente Carranza em 1920. Zapata foi dessa forma cooptado, *post-mortem*, pelo Estado, através dos membros do seu grupo político e militar que foram sendo incorporados à administração pública e ao exército. Cf. BRUIT, 1988, p. 43.

<sup>104</sup> Idem,  
p. 45.

<sup>105</sup> Os artigos fundamentais da Constituição de 1917, promulgada pelo então presidente Venustiano Carranza, são dois: o 27º que dispõe sobre a propriedade da terra; e o 123º que dispõe sobre a legislação social, incorporando algumas das reivindicações dos trabalhadores: jornada diurna de oito horas, jornada noturna do trabalho de mulheres e crianças com duração de sete horas; descanso dominical; salário mínimo; direito participativo; seguro contra acidentes de trabalho; proteção às trabalhadoras grávidas, etc. Id. Ibid. p.p 47-48.

<sup>106</sup> A participação ativa do campesinato abriu o caminho para a construção de toda uma mística da revolução que serviu a classe dominante para legitimar o seu poder. Os líderes camponeses, trucidados pela burguesia, foram transformados em “heróis nacionais”. Zapata passou a ser invocado pelos presidentes que se diziam seus seguidores. Cf. Villa, Marco Antônio. **Pancho Villa. O Herói Desfocado**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 86.

<sup>107</sup> Cf. BRUIT. 1988, p. 49.

<sup>108</sup> Embora muitos não pretendam lecionar esta é uma questão que permeia nossos pensamentos, indagações, estudos e angústias enquanto alunos do curso de licenciatura em História: o que fazer e como fazer com tudo que aprendemos na *Academia* em uma sala de aula do Ensino Fundamental ou Médio? Esta talvez seja a questão que mais nos acompanha ao longo do curso, às vezes sutilmente, outras vezes explicitamente, mas que uma hora ou outra nos leva à reflexão. Nem sempre a resposta vem imediatamente...

<sup>109</sup> Para a monografia esses questionários foram aplicados em seis turmas obtendo um total de 186 questionários respondidos. Na experiência acima relatada foram respondidos 29 questionários.

<sup>110</sup> DONGHI Tullio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

<sup>111</sup> Os fragmentos extraídos encontram-se nas páginas 216 a 221.

<sup>112</sup> Cidade onde se passa o romance.

<sup>113</sup> Todas as citações que não possuem identificação bibliográfica como esta, são as falas dos alunos.

<sup>114</sup> CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, edições Vértice, 1987.

<sup>115</sup> Não podemos afirmar se o fato é verídico, mas não podemos negar este tipo de narrativa que é tão comum para nós do nordeste, basta conversar com as pessoas mais valhas.

<sup>116</sup> CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo, 2004, p. 263.

<sup>117</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit., p. 55.

<sup>118</sup> **BORGES, Jorge Luis. *Cinco Visões Pessoais* . São Paulo: UNB, 2004.**

<sup>119</sup> FERAUDY, F.Y. & MEALLA, L.T. Bolívia: moderaciones empobrecedoras desde su fundación a la desrevolución. La Paz: Muela del Diablo Editores, 1997. p. 60

<sup>120</sup> O Ejército Guerrillero Tupac Katari teve vida efêmera pois foi rapidamente desarticulado em 1992 com a prisão de seu líder, Felipe Quispe Huanca

<sup>121</sup> FERAUDY & MEALLA, ob.cit. p.65.

<sup>122</sup> CRESPO, Carlos. Continuidad y Ruptura: la “Guerra del Agua” y los nuevos movimientos sociales en Bolivia In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, nº 2, Septiembre 2000. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 27/10/2005. p. 27

<sup>123</sup> VARGAS, Humberto & KRUSE, Thomas . Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, nº 2, Septiembre 2000. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 27/10/2005 . p. 11

<sup>124</sup> TAPIA, Luis. Bolivia. La “Guerra del Agua” en Cochabamba La crisis política de Abril. In Revista del Observatório Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, nº 2. Septiembre 2000. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 27/10/2005 . p. 5

<sup>125</sup>In <http://www.aguabolivia.org/legisaguasX/LEYAGUAPOTABLE.htm>

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Esta foi a primeira vez que o governo boliviano decretou Estado de Sítio com a função de reprimir resistências às medidas neoliberais e não para implementá-las, como ocorrido com os conflitos de 1995.

<sup>128</sup> Tais atitudes seriam o prenúncio de outras manifestações que afetariam tanto a Bolívia quanto a outros movimentos estrangeiros na luta contra o neoliberalismo quanto um marco, pois a vitória popular foi uma exceção nessas lutas.

<sup>129</sup> In VARGAS & KRUSE, ob.cit., p. 17.

<sup>130</sup> In CRESPO, ob. Cit. p.32.

131 O Chile é um país não muito bem visto pelos bolivianos por causa da Guerra do Pacífico que, em fins do século XIX, privou o país de territórios que eram saída para o Pacífico, além de serem produtores de minérios.

132 Que teve ainda outros motivos, tais como o desemprego, carestia, demissões constantes etc.

133 A Coordenadora congrega diversas organizações sociais, tal como ocorreu com Cochabamba em 2000, tida como modelo.

134 O MAS levou Evo Morales à Presidência da República em 2005.

135 TAPIA, Luis. Bolivia. La “Guerra del Agua” en Cochabamba. La crisis política de Abril. In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, nº 2, Septiembre 2000. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 27/10/2005.

136 Em particular devido ao fato de que o aeroporto fica em El Alto.

137 QUIROGA, Carlos Villegas. Rebelión popular y los derechos de propiedad de los hidrocarburos. In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL). Buenos Aires, Año IV, nº 12, Septiembre-Diciembre 2003. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html> Acesso em 12/11/2004

138 Entretanto, cumpre acrescentar que os países latino-americanos que não cederam a propriedade dos hidrocarbonetos a empresas estrangeiras – como foi o caso do Equador, Venezuela, Brasil e México – ainda assim receberam inversões de capitais, o que contradiz a argumentação do governo boliviano presente na Lei 1689. Veja-se a esse respeito QUIROGA (2003).

139 In QUIROGA, ob. Cit. P. 33.

140 Embora atualmente seja preciso encontrar uma outra forma de se pensar essas diferenças, pois a simples oposição países ricos e países pobres não dá conta de pensar a complexidade da sociedade globalizada.

141 Como nos aponta ALCOREZA, Raúl Prada. Perfiles del movimiento social contemporáneo :El conflicto social y político en Bolivia . In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, Año IV, nº 12, Septiembre –Diciembre 2003. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 12/11/2004

142 Por exemplo, com a luta de comunidades ribeirinhas amazônicas brasileiras pela preservação de recursos naturais.

143 PABÓN, Silvia Escobar de. Ajuste y liberalización, las causas del conflicto social . In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, Año IV, nº 12, Septiembre –Diciembre 2003. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 12/11/2004. p. 55.

144 In ALCOREZA, OB. CIT.

145 STEFANONI, Pablo. MAS-IPSP: la emergencia del nacionalismo plebeyo. In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, Año IV, nº 12, Septiembre – Diciembre 2003. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 12/11/2004.p. 59.

<sup>146</sup> Como o Decreto Supremo 21060, elaborado imposto à nação sem possibilidade de discussão.

<sup>147</sup> In TAPIA, ob.cit., p. 6.)

<sup>148</sup> Referência a Coordenadora de Aguas de Cochabamba que algumas pessoas acreditavam tratar-se de uma mulher.

<sup>149</sup> Esse texto foi elaborado para ser apresentado durante o seminário integrante da III unidade do componente curricular América III, cujo ministrante foi o professor Faustino Neto.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA CAMPINA GRANDE**  
**EDITORA UNIVERSITÁRIA – EDUFCG**

**EXPEDIENTE**

**Prof. Dr. Thompson Fernandes Mariz**  
Reitor

**Prof. Dr. José Edílson Amorim**  
Vice-Reitor

**Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza**  
Diretor Administrativo da Editora Universitária

**Prof. Dr. Antonio Gomes da Silva**  
Diretor Comercial da Editora Universitária

**Capa e Editoração Eletrônica**  
Williams Bartolomeu Baracho de Lima

**Correção Ortográfica**  
Profª. Mrs. Rosângela Melo - UAL - UFCG

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI  
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo – CTRN  
Prof. Consuelo Padilha Vilar – CCBS  
Prof. Joaquim Cavalcante Alencar – CCJS (Sousa)\*  
Prof. José Helder Pinheiro – CH  
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues – CSTR (Patos)

**CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS DE HISTÓRIA**

Profª Mrs. Eronides Câmara Araújo – UAHG - UFCG  
Prof. Dr. Fábio Gutemberg R. B. de Sousa – UAHG - UFCG (In memoriam)  
Prof. Dr. José Otávio de Aguiar – UAHG - UFCG

**EDUFCG**  
Campina Grande  
*edufcg@reitoria.ufcg.edu.br*